

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA EM EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS. Ana Paula Ferreira de Jesus & Evaldo Rezende Duarte & Luciana Aparecida Augusta de Oliveira	02
ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO EM UMA INDÚSTRIA DE LACTICÍNIOS: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DE MATO GROSSO Carina Francisco Hoennicke & Evaldo Rezende Duarte & Luciana Aparecida Augusta Oliveira	15
EXAME DE SUFICIÊNCIA X ENADE: Uma análise de desempenho por Estado. Adriana Gonçalves de Oliveira & Jailson da Conceição Teixeira & Luciana Aparecida Augusta de Oliveira	39
A POPULAÇÃO ENTENDE O PORQUE DA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Marcio Bezerra Cavalcanti & Jailson da Conceição Teixeira & Fabiana Kely dos Santos Reis & Francisco Eudes Gomes de Lima	60
UM ESTUDO SOBRE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO NO VALE DO SÃO LOURENÇO-MT. Regiane Sebastião Macedo & Jailson da Conceição Teixeira & Fabiana Kely dos Santos Reis & Francisco Eudes gomes de Lima	88
FORMALIDADE X INFORMALIDADE: UM ESTUDO NO VALE DO SÃO LOURENÇO-MT. Vanessa de Moraes Feitosa & Jailson da Conceição Teixeira & Fabiana Kely dos Santos Reis & Francisco Eudes Gomes de Lima	107
ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE INDICADORES DE DESEMPENHO E CONSUMO FINANCEIRO NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES. Gleicy Karoline de Oliveira Medeiro & Evaldo Rezende Duarte & Amauri Gonçalves de Oliveira	126
CONTABILIDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT Bruna de Lima Sanches & Amauri Gonçalves de Oliveira & Evaldo Rezende Duarte & Jailson da Conceição Teixeira	142
O IMPACTO DA SARS-COV-2 NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO SÃO LOURENÇO Almeida, Amanda Magny ¹ Duarte, Evaldo Rezende & Teixeira, Jailson da Conceição & Amauri Gonçalves de Oliveira	157

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA EM EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS.

Ana Paula Ferreira de Jesus¹

Evaldo Rezende Duarte²

Luciana Aparecida Augusta de Oliveira³

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como a auditoria interna gera soluções para as falhas e prejuízos de uma empresa, identificando e analisando as operações a serem tomadas as devidas decisões que nelas forem necessárias. A auditoria está cada vez mais se abrangendo dentre os diversos segmentos, portanto, trazer um controle interno ou adquirir um auditor, a empresa faz com que ocorra uma nova gestão de controle organizacional, para diminuir ou ordenar os fatores que necessitam de um maior ênfase aplicado, sendo assim, a auditoria interna beneficia não somente a empresa, mas também o colaborador que se encontra às vezes apto por aquele departamento, porém, não possui um controle interno adequado e supervisionado, gerando na maioria das vezes falhas e perdas. A pesquisa foi aplicada no município de Jaciara em uma empresa privada no ramo de Auto Center foram coletados dados referentes ao estoque de mercadorias, sendo eles, coletados através de planilhas manuscrita e o confrontamento com o sistema, analisando quais produtos e quantas perdas tiveram no período de seis meses. Obteve-se um resultado significativo de prejuízos, que por falta de um controle de estoque, acarreta-se em perdas desnecessárias, que podem ser prevenidos, por um encarregado específico por determinado setor.

Palavras-Chave: Auditoria Interna. Controle de Estoque. Controle Interno.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria interna vem se tornando um método eficiente sobre a organização empresarial, efetivando em um controle para melhor avaliar suas devidas operações. Através da eficácia, a auditoria faz com que as respectivas análises sejam solucionadas para a obtenção concreta distinguindo os resultados para maiores decisões, prestando em conta todas as informações atribuídas que sejam direcionadas para seus determinados setores.

¹ JESUS, Ana Paula Ferreira de. Graduada do curso de Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale.

² Duarte, Evaldo Rezende. Professor orientador. Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE Business School (2018); Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2014); Especialista em Gestão Empresarial pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis – UNIR (2008); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Eduvale (2007).

³ Oliveira, Luciana Aparecida Augusta de Oliveira. Especialista em Recursos Humanos – Gestão de Pessoas (2012), Bacharel em Administração (2006), Bacharel em Ciências Contábeis (2012) pela Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Eduvale.

Através de uma análise exemplificada, pode-se verificar uma falta de controle organizacional, sendo assim, a auditoria propõe um diversificado controle, para que não haja irregularidades, adquirindo uma organização ampla dos respectivos produtos para que não haja prejuízos ou falhas por parte dos responsáveis.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como a auditoria interna gera soluções para as falhas da empresa. Onde avalia e identifica as necessidades que nelas se apresentam, propondo melhorias e alternativas para suas atividades, obtendo a confiabilidade das informações contidas para decisões corretas.

A análise de resultados foi feita no estoque de mercadorias de uma empresa privada de Auto Center no município de Jaciara, no período de maio a outubro de 2019. Confrontando entre os relatórios obtidos pela planilha manuscrita e a conferência no físico do sistema, identificando as faltas ou divergências entre os produtos analisados, sendo uma pesquisa quantitativa, esses dados fazem com que ocorram variações dentro seu estado atual, tendo diferenciações entre os dados levantados, verificando qual maior perda e prejuízos inacabados.

Diante da análise feita na empresa, observou-se falhas tanto na questão do fluxograma da chegada de estocagem das peças, quanto na análise do estoque físico em relação do que tem no sistema foi constatado que houve divergência apontando assim que existem falhas operacionais na empresa.

Contribuem para um melhor conhecimento sobre a importância da auditoria interna nas empresas, juntamente com um controle organizacional e coletas compreensivas, para os resultados serem solucionados de maneira eficiente e coerente para chegada de conclusões de gestão de controle sobre determinados produtos abordados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna busca concretizar de forma segura sua devida organização, para não haver irregularidades, falhas, na qual seus próprios integrantes agem com cautela e responsabilidade para obter as devidas informações, para chegar à correta tomada de decisão.

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio de análise e avaliações da eficácia de outros controles (CREPALDI, 2011, p. 31).

Assim a auditoria vem fazendo parte das empresas que buscam obter um maior controle sobre seus dados, na qual, efetivam concretamente, orientando e aplicando formas exatas de como analisar e investigar fraudes, detalhando seus preceitos para agir corretamente em suas decisões gerenciais, seja financeiro, contabilmente ou administrativa.

É conduzida por funcionário da própria empresa na qual a auditoria é executada e em geral envolve a avaliação de desempenho, controles internos, sistemas de computação, qualidade de serviços e produtos etc. Busca a identificação de não conformidades, prevenção e/ou detecção de falhas de operação, discrepâncias nas atividades administrativas, possibilitando maior confiabilidade das informações geradas, bem como garantindo a salvaguarda dos ativos da empresa (LINS, 2011, p. 4).

Diante desses conceitos as empresas estão cada vez mais buscando a auditoria interna, com maior profundidade e com avaliações rigorosas, diversificando as diversas áreas da contabilidade, integrando mais questões de grandes referências significativas, visando sempre à integridade empresarial.

Alves (2015, p. 33), descreve que “a auditoria interna cobre, assim, os aspectos chave das áreas da gestão incluindo não só os aspectos contabilísticos e financeiros, mas também as atividades operacionais das organizações”. Através desse controle interno o administrador se faz uso de um controle específico e capaz de contribuir para suas novas atividades exercidas por ele, sendo assim, exemplificando e monitorando para que haja de maneira formal em que suas atividades saem conforme o esperado.

Descreve Jund (2007, p. 28), que, uma máxima a esse respeito estabelece que “a Auditoria Interna tem que ser parte da solução e não mais parte do problema”.

As análises auditórias faz-se a empresa capaz de prosseguir com suas tarefas exatas, sem que haja constrangimento, quando for expor suas principais atividades, avaliando e monitorando seus devidos sistemas que contribuem para a contabilização de seus materiais.

Para Crepaldi (2011, p. 32) todas as responsabilidades de um auditor interno devem:

- Informar e assessorar a administração e desimcumbir-se das responsabilidades de maneira condizente com o Código de Ética do Instituto dos Auditores Internos;
- Coordenar suas atividades com a de outros, de modo a atingir com mais facilidade os objetivos da auditoria em benefício das atividades da empresa.

O auditor interno deve cumprir com todas as normas e regras da empresa a ser seguida, objetivando o controle acessível e eficiente, sem descumprir com as diretrizes administrativas. Tanto o auditor quanto o administrador trabalham em conjunto para aprimorar os requisitos solicitados pelos empresários, fazendo que cheguem ao laudo periódico determinado conforme a necessidade empresarial.

2.2 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA

A importância da Auditoria Interna nas empresas vem se tornando uma questão significativa, objetivando uma análise para melhor controle interno, efetivando informações de dados específicos, para melhor compreensão administrativa e manuseio de informações.

A auditoria interna compreende os exames, análise avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vista a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos (CREPALDI, 2011, p. 31).

Para Paula (1999, p. 40 *apud* SILVA, 2008, p. 18), a auditoria se torna importante e presente para a empresa, pois, se diversifica dentre as atividades estabelecidas, controlando, organizando, estabelecendo metas e melhorias, para a contribuição gerencial, operacional e administrativo, fazendo com que determine o devido funcionamento apropriado a cada função aplicada.

Portanto, a Auditoria Interna busca efetivar todos os suprimentos para uma empresa que busca a sua organização, controlando seus estoques, que por mais que seus administradores ou colaboradores aplicam de maneira relevante, nem sempre se observa o necessário e o desnecessário que faz contribuir para o mais viável ou não. Através de reavaliações, o sistema fará sua contabilização na medida em que o controle automaticamente ordenara todos os dados de forma ampla, compreendendo os negativos e positivos que o auditor passara a devida administração para prosseguir assim a maneira correta de controle interno.

2.3 CONTROLE DE ESTOQUE

A necessidade do controle de estoque faz com que a empresa tenha sempre uma organização e um controle específico, cabendo corretamente dentro do padrão a ser seguido. Já que para Attie (2010, p. 151 *apud* DANTAS, 2016, p. 22), “Todas empresas possuem controles internos. A diferença básica é que estes podem ser adequados ou não”.

Anthony e Govindarajan (2008, p. 2) dizem que para um ter um controle: “uma organização também deve ser controlada: ou seja, os mecanismos devem estar em ordem para garantir que os planos estratégicos sejam executados”.

Através dos meios utilizados para se obter uma controladoria, as empresas buscam fornecer um estoque diversificado sem que ocorram números insignificantes e desnecessários de produtos, ou seja, visam como o objetivo investir de forma correta sem que haja alteração indevida dos seus financeiros. O controle dentro das empresas é um dos responsáveis pela sua tomada de decisões, onde se verifica o inativo, ou seja, qual produto que não está sendo rentável, e assim cabe a gerencia a ordenar e minimizar os produtos que não serão mais adicionados os seus devidos estoques. Portanto, hoje a controladoria de estoques é de suma importância para empresa, verificando sempre se há o acumulativo de mercadorias, e assim aperfeiçoar e organizar de maneira eficiente sem que haja perdas ou prejuízos.

Para Dias (1993, p. 29) descreve em seu tópico que, os princípios básicos para o controle de estoques para organizar um setor, inicialmente deveremos descrever suas principais funções que são:

- a) Determinar “o quê” deve permanecer em estoque. Número de itens;
- b) Determinar “quando” se devem reabastecer os estoques. Periodicidade;
- c) Determinar “quanto” de estoque será necessário para um período predeterminado;
- d) Acionar o Departamento de Compras para executar aquisição de estoque;
- e) Receber, armazenar e atender os materiais estocados de acordo com as necessidades;
- f) Controlar os estoques em termos de quantidade e valor e fornecer informações sobre a posição do estoque;
- g) Manter inventários periódicos para avaliação das quantidades e estados dos materiais estocados; e
- h) Identificar e retirar do estoque os itens obsoletos e danificados.

Sendo assim, determina que para obter um estoque controlado precisa-se de uma função específica para identificar todas as necessidades da empresa, visando sua lucratividade, acrescentando sempre mais ativos do que passivos, para não ter que haver excessos de compras desnecessárias e sim entrada positiva para seu ativo de maneira que contribua para seu estado físico.

2.4 AUDITORIA OPERACIONAL

A auditoria operacional exercida pelas empresas visa o levantamento de dados, análises de processos, o equilíbrio da estrutura patrimonial, tendo como devido papel de analisar e visualizar a empresa e a organização do meio em que necessita-se de recursos operacionais dentro da gestão de processos. Fornecendo serviços para a adição de resultados que efetivam os objetivos gerenciais, compreendendo de maneira significativa, controlando a operação e manuseando os sistemas a serem seguidos com êxitos e adequados a cada departamentalização dos setores operacionais.

A auditoria interna operacional, também denominada de auditoria interna de desempenho, tem por objetivo a análise das atividades operacionais, visando avaliar, e se necessário corrigir, a relação custo-benefício, entre os recursos demandados pela empresa a sua aplicação de maneira eficiente/eficaz de acordo com os objetivos operacionais, táticos e estratégicos determinados pela alta direção (LINS, 2011, p. 7).

Verificando todos os dados a serem contabilizados para aplicar a operação devida em ambos os pontos em que pressupõem que haja riscos ou fraudes, aplicando a controladoria cabível dentro da empresa organizacional que exercera todas as medidas provisórias para que não ocorra desfalques em seus sistemas.

Porém, Cordeiro (2012, p. 18) descreve que auditoria operacional “é aquela onde busca-se avaliar a eficácia e o desempenho das operações, dos sistemas, dos métodos de condução dos negócios, além do cumprimento das políticas administrativas das empresas”.

Santos (2011, p. 18-19), diz que,

Na auditoria operacional temos como objetivo assessorar a administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, através da avaliação da organização, de seus departamentos, sistemas, funções, operações e programas.

O diagnostico na auditoria operacional é essencial, desde já, que se pode ser desenvolvida tanto na externa como na interna, sua estrutura organizacional compreende em seus recursos físicos e em seus sistemas de controles.

Crepaldi (2011, p. 14) afirma que nos tipos de auditorias operacionais podem ocorrer:

- a) Revisão limitada: o auditor examina as transações da empresa de modo global ou analítico, porém sem ter a necessidade de aplicar as normas de auditoria. Para este tipo de trabalho, o auditor emite um relatório longo (ressaltando que os serviços não foram executados segundo as normas) comentando como se compõe os saldos das contas sem entrar no mérito de examinar ou não, segundo a sua conveniência, os respectivos comprovantes hábeis e não há também a obrigatoriedade de observação dos inventários físicos;
- b) De caixa: especifica para determinar a extensão de fraudes;
- c) Parciais: constituindo-se em:
 - auditoria apenas em determinados setores. Exemplos: exames das contas a receber; faturamento e cobranças; eficiência do setor de credito; confirmações etc.;
 - auditoria para determinar responsabilidades contingentes (processos em andamentos, cálculos de juros, correção e outras obrigações);
 - auditoria de estoques e custos de produção.
- d) De fusão ou incorporação de empresas;
- e) De avaliação dos negócios para fins de aquisição;
- f) De ativos fixos, de investimentos etc.

Visto que, a auditoria operacional com suas derivadas funções e atribuições fazem uso de determinadas operações específicas obstruindo os meios consagrados irrelevantes para a gestão corporativa, podendo assim, contribuir com uma visão relevante e positiva para empresas que buscam soluções para operações sistemáticas, contendo uma resposta rápida e segura para seus controles, seja eles, produção, administrativo, financeiro, físicos e etc.

Araujo (1998, p. 48-49) diz que pode-se destacar em síntese alguns dos benefícios que a auditoria operacional traz para a empresa, como:

- Aumento de receitas;
- Melhoria do desempenho;
- Diminuição de desperdícios e práticas ineficientes, antieconômicas, ineficazes e abusivas;
- Redução de custos;
- Melhoria dos controles;
- Racionalização de procedimentos;
- Incremento do resultado.

Assim a auditoria operacional busca a seguir a eficiência, a economicidade e a eficácia, alternando suas operações dentro de cada setor, verificando as constantes atribuições financeiras para certas tomadas de desempenhos operacionais. Suas operações objetivam aperfeiçoar a gestão, buscar metas, traçar estratégias, identificar cada necessidade dos departamentos empresariais.

2.5 TESTES DE AUDITORIA INTERNA

Os testes ou procedimentos aplicados dentro da auditoria interna fazem parte da integração onde o auditor investiga as técnicas a serem realizadas para obter informações e respostas para as demonstrações contábeis. Através desses testes o auditor faz-se uso dos mesmos que são classificados como testes de observância e testes substantivos (CREPALDI, 2011).

2.5.1 Teste de observância

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 11, em seu item 11.1.2.2, descreve que: “os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento” (PORTAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Lins (2011, p. 5) enfatiza que, “os testes de observância: avaliam a aderência da empresa em relação aos controles internos” Assim, verificando qual sua forma coerente de utilizar todos os seus controles de maneira clara e concisa sem que haja fatos constrangidos dentro da entidade e no meio organizacional.

Yoshitake (2009, p. 13) evidencia “assim, os testes de controle ou observância, visam à obtenção de razoável, segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento das novas aplicáveis”.

A observação será em constante movimento, pois necessita de uma atenção maior e específica para determinar e concretizar todos os processos que estejam em risco e assim, fornecer o controle interno exercido pela administração da entidade envolvida.

Crepaldi (2011, p. 332) define que:

O objetivo do teste de observância é proporcionar razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estão sendo executados na forma prescrita. A segurança proporcionada por tais testes é essencial se o auditor pretende depender dos procedimentos definidos pelo sistema para determinar a natureza, oportunidade e extensão dos testes substantivos de classes específicas de transações ou de saldos.

Portanto, a devida segurança e os controles são importantes para que objetivam um processo executado de forma prescrita e formal para determinar a contabilização correta e específica de cada saldo ou transação da entidade operacional.

2.5.2 Teste substantivo

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 11, conceitua em seu item 11.1.2.3.

Os testes substantivos visam a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, dividindo-se em:

- a) testes de transações e saldos; e
- b) procedimentos de revisão analítica (PORTAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Yoshitake (2009, p. 15) determina referente aos substantivos que “A seleção de testes substantivos é baseada na estratégia de auditoria e no grau de confiança colocado nos controles contábeis internos”.

Andrade (1988 *apud* CUNHA; HEIN, 2005, p. 02-03) determina que os testes de observância “são amostras retiradas de uma população, com a finalidade de determinar, até que ponto os procedimentos, ao serem implantados, observam as especificações do sistema”.

Portanto Crepaldi (2011, p. 334) afirma que o teste de substantivos como objetivo é certificar-se da correção de um ou mais dos seguintes pontos:

- Existência: se o componente patrimonial existe em certa data;
- Direitos e obrigações: se efetivamente existentes em certa data;
- Ocorrência: se todas as transações estão registradas; e
- Mensuração, apresentação e divulgação: se os itens estão avaliados, divulgados, classificados e descritos de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

O teste de substantivo busca e fornece com finalidades todas as transações e saldos existentes e efetivos analisando os registros e todas as ocorrências, mensurando e divulgando cada item de acordo com as demonstrações contábeis, onde sua operação será revisada e registrada de acordo com o exercício apresentado.

Attie (2000, p. 53) explicita que “o enfoque do substantivo, não é o auditor se limitar aos processos de controles internos, mas sim dar ênfase a obtenção de evidências sobre a substância”.

Através de o controle interno o auditor irá estabelecer todas as evidências a serem apresentadas, onde o teste substantivo irá validar a correção para aplicarem-se todos os objetivos estabelecidos.

3 METODOLOGIA

Este presente trabalho foi realizado em uma empresa de pequeno porte no município de Jaciara, sendo um comércio de prestação de serviços e autopeças. Que foram coletados dados do sistema e análises dos relatórios de conferência manuscrita para identificação das faltas/divergências entre as mercadorias.

Referente à coleta de dados baseia-se na pesquisa documental que segundo Gil (2010, p. 30):

A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia. Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.

Assim, na pesquisa documental foram utilizados dados documentais, para elaboração da tabela, observando as constantes perdas, sem um controle interno específico.

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 57) a pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Deste modo, houve coletas de informações e análises, sobre ideias de autores, artigos, sites periódicos e livros, para complementar e abranger a contextualização e as citações deste artigo, fornecendo um diversificado conhecimento sobre o tema, onde haverá a contribuição para conclusão do mesmo.

Sendo um estudo de caso, Yin (2001, p. 33 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 27), define que: “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Quanto ao tipo de contribuição do estudo apresenta-se a pesquisa básica que segundo Gil (2010, p. 26) a pesquisa é “A primeira, denominada pesquisa básica, reúne estudos que tem como propósito preencher uma lacuna no conhecimento”.

Com um conceito positivo, a pesquisa básica se concentra em uma maior eficácia para a contribuição e solução que a organização busca ou deseja solucionar os problemas encontrados dentro do estoque.

Na abordagem do problema se faz presente a pesquisa quantitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 60) “A abordagem quantitativa, nas Ciências Sociais, é a mais apropriada para apurar atitudes e responsabilidades dos entrevistados, uma vez que emprega questionários”.

A pesquisa quantitativa integra um conceito amplo e diversificado, referente às devidas variáveis ocorridas dentro do sistema, avaliando de maneira específica e coerente as resoluções e as amostras apresentadas as respectivas coletas de dados, portanto a pesquisa quantitativa contribui para uma melhor compreensão efetiva de dados.

Sendo objetivo de pesquisa descritiva, este trabalho busca fornecer a relação de coleta de dados, onde demarca e especifica a controladoria da empresa pesquisada, na qual se fundamenta um controle de estoque.

As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria (GIL, 2010, p. 27).

Assim, ter a devida informação correta para manuseio da pesquisa, havendo a compreensão e a objetividade dos dados coletados para aplicar-se a resolução desejada.

Entretanto, o método é o dedutivo, já que, foram observados determinados dados, estabelecendo assim à lógica e a determinação da conclusão dos fatos obtidos. Havendo, uma diversificada pesquisa através dos pontos mais discutidos na empresa, colocando em prática a investigação e verificando as perdas mais constantes de determinado produto.

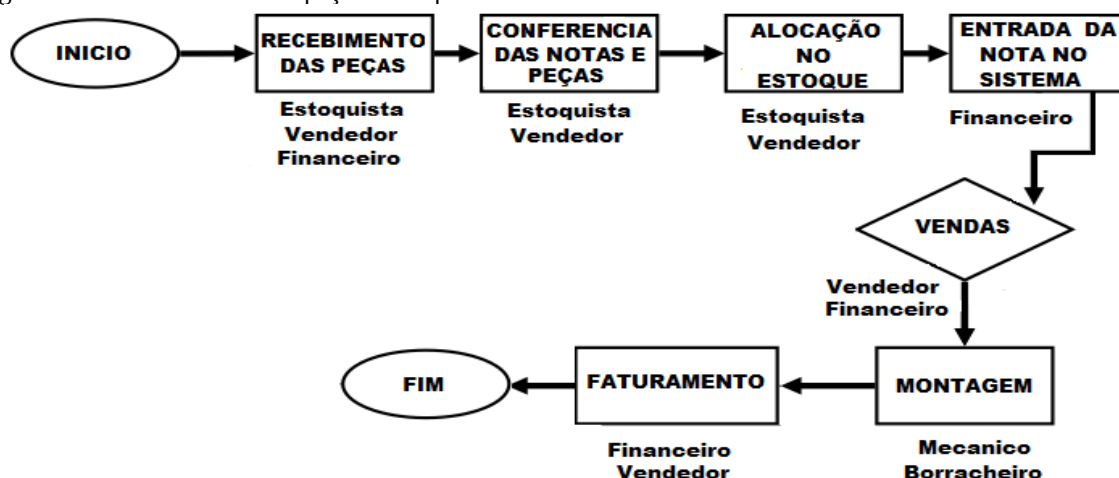
O método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte dos princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica (GIL, 2008, p. 9).

Através desse método a percepção se faz clara e lógica, onde irá questionar e raciocinar os fatos que estão sendo prejudicial à empresa, tornando à vista a ilustração através de tabela, avaliando a perda e assim mostrar a importância de um controle interno para solucionar os problemas.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

O Auto Center na qual foi coletada a pesquisa localiza-se em Jaciara estando a seis anos no ramo, oferecendo diversos produtos e serviços no ramo automotivos e cargas pesadas, trazendo uma ampla variedade de marcas de peças, pneus, produtos de caminhão, agrícolas, composta por um proprietário e nove funcionários, onde estão aptos para melhor atender a necessidade de seus clientes.

Figura 1 – Entrada e saída das peças da empresa



Fonte: Da autora.

Neste fluxograma acima, demonstra desde a entrada até a saída das compras de mercadorias, que se dá início ao recebimento das peças pela maior parte através do vendedor que confere e aloca as peças até ao estoque assim que o financeiro efetiva a entrada da nota no sistema, sendo eles, vendido pelo vendedor ou financeiro, passando se necessário ao mecânico ou borracheiro para montagem, que quando terminado serviço ou entrega da peça o vendedor ou financeiro faz o faturamento da ordem de serviço para pagamento, onde o vendedor faz a conferencia mensalmente dos produtos entre os relatórios retirados no sistema e a conferencia das peças que estão dentro do estoque. Portanto o responsável pelo estoque é o vendedor/estoquista, só que, os demais funcionários têm acesso também ao estoque.

Tabela 1 – Tabela dos produtos

PRODUTO	ESTOQUE INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	FISÍCO	FURO	VALOR TOTAL
CAMÂRA MOTO	0	27	24	0	-03	R\$ -70,00
AMORTECEDOR DIANTEIRO	02	04	02	04	-	R\$ 441,39
EXTENSÃO NYLON	04	20	15	06	-03	R\$ -30,00

VALVULA CAMINHÃO	10	15	10	14	-01	R\$ -15,00
VALVULA CARRO PASSEIO	86	200	198	58	-30	R\$ -150,00
KIT. AMORTECEDOR	06	08	10	02	-02	R\$ -56,00
VALVULA AGRICOLA	0	20	0	07	-13	R\$ -195,00
DESINGRIPANTE	0	33	30	0	-03	R\$ -36,00
CAMÂMRA CAMINHÃO	0	05	04	0	-01	R\$ -100,00
CILINDRO MESTRE	0	01	0	0	-01	R\$ -345,00
BIELETA BARRA	0	01	0	0	-01	R\$ -72,50
BUCHA PONTA ESTABILIZADOR	0	10	09	0	-01	R\$ -13,00
CUBO DE RODA	02	03	02	02	-01	R\$ -42,00
TERMINAL DE DIREÇÃO	0	02	02	0	-	R\$ 55,00
PNEU 175/70R13	0	30	07	23	-	R\$ 195,00
CX. DIREÇÃO REMAN VECTRA	0	01	01	0	-	R\$ 1.140,00
PNEU 245/70R16	0	04	03	0	-01	R\$ -560,00
PNEU MOTO 80/100R14	02	06	05	03	-	R\$ 118,00
PNEU 295/80R22,5	0	02	02	0	-	R\$ 1.695,00
COMPRESSOR ACD	0	01	01	0	-	R\$ 1.105,00

Fonte: Da autora.

Através dos dados coletados, pode-se observar uma constante análise sobre os produtos divergentes. A tabela dos dados foi composta perante o estoque inicial, mais a adição das entradas, subtração da saída e o confrontamento entre o estoque físico no sistema e a tabela manuscrita dos produtos pegos durante o mês. Concluindo assim, o levantamento das faltas, perante os faturamentos, perdas ou furos dos produtos lançados incorretos, ou não lançados nas ordens de serviços.

Verifica-se que as válvulas de rodas carro passeio, válvulas agrícolas, válvulas para caminhão e as extensões, são as que mais ocorrem furos no sistema, dentro de seis meses foram negativadas 47 válvulas do sistema, ocasionando num valor de menos R\$ 390,00, pois além de serem mais baratas e por serem peças pequenas, vem ocasionando furos mensalmente, passando eles por despercebidos. Dentro de seis meses observa-se um valor significativo total de perdas de produtos no valor de R\$ 1.684,50. Dentre eles, um pneu aro 16 no valor R\$ 560,00, onde não foi encontrado o motivo pelo qual ficou negativo no sistema, gerando questões sobre o produto e sobre seu determinado fim, em segundo lugar ficam as peças e produtos dos motores de suspensão e freios em um valor de menos

R\$ 564,50. E por fim as câmaras de motos e caminhão com um valor de R\$ 170,00 em que ocorre este tipo de prejuízo.

Sendo assim, foram constatados uma alta elevação de perdas de produtos relevantes, com prejuízos devastadores. Conforme a análise observada sobre o aspecto físico do estoque confrontando com o que estava no sistema, observou-se as distorções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste trabalho, conclui-se que a auditoria interna nas empresas é de suma importância, pois, acrescenta valores e conceitos positivos para certas tomadas de decisões, organizações e controles internos. Portanto, esta pesquisa teve uma maior abrangência sobre o tema, para a visualização de seus benefícios em auditar e contribuir para análises e medidas cabíveis, seja qual for o setor necessitado.

A pesquisa foi realizada em uma empresa privada de Auto Center no município de Jaciara, analisando e relacionando relatórios do estoque de mercadorias, confrontando entre as planilhas manuscritas de produtos pegos e a conferência perante o sistema. Identificando quais maiores falhas ou perdas sobre os produtos, vendidos, lançados ou pegos de maneira incorreta.

Foi verificado perante a análise, uma falta de organização entre o estoque e os demais colaboradores, pois, não há um controle e uma pessoa específica para a anotação e o faturamento dos produtos. Sendo assim, ocorrendo durante os meses uma falta ou uma incompatibilidade entre os dados repassados e analisados durante a pesquisa, por não possuir um responsável fixo pelo estoque e todos os colaboradores terem acesso, ocasiona uma divergência entre os meses identificados neste trabalho, relatando assim prejuízos a empresa de maneiras significantes.

Entretanto, existem ocorrências de que essas divergências ocasionam um impacto não só para a empresa, mas também para o funcionário, sendo que, o acontecimento dessas perdas é de responsabilidade dele, aplicando assim no abatimento de seu salário a cada perda encontrada. E assim através da auditoria, podem-se propor decisões e prevenções perante as falhas encontradas, evidenciando um controle e uma organização eficaz, podendo também implementar um sistema formal de controle de estoque, com um responsável interno dentro do setor, criando protocolos a serem seguidos, do responsável pelo recebimento das peças e estocagem, até seu destino final.

Diante destas abordagens os resultados de pesquisas são limitados, o trabalho foi concretizado durante o mês de maio a outubro, e cada qual com suas limitações e dificuldades que às vezes

encontrada. Portanto, recomenda-se pesquisas futuras sobre, as estratégias contra gestão de riscos e erros com embasamento na auditoria, auditoria de sistemas e auditoria x perícia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joaquim José dos Santos. **Princípios e prática de auditoria e revisão de contas**. Lisboa: Silabo, 2015.

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de controle gerencial**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à auditoria operacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ATTIE, William. **Auditoria**: Conceito e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CORDEIRO, Claudio Marcelo Rodrigues. **Auditoria e governança corporativa**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: Teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CUNHA, Paulo Roberto da; HEIN, Nelson. Procedimentos de auditoria utilizados pelas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina. **Anais ... IX Congresso Internacional de custos**. Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2105/2105>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DANTAS, Ralliany dos Santos. **A utilização do controle interno e suas vantagens na gestão administrativa financeira das micro e pequenas empresas**. Caicó, 2016. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: Uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUND, Sergio. **Auditoria**: Conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria**: Uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: Um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão, 2011. Manual (Pós-Graduação). Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 11 – Normas de auditoria independente nas demonstrações contábeis.** Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTOS, Franklin. **Auditoria contábil.** São Paulo: Clube de Autores, 2011.

SILVA, Erlon Rodrigo da. **A importância da auditoria interna na gestão dos recursos financeiros:** Um estudo de caso em uma rede de concessionárias de veículos. Florianópolis, 2018. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

YOSHITAKE, Mariano. **Auditoria contábil.** Curitiba: IESDE, 2009.

ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO EM UMA INDÚSTRIA DE LACTICÍNIOS: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DE MATO GROSSO

Hoennicke, Carina Francisco¹

Duarte, Evaldo Rezende²

Luciana Aparecida Augusta Oliveira³

RESUMO

O planejamento da produção representa uma das grandes preocupações das indústrias de laticínios. Conhecer os custos envolvidos faz parte desse planejamento e contribui para evitar perdas e otimizar os lucros. Empresas que acompanham e controlam seus custos são financeiramente mais sólidas e possuem maior sobrevivência. O presente artigo teve como objetivo analisar os custos envolvidos na fabricação de produtos lácteos em uma indústria de laticínios no estado de Mato Grosso, a fim de demonstrar a relevância de cada dispêndio, ocorrido na fabricação, sobre o custo unitário final dos itens que compõem o Mix de produção no período estudado (Fevereiro de 2019). Com o auxílio das ferramentas de análise criadas pela Contabilidade de Custos, pôde-se perceber como certos custos impactam com maior intensidade o valor de produção do item, enquanto outros são quase que irrelevantes. Verificou-se, também, que o(s) critério(s) de rateio - utilizado(s) para alocar alguns custos e despesas - influencia(m) diretamente na produção sob o ponto de vista da viabilidade financeira do produto. O presente trabalho evidenciou em sua conclusão como a Contabilidade pode contribuir para a melhoria da produção e para o aperfeiçoamento da gestão dos custos e despesas nas empresas de laticínios. A metodologia utilizada foi descritiva, bibliográfica e estudo de caso.

Palavras-chave: Contabilidade de custos; Laticínios; Produção.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço – EDUVALE, Jaciara MT. E-mail: k_hoennicke@hotmail.com

² Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE Business School (2018); Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2014); Especialista em Gestão Empresarial pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis – UNIR (2008); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE (2007).

³ Oliveira, Luciana Aparecida Augusta de Oliveira. Especialista em Recursos Humanos – Gestão de Pessoas (2012), Bacharel em Administração (2006), Bacharel em Ciências Contábeis (2012) pela Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Eduvale.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade de custos é uma das atividades mais importantes nas empresas, é o ramo da Ciência Contábil utilizada para identificar, mensurar, registrar e informar os custos dos produtos, mercadorias e serviços. Por meio dela, é possível saber os valores alocados em determinado produto.

A contabilidade de custos nasceu da contabilidade financeira, quando se houve a necessidade de controlar os estoques de uma indústria. Os custos estão relacionados aos gastos despendidos na fabricação/comercialização/prestação de produtos e serviços, auxiliando, também, no controle de estoques, alertando os administradores para quaisquer resultados que exijam correção. Vale ressaltar que o controle eficiente dos custos garante a estas empresas e às demais instituições, a possibilidade de gerenciar seus gastos e ganhos de forma a equilibrar as necessidades e os resultados da mesma.

Esta é uma pesquisa que abordará o custo dos produtos lácteos em uma indústria de laticínios no estado de Mato Grosso, onde sua principal matéria-prima é o leite. Tornando-se relevante o gerenciamento dos custos de produção para gerar informações na tomada de decisão. A matéria-prima é adquirida diretamente de produtores e posteriormente utilizada para fabricar produtos derivados do leite, como: manteiga, doce de leite, requeijão, iogurtes, entre outros.

O objetivo deste estudo é avaliar a relevância de cada custo na fabricação dos produtos que compõe o mix de produção da empresa analisada.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi quantitativa, pois os dados coletados apresentam natureza quantitativa e serão apresentados em forma de quadros e tabelas. A pesquisa documental será realizada por meio da coleta de dados de demonstrações contábeis como: balancetes de verificação, demonstração do resultado do exercício, fichas técnicas de produção e alocação e outros informativos gerenciais utilizados pela empresa em fevereiro de 2019. Os resultados obtidos contribuirão para um melhor conhecimento dos custos de produção e para a visualização do custo final dos produtos, auxiliando, em etapa posterior do processo produtivo, na fixação do preço de venda satisfatório.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo contém os fundamentos teóricos sobre os quais se desenvolveu a pesquisa.

2.1 Contabilidade de Custos

Segundo o autor Martins (2001, pag. 23), “a contabilidade de custos nasceu da contabilidade financeira, quando da necessidade de avaliar estoques da indústria, tarefa essa que era fácil na empresa típica da era do mercantilismo. Até a Revolução Industrial (século XVIII), quase só existia a Contabilidade Financeira (ou Geral), que, desenvolvida na Era Mercantilista, estava bem estruturada para servir as empresas comerciais”.

Por outro lado, Berti (2010, p. 19) afirma que:

A contabilidade de custo, é uma parte da contabilidade financeira voltada à apuração dos gastos ocorridos, no sentido de apurar resultados em qualquer atividade física ou mental do homem, quer com seus recursos pessoais, quer mediante a utilização de outros meios. Utiliza os mesmos mecanismos da contabilidade financeira, porém dá ênfase aos problemas de classificação dos custos, bem como, ao seu controle. Quando se elabora o custo dos produtos industrializados por uma empresa, utilizam-se os dados obtidos pela contabilidade dos gastos efetuados num determinado período.

Para Martins (2001), a primeira preocupação dos Contadores, Auditores e Fiscais foi a de fazer da Contabilidade de custos uma forma de resolver seus problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado, não a de fazer dela um instrumento de administração. Devido o crescimento das empresas, com o consequente aumento da distância entre administrador e ativos e pessoas administradas, passou a Contabilidade de Custos a ser encarada como uma eficiente forma de auxílio no desempenho dessa nova missão: a gerencial.

Martins (2001) ainda afirma que, nesse seu novo campo, a Contabilidade de Custos tem duas funções relevantes: auxiliar o controle e ajudar as tomadas de decisões. No que diz respeito ao controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, acompanhar os fatos contábeis ocorridos e comparar com os parâmetros anteriormente definidos. No que tange a decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alienação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às consequências de curto e longo prazo sobre medidas de corte de produtos, fixação de preços de venda, opção de compra ou fabricação etc.

Quando falamos em Custo Industrial estamos nos referindo aos procedimentos contábeis e extracontábeis necessários para se conhecer o quanto custou para a empresa industrial à fabricação dos seus produtos, através do processo industrial (MOURA, 2013).

Berti (2010) afirma que a contabilidade e análise de custos deixaram de ser um mero instrumento de auxílio à definição de preços e passaram a ser um auxílio à gestão empresarial capaz, correta, necessária à manutenção da continuidade e sobrevivência das empresas. A contabilidade de custos passou nas últimas décadas de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros globais para importante arma de controle de decisões globais.

Segundo os autores Neves e Viceconti (2013), com a Revolução Industrial, a contabilidade precisou adaptar os métodos de apuração de resultado utilizados nas empresas comerciais para melhor atender as empresas industriais recém-surgidas. A solução para o problema foi usar o mesmo esquema das empresas comerciais para apuração do resultado, substituindo o item compras pelo pagamento dos fatores que entraram na produção: matéria-prima consumida, salário dos trabalhadores da produção, energia elétrica e combustíveis utilizados, enfim, todos os gastos que foram efetuados na atividade industrial e que foram denominados de Custo de Produção.

A contabilidade de custos teve como principal função a avaliação de estoques em empresas industriais, que é um procedimento muito mais complexo do que nas empresas comerciais, uma vez que envolve muito mais que a simples compra e revenda de mercadorias; são feitos pagamentos a fatores de produção tais como salários, aquisições e utilização de matérias-primas. Os demais gastos devem ser incorporados ao valor dos estoques das empresas no processo produtivo. (VICECONTI; NEVES, 2013, p.08)

Ainda segundo Neves e Viceconti (2013), o controle de custos dentro de qualquer atividade econômica é de fundamental importância para orientar os processos administrativos e decisórios da empresa como um todo. Apesar do controle de custos isoladamente não garantir a manutenção e até mesmo a ascensão da empresa no mercado, a ausência dele certamente a deixará mais exposta ao insucesso. O controle de custos industriais é uma ferramenta básica extremamente importante para a otimização dos processos gerenciais e indispensáveis para orientar as decisões diárias das empresas em relação ao processo de produção e às decisões estratégicas relativas à orientação para o mercado. Portanto, o conhecimento e a adoção de técnicas eficientes de controle de custos contribuem positivamente para o sucesso dos processos administrativos e gerenciais nas empresas.

2.2 Custos Diretos e Indiretos

Quanto à apropriação aos produtos fabricados, os custos podem ser definidos em Diretos e Indiretos.

Segundo Berti (2010), custos diretos são aqueles de fácil identificação e alocação aos produtos originários. Os custos diretos mais comuns são: matéria-prima, mão de obra direta e embalagens. Estes podem ser apropriados diretamente aos produtos fabricados, porque há uma medida objetiva de seu consumo nesta fabricação.

Para Zanluca (1996, p. 160) custo direto é:

Aquele que pode ser identificado diretamente a cada tipo de obra a ser custeado, no momento de sua ocorrência, isto é, está ligado diretamente a cada tipo de bem ou função de custo. É aquele que pode ser atribuído (ou identificado) direto a um produto, linha de produto, centro de custo ou departamento. Exemplos de custos diretos: matérias-primas usadas na fabricação do produto; mão de obra direta e serviços sub-contratados e aplicados diretamente nos produtos ou serviços.

Por outro lado, custo indireto é aquele em que o técnico precisa de um auxílio, de uma metodologia, de uma forma de rateio para identificar o custo e não pode se afirmar com certeza ou com precisão se realmente o valor é correto.

Custo indireto são aqueles que não podem ser facilmente identificados em relação a cada produto fabricado, motivo pelo qual a sua determinação está condicionada ao cumprimento de regras bem como a realização de cálculos mais detalhados (MOURA, 2008).

Segundo Martins (2000), “os custos indiretos não oferecem condição de uma medida objetiva e qualquer tentativa de alocação tem de ser feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária”.

Os exemplos de custos indiretos são: depreciação de equipamentos que são utilizados na fabricação de mais de um produto; salários dos chefes de supervisão de equipes de produção e toda mão de obra que não tem aplicação direta sobre o produto, aluguel da fábrica, gastos com limpeza da fábrica e energia elétrica que não pode ser associada ao produto.

2.3 Custos Fixos e Variáveis

Os custos podem ser fixos ou variáveis, assim como as despesas. Custo fixo é aquele que ocorre na empresa independente de esta estar ou não em atividade - custo ocorre e a organização tem que se responsabilizar pelo mesmo. Os custos fixos mais comuns são: aluguel, salários fixos mensais, encargos sociais sobre salários e retirada de diretores (pró-labore).

Para Neves e Viceconti (2013, p. 22), “Custos fixos são aqueles cujos valores são os mesmos qualquer que seja o volume de produção da empresa”. Da mesma forma, Ribeiro (2009, p. 27) afirma que “Os custos fixos são aqueles que permanecem estáveis independentemente de alterações no volume da produção. São custos necessários ao desenvolvimento do processo industrial em geral, motivo pelo qual se repetem em todos os meses do ano”.

Quanto aos custos variáveis, Ribeiro (2009, p. 28) os define como sendo “aqueles que variam em decorrência do volume da produção. Assim, quanto mais produtos forem fabricados em um período, maiores serão os custos variáveis”. Um exemplo desta categoria é a matéria-prima. Por estar vinculada ao volume produzido, possui uma estreita relação com os custos diretos, assim como os custos fixos estão relacionados aos custos indiretos.

De acordo com Martins (2001, p. 55), “os custos diretos são variáveis, quase sem exceção, mas os indiretos são tanto fixos como variáveis, apesar da geral predominância dos primeiros”.

2.4 Métodos DeCusteio

Para Berti (2010), método de custeio é a forma empregada ou maneira utilizada para se calcular o custo de um produto ou serviço. Conforme o método de custeio haverá custos diferentes para o mesmoproduto.

Os métodos de custeio são ferramentas importantes para a geração de informações relevantes, que serão usadas para a tomada de decisões. Em razão disso, é importante que a organização utilize métodos compatíveis com seus objetivos e características. Dentre os diversos métodos de custeio existentes, cada qual com sua própria metodologia, encontram-se o Custeio por Absorção e o Custeio Direto(Variável).

2.4.1 Custeio porAbsorção

No Brasil, o custeio por absorção é o mais utilizado, pois além de respeitar os Princípios Fundamentais de Contabilidade, é aceito pela legislação comercial e pela legislação fiscal. A maioria das empresas utiliza o rateio para fazer corretamente a separação dos seus custos das suas despesas para que seja alocada cada uma em seu departamento correto, sendo assim o conceito de custeio por absorção para Martins (2001, p.41) é:

É o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, nascido da situação histórica mencionada. Consistem na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de fabricação são distribuídos para todos os produtos feitos.

Segundo Leone (2000, p.242), “o critério do custo por absorção é aquele que inclui todos os custos indiretos de fabricação de certo período nos custos de suas diferentes atividades industriais, sejam produtos, processos ou serviços”. O custeio por absorção ou custeio pleno consiste na apropriação de todos os custos (sejam eles fixos ou variáveis), à produção do período.

2.4.2 Custeio Direto(Variável)

É um tipo de custeamento que consiste em considerar como custo de produção do período apenas os custos variáveis incorridos. Os custos fixos, pelo fato de existirem mesmo que não haja produção, não são considerados como custo de produção e sim como despesas, sendo encerrados diretamente contra o resultado do período. Desse modo, o custo dos produtos vendidos e os estoques finais de produtos em elaboração e produtos acabados só conterão custos variáveis.

A técnica de custeio direto parte do princípio de não ratear e não distribuir ao custo dos produtos ou dos serviços as parcelas de custos fixos. Na técnica do custeio direto todos os custos diretos variáveis são imputados aos custos dos produtos ou serviços mediante sistemas de apuração e medição. (BERTI 2010,p.67).

O método de custeio direto é um dos métodos mais utilizados na geração de informações destinadas à tomada de decisão dos gestores da empresa.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica pode ser compreendida como o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados na pesquisa, isto é, os procedimentos a serem utilizados na obtenção do conhecimento, através de técnicas que garantam a legitimidade do saber obtido. Esta etapa do projeto deve ser exposta de modo suficientemente claro e detalhada, para que "qualquer pessoa" que a leia seja capaz de reproduzir os aspectos essenciais do estudo.

3.1 Método

A ciência se caracteriza pela utilização de métodos científicos, porém nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências. Diante de tais premissas pode-se concluir que método nem sempre gera ciência, mas não à ciência sem método científico.

Conceitua-se Método na dicção de Lakatos (2003, p. 83) como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso, cujo objeto de análise é uma indústria de laticínios no estado de Mato Grosso.

O método de pesquisa a ser utilizada no projeto será o método dedutivo, que segundo Lakatos (2003, p.92), significa que “Se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira”. Toda a informação ou conteúdo fático já estava pelo menos implicitamente nas premissas, isto é, os dados da pesquisa foram coletados na busca pela certeza do saber obtido, de forma sistemática, partindo-se de uma generalização para a especificação que, posteriormente, levará à conclusão de determinado assunto.

3.2 Técnicas de pesquisa

Entende-se por técnicas de pesquisa os procedimentos que se realizam com o fim de recolher informações sobre o programa ou objetivo avaliado. Para Lakatos (2003, p. 174) pode ser definida da seguinte maneira: “Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

O tipo de pesquisa utilizada para obter as informações pertinentes ao tema é a pesquisa bibliográfica, onde os instrumentos de estudo usados abrangem toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, jornais, revistas, livros, monografias, teses, sites da internet e artigo. Quanto à técnica de pesquisa utilizada será em livros, internet e dados da empresa.

A pesquisa usada será a descritiva, pois serão descritas as informações relativas aos custos de produção da indústria de laticínios que opera no estado de Mato Grosso.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O estudo foi realizado durante o mês de fevereiro de 2019, período no qual os custos e despesas oscilaram de forma aleatória e não ocorreram eventos atípicos na rotina industrial. Serão apresentados os dados relativos aos custos da atividade Industrial da Sociedade “Leite de Qualidade”, bem como a apresentação dos resultados da Análise dos Custos sobre seus principais produtos.

Quadro 1 - Custos e Despesas (fev/2019)

Custos	R\$	Despesas	R\$
Mão de obra Direta	196.475,02	Despesas Comerciais	68.565,23
Energia	44.239,86	Despesas Tributárias	39.607,42
Água	292,08	Despesas Gerais	569,00
Depreciações	56.803,66		
Matéria-Prima	4.216.818,35		
Matéria Secundaria	84.281,13		
Conservação e Manutenção	43.573,12		
Embalagens	128.217,52		
Outros Custos	1.044,85		
Total	4.771.745,59	Total	108.741,65

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro acima evidencia os custos e despesas do período de fevereiro de 2019. Entre os custos totais da empresa, encontram-se as matérias-primas – sendo o Leite a principal delas devido ao fato de ser adquirido em enorme quantidade e sua importância para a composição dos produtos. Nas posições de maior vulto, figura, também, os custos com a mão de obra direta - composta daqueles trabalhadores que participam diretamente do processo produtivo industrial. Outros custos são compostos por gastos de inexpressivo valor e de natureza fixa.

Nas despesas se encontram os dispêndios com vendas, compostos por fretes, despesas com veículos e atenções comerciais. Todas elas surgem durante o processo de venda dos produtos. As despesas tributárias são aquelas destinadas a fundos estatais como o FUNDEIC/FUNDED. As despesas gerais são os gastos com o escritório responsável pela venda da produção industrial.

Abaixo estão relacionados os produtos e as quantidades produzidas durante todo o mês de fevereiro, conforme relatórios de produção fornecidos.

Quadro 2 – Produção do Período (fev/2019)

Produto	Unidade Medida	Quantidade Produzida
Leite Concentrado	Litro	1.020.000
Leite Tipo C	Litro	572.051
Iogurte Morango 900 G	Frasco	8.087
Iogurte Coco 900 G	Frasco	3.335
Requeijão	Pote	17.601
Doce de Leite	Pote	9.862
Queijo Mussarela 5Kg	Unidade	5.336
Manteiga 500 G	Pote	1.213
Manteiga 250 G	Pote	34.862
Bebida Láctea Morango	Frasco	76.359
Bebida Láctea Coco	Frasco	43.242
Bebida Láctea Pêssego	Frasco	19.716
Bebida Láctea Ameixa	Frasco	9.770
Bebida Láctea Banana	Frasco	13.079

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se no quadro 2, que grande parte do leite captado é destinada a fabricação e venda de leite concentrado e bebidas lácteas e o restante se divide entre os demais produtos. No quadro a seguir, encontram-se ilustrados os custos e despesas fabris nos produtos acabados.

Estes, por sua vez, são distinguidos como de natureza fixa e de natureza variável em relação à produção.

Quadro 3 - Custos e despesas fixas e variáveis (fev/2019)

Custo e Despesas Variáveis	R\$	Custo e Despesas Fixas	R\$
Mão - de - obra Direta	196.475,02	Despesas Gerais	569,00
Energia	44.239,86	Depreciações	56.803,66
Água	292,08	Conservação e Manutenção	43.573,12
Matéria - Prima	4.216.818,35	Outros Custos Fixos	1.044,85
Matéria Secundaria	84.281,13		
Embalagens	128.217,52		
Despesas Comerciais	68.565,23		
Despesas Tributárias	39.607,42		

Fonte: Elaborado pela autora

As despesas comerciais e tributárias fazem parte dos custos e despesas variáveis, pois dependem do volume de vendas, que por sinal, está ligada a produção. Por outro lado, conservação/manutenção, dispêndios gerais e outros custos de despesas fixas mantêm seus valores praticamente constantes independentemente do volume produzido e, por isto, estão classificados como sendo de natureza fixa.

O custo direto unitário do produto lácteo é encontrado somando-se o valor total dos insumos consumidos na fabricação pela quantidade produzida no período. Os insumos podem ser divididos em três categorias: matéria-prima (Leite e demais ingredientes), materiais secundários e as embalagens.

A seguir, estão apresentados os quadros contendo o custo direto total e o custo direto unitário incorrido em cada produto no período de análise (Fevereiro/2019).

Quadro 4 - Custos Diretos do Leite concentrado

Produção		Material
<u>LEITE CONCENTRADO</u>		LEITE CRU (L)
Qtd Prod.	1.020.000	2.397.000,00
Custo Unit. (R\$)	3,10	1,32
Custo Total (R\$)	3.162.055	3.162.055,20

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 5 - Custos Diretos do Leite tipo C

Produção		Materiais		
<u>Leite tipo C</u>		LEITE CRU (L)	FILME (Unid)	FITA H. STAMPING (Unid)
Qtd. Prod.	572.051	577.887,03	3.204,00	61,60
Custo Unit. (R\$)	1,39	1,32	10,64	6,30
Custo Total (R\$)	796.801	762.332,37	34.080,63	388,30

Fonte: Elaborado pela autora

Tanto o Leite concentrado (Quadro 4) como o Leite Tipo C (Quadro 5) possuem como componente principal o Leite cru. Sendo, este último, empacotado para a venda.

Quadro 6 - Custos Diretos do Iogurte de Morango

Produção		Materiais					
<u>IOG. MORANGO</u>		EITE (L)	AÇÚCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	POUPA (Kg)	FRASCO (Unid)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	8.087	6.550	665	6	145	8.093	670
Custo Unit. (R\$)	2,16	1,32	1,56	36,81	5,75	0,74	1,15
Custo Total (R\$)	17.454	8.641	1.037	221	834	5.948	773

Fonte: Elaborado pela autora

O produto iogurte de morango é composto por 6 materiais. Sendo que o insumo que apresenta maior relevância quanto ao valor é o leite pasteurizado, seguido pelo frasco, açúcar e a poupa demorango.

Quadro 7 - Custos Diretos do Iogurte de Coco

Produção		Materiais						
<u>IOG. COCO</u>		EITE (L)	AÇÚCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	POUPA (Kg)	TAMPA (Unid)	FRASCO (Unid)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	3.335	2.750	275	3	60	3.335	3.335	275
Custo Unit. (R\$)	2,20	1,32	1,56	36,81	4,4	0,04	0,74	1,15
Custo Total (R\$)	7.328,04	3.627,72	428,73	92,02	264,06	147,07	2.451,23	317,21

Fonte: Elaborado pela autora

O produto iogurte de coco é composto por 7 materiais. Sendo que o ingrediente com maior relevância é leite pasteurizado; seguido pelo açúcar, caixa de papelão e a poupa de co- co.

Quadro 8 - Custos Diretos do Requeijão

(Continua)

Produção		Materiais					
REQUEIJAO		LEITE (L)	SAL(Kg)	CREME DE LEITE (Kg)	SORBATO DE POTASSIO (Kg)	SAL (Kg)	ISINA (Kg)
Qtd. Prod.	17.601	16.540	17	958	1	39	0,47
Custo Unit. (R\$)	2,06	1,32	2,05	8,00	36,15	6,20	274,07
Custo Total (R\$)	36.337	21.819,10	34,78	7.664,00	51,69	241,82	131,55

Quadro 8 - Custos Diretos do Requeijão

(Conclusão)

	Materiais					
	REDUTOR DE ACIDES (Kg)	LACRE (Unid)	CAIXA (Unid)	TAMPA (Unid)	POTE (unid)	RÓTULO (Unid)
Qtd. Prod.	14	18.923	1.467	18.111	18.596	17.601
Custo Unit. (R\$)	10,4	0,02	0,62	0,06	0,16	0,05
Custo Total (R\$)	145,57	471,18	915,85	1.086,66	2.887,96	887,09

Fonte: Elaborado pela autora

O produto requeijão é composto por 12 materiais. Os principais insumos são o leite pasteurizado, o creme de leite, o pote de requeijão e a tampa. Seguidos pelos demais materiais.

Quadro 9 - Custos Diretos do Doce de leite

Produção		Materiais						
DOCE DE LEITE		LEITE (L)	ÚCAR (Kg)	BICARBONATO DE SODIO (Kg)	POTE (Unid)	LACRE (Unid)	CAIXA (Unid)	TAMPA (Unid)
Qtd. Prod.	9.862	9.550,00	1.805,00	1,87	9.999,00	9.993,00	813,00	9.987,00
Custo Unit. (R\$)	2,06	1,32	1,56	2,84	0,25	0,04	1,11	0,09
Custo Total (R\$)	20.303	12.598,09	2.814,00	5,31	2.536,75	376,74	903,73	868,87

Fonte: Elaborado pela autora

O processamento deste produto consiste em concentrar o leite com os ingredientes em um equipamento específico, até alcançar o ponto característico do produto.

Na produção do doce de leite foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, bicarbonato, potes, lacres de alumínio, caixas de papelão e tampas, conforme o quadro. No mês de fevereiro de 2019, a produção foi de 9.862 potes de doce de leite a um custo total de R\$ 20.305,00. O custo direto unitário foi de R\$ 2,06.

Quadro 10 - Custos Diretos do Queijo

Produção		Materiais						
QUEIJO		LEITE (L)	CLORETO DE CÁLCIO (Kg)	SAL (Kg)	ALHO (L)	COAGULANTE (L)	EMBALAGEM (Unid)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	5.336	51.800	33,0	66	1,7	1,4	1.328	207
Custo Unit. (R\$)	13,14	1,32	2,69	2,05	323,56	133,04	0,45	1,1
Custo Total (R\$)	70.134	68.333,11	88,63	135,04	562,99	184,26	603,58	227,12

Fonte: Elaborado pela autora

Numa produção regular, são necessários 9 litros de leite para se produzir 1 kilo de queijo com 3,2% de gordura. A fabricação dos queijos é feita em tanques, nos quais o leite é coagulado, prensado e, posteriormente, salgado e refrigerado.

Quadro 11 - Custos Diretos da Manteiga 500g

Produção		Materiais						
MANTEIGA 500g		SAL (Kg)	CREME DE LEITE (Kg)	POTE (Unid)	LACRE (Unid)	CAIXA PAPELAO (Unid)	DIVISORIA PAPELAO (Unid)	TAMPA (Unid)
Qtd. Prod.	1.213	8	983	1.227	1.226	50	50	1.222
Custo Unit. (R\$)	6,94	2,05	8,00	0,22	0,06	1,76	0,24	0,08
Custo Total (R\$)	8.421	16,37	7.864,00	275,58	74,05	87,78	12,12	91,65

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção da manteiga 500g foram utilizadas as seguintes matérias primas: sal refinado, creme de leite, potes, lacres de alumínio, caixas de papelão, divisórias de papelão e tampas, conforme demonstra o quadro acima. O principal insumo é o creme de leite.

Quadro 12 - Custos Diretos da Manteiga 250g

Produção		Materiais					
MANTEIGA 250g		SAL (Kg)	CREME DE LEITE (Kg)	POTE (Kg)	LACRE ALUMINIO (Unid)	CAIXA (Unid)	TAMPA (Unid)
Qtd. Prod.	34.862	131	14.120	34.777	35.056	1.448	34.736
Custo Unit. (R\$)	3,55	2,05	8,00	0,17	0,04	1,22	0,05
Custo Total (R\$)	123.794	268,04	112.960,00	5.793,85	1.321,61	1.762,51	1.688,17

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção da manteiga 250g foram utilizadas as matérias primas: sal refinado, creme de leite, potes, lacres de alumínio, caixas de papelão e tampas.

Quadro 13 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Morango

Produção		Materiais							
BEB. MORANGO		LEITE (L)	AÇÚCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	CORANTE (Kg)	POUPA DE FRUTA (Kg)	FILME (M)	FITA H. STAMPING (M)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	76.359	34.500	6.880	148	33.050	1.380	433	13	6.357
Custo Unit. (R\$)	1,16	1,32	1,56	36,81	0,07	5,75	11,16	6,30	1,86
Custo Total (R\$)	88.549	45.511	10.726	5.447	2.180	7.935	4.830	81	11.839

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de morango foram utilizadas as matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, corante carmim, poupa de fruta morango, filmes p/ bebida láctea, fita hot stamping e caixas de papelão.

As bebidas lácteas se diferem dos iogurtes por utilizarem menor quantidade de leite. Quando necessário, é utilizado o soro de leite (líquido com menor concentração de gordura, extraído do leite). Por este motivo, ela possui menor custo em relação ao iogurte.

Quadro 14 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Coco

Produção		Materiais							
BEB. COCO		LEITE (L)	AÇÚCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	SORO DE LEITE (L)	POUPA (Kg)	FILME (M)	FITA H. STAMPING (M)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	43.242	19.500,00	3.900,00	85,00	18.600,00	780,00	247,24	6,20	3.598,00
Custo Unit. (R\$)	1,14	1,32	1,56	36,81	0,07	4,40	11,16	6,30	1,86
Custo Total (R\$)	49.090	25.723,85	6.080,10	3.128,51	1.226,83	3.432,78	2.759,25	39,08	6.700,56

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de coco foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, soro de leite, poupa de fruta coco, filmes para bebida láctea, fita hot stamping e caixas de papelão. Sendo que os materiais de maior relevância foram o leite pasteurizado, a caixa de papelão e o açúcar.

Quadro 15 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Pêssego

Produção		Materiais							
BEB. PÊSSEGO		LEITE (L)	AÇÚCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	SORO DE LEITE (L)	POUPA (Kg)	FILME (M)	FITA H. STAMPING (M)	CAIXA (Unid)
Qtd. Prod.	19.716	9.000	1.800	40	6.750	360	113	3	1.640
Custo Unit. (R\$)	1,14	1,32	1,56	36,81	0,07	4,56	11,16	6,30	1,86
Custo Total (R\$)	22.572	11.872,55	2.806,20	1.472,24	445,22	1.643,22	1.258,54	20,80	3.054,17

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de pêssego, foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, soro de leite, poupa de fruta pêssego, filmes para bebida láctea, fitas hot stamping e caixas de papelão. Os materiais de maior relevância foram o leite pasteurizado, o açúcar e a poupa pêssego.

Quadro 16 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Ameixa

Produção		Materiais						
BEB AMEIXA		LEITE (L)	AÇUCAR (kg)	ESTABILIZANTE (L)	SORO DE LEITE (L)	POUPA (Kg)	CAIXA (Unid)	FILME(M)
Qtd. Prod.	9.770	4.500	900	20	4.200	180	813	56
Custo Unit. (R\$)	1,15	1,32	1,56	36,81	0,07	4,10	1,86	11,16
Custo Total (R\$)	11.227,42	5.936,27	1.403,10	736,12	277,03	737,89	1.514,05	622,96

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de ameixa, foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, soro de leite, poupa de fruta ameixa, filmes para bebida láctea e caixas de papelão.

Quadro 17 - Custos Diretos da Bebida Láctea sabor Banana

Produção		Materiais							
BEB BANANA		LEITE (L)	AÇUCAR (Kg)	ESTABILIZANTE (L)	SORO DE LEITE (L)	POUPA (Kg)	FITA H. STAMPING (M)	CAIXA (Unid)	FILME (M)
Qtd. Prod.	13.079	6.000	1.180	26	5.500	240	2	1.088	74
Custo Unit. (R\$)	1,17	1,32	1,56	36,81	0,07	5,47	6,30	1,86	11,16
Custo Total (R\$)	15.252	7.915,03	1.839,62	956,96	362,77	1.313,74	12,61	2.026,18	825,85

Fonte: Elaborado pela autora

Na produção de bebida láctea de banana, foram utilizadas as seguintes matérias primas: leite pasteurizado, açúcar, estabilizante, soro de leite, poupa de fruta banana, filmes para bebida láctea, fitas hot stamping e caixas de papelão.

Os custos diretos foram demonstrados conforme relatórios de consumo na produção do mês. Como a empresa analisada não detém informações sobre quanto e quais produtos geram os custos indiretos, o critério utilizado como base para o rateio dos mesmos é o consumo da principal matéria-prima (leite) na produção. Assim, quanto maior o consumo de leite

em determinado produto, maior parcela dos custos indiretos ele vai receber. Abaixo está apresentado o consumo de leite por produto em fevereiro de 2019.

QUADRO 18 – Leite Consumido na Produção (Fev/2019)

PRODUTOS	Consumo de Leite (Litros)	PERCENTUAL %
Leite Concentrado	2.391.164	76,03%
Leite Empacotado	577.877	18,38%
Iogurte 900 G - Morango	6.550	0,21%
Iogurte 900 G - Coco	2.750	0,09%
Bebida Láctea - Morango	34.500	1,10%
Bebida Láctea - Ameixa	4.500	0,14%
Bebida Láctea - Coco	19.500	0,62%
Bebida Láctea - Pêssego	9.000	0,29%
Bebida Láctea - Banana	6.000	0,19%
Manteiga - 500 G	983	0,03%
Manteiga - 250 G	14.120	0,45%
Queijo Mussarela	51.800	1,65%
Doce de Leite	9.550	0,30%
Requeijão Cremoso	16.540	0,53%
Total	3.144.834	100%

Fonte: Elaborado pela autora

Foram consumidos na produção, cerca de 3,1 Milhões de litros de leite in natura, sendo que a maior parte foi destinada à fabricação de leite concentrado, leite tipo C, queijo mussarela e bebida láctea de morango. Utilizando-se dos percentuais de consumo de leite (Quadro 18), realiza-se o rateio dos custos indiretos e das despesas do período conforme observado no quadro 19.

QUADRO 19 – Rateios dos Custos Indiretos (Fev/2019)

PRODUTOS	Mão de Obra Direta	Energia Elétrica	Água	Depre- ciação	Conser- vação e manutenção	Outros Custos Indiretos	Total (R\$)	% Rateio
Leite Concentrado	149.388,64	33.637,53	222,07	43.190,33	33.130,57	794,45	260.363,59	76,03%
Leite Tipo C	36.103,66	8.129,38	53,67	10.438,07	8.006,87	192,00	62.923,65	18,38%
Iogurte 900 G – Morango	409,21	92,14	0,61	118,31	90,75	2,18	713,20	0,21%
Iogurte 900 G – Coco	171,81	38,69	0,26	49,67	38,10	0,91	299,44	0,09%
Bebida Láctea – Morango	2.155,40	485,33	3,20	623,16	478,01	11,46	3.756,56	1,10%
Bebida Láctea – Ameixa	281,14	63,30	0,42	81,28	62,35	1,50	489,99	0,14%
Bebida Láctea – Coco	1.218,27	274,31	1,81	352,22	270,18	6,48	2.123,27	0,62%
Bebida Láctea – Pêssego	562,28	126,61	0,84	162,56	124,7	2,99	979,98	0,29%
Bebida Láctea – Banana	374,85	84,4	0,56	108,37	83,13	1,99	653,30	0,19%
Manteiga - 500 G	61,41	13,83	0,09	17,76	13,62	0,33	107,04	0,03%
Manteiga - 250 G	882,15	198,63	1,31	255,04	195,64	4,69	1.537,46	0,45%
Queijo Mussarela	3.236,22	728,69	4,81	935,64	717,71	17,21	5.640,28	1,65%
Doce de Leite	596,64	134,34	0,89	172,50	132,32	3,17	1.039,86	0,30%
Requeijão Cremo- so	1.033,34	232,68	1,54	298,75	229,17	5,50	1.800,98	0,53%
Total (R\$)	196.475,02	44.239,86	292,08	56.803,66	43.573,12	1.044,85	342.428,59	100%

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo como base de rateio o percentual de leite consumido na produção total do produto em relação ao leite utilizado no somatório da produção de todos os produtos no período de análise, temos as informações descritas no quadro 19. No qual pode-se observar que, por ser o item produzido em maior quantidade, o Leite concentrado absorveu a maior parte dos custos indiretos, seguido pelo Leite empacotado tipo C.

Pode-se observar, a direta relação entre quantidade produzida e o percentual de rateio. Quanto maior o volume produzido, maior consumo de leite e, conseqüentemente, maior o percentual de absorção dos custos indiretos.

QUADRO 20 – Rateios das Despesas (Fev/2019)

PRODUTOS	Desp. Comerciais	Desp. Tributárias	Desp. Gerais	Total (R\$)	% Rateio
Leite Concentrado	52.123,30	30.069,95	432,55	82.625,80	76,03%
Leite Tipo C	12.602,28	7279,84	104,58	19.986,70	18,38%
Iogurte 900 G - Morango	143,98	83,18	1,19	228,35	0,21%
Iogurte 900 G - Coco	61,71	35,65	0,51	97,87	0,09%
Bebida Láctea - Morango	754,22	435,68	6,26	1.196,16	1,10%
Bebida Láctea - Ameixa	95,99	55,45	0,80	152,24	0,14%
Bebida Láctea - Coco	425,10	245,57	3,53	674,20	0,62%
Bebida Láctea - Pêssego	198,84	114,86	1,65	315,35	0,29%
Bebida Láctea - Banana	130,27	114,86	1,08	246,21	0,19%
Manteiga - 500 G	20,57	11,88	0,17	32,62	0,03%
Manteiga - 250 G	308,54	178,23	2,56	489,33	0,45%
Queijo Mussarela	1131,33	653,52	9,39	1.794,24	1,65%
Doce de Leite	205,70	118,82	1,71	326,23	0,30%
Requeijão Cremoso	363,40	209,92	3,02	576,34	0,53%
Total (R\$)	68.565,23	39.607,42	569,00	108.741,65	100%

Fonte: Elaborado pela autora

Utilizando-se do mesmo critério de rateio que os custos indiretos, as despesas foram alocadas aos produtos conforme o consumo de leite em sua produção.

QUADRO 21 – Custos e despesas totais (CDT) por produto (Fev/2019)

(Continua)

PRODUTOS	Custo Direto	Custo Indireto	Despesas	CDT (R\$)
Leite Concentrado	3.162.055	260.363,59	82.625,80	3.505.044,39
Leite Tipo C	796.801	62.923,65	19.986,70	879.711,35
Iogurte 900 G - Morango	17.454	713,20	228,35	18.395,55
Iogurte 900 G - Coco	7.328	299,44	97,87	7.725,31
Bebida Láctea - Morango	88.549	3.756,56	1.196,16	93.501,72
Bebida Láctea - Ameixa	11.227	489,99	152,24	11.869,23
Bebida Láctea - Coco	49.090	2.123,27	674,20	51.887,47
Bebida Láctea - Pêssego	22.572	979,98	315,35	23.867,33
Bebida Láctea - Banana	15.252	653,30	246,21	16.151,51

QUADRO 21 – Custos e despesas totais (CDT) por produto (Fev/2019)

(Conclusão)

PRODUTOS	Custo Direto	Custo Indireto	Despesas	CDT (R\$)
Manteiga - 500 G	8.421	107,04	32,62	8.560,66
Manteiga - 250 G	123.794	1.537,46	489,33	125.820,79
Queijo Mussarela	70.134	5.640,28	1.794,24	77.568,52
Doce de Leite	20.303	1.039,86	326,23	21.669,09
Requeijão Cremoso	36.337	1.800,98	576,34	38.714,32
Total (R\$)	4.429.317	342.428,59	108.741,65	4.880.487,24

Fonte: Elaborado pela autora

Os custos diretos são compostos pelos insumos utilizados na produção, ou seja: matéria-prima, matéria secundária e embalagens. Tais custos totalizaram o valor de R\$ 4.429.317,00 no período, conforme demonstrado no Quadro 21. Os custos indiretos somaram R\$ 342.428,59 e, as despesas, R\$ 108.741,65. Em toda a produção de fevereiro de 2019, os custos e despesas totalizaram R\$ 4.880.487,24.

Com base nos Custos e despesas totais (CDT) por produto e na quantidade Produzida no Período, segue abaixo o quadro com o cálculo do Custo e despesa unitária (CDU) dos produtos.

QUADRO 22 – Custo e despesa unitária (CDU) por produto (Fev/2019)

PRODUTOS	Unidade Medida	CDT	Produção	CDU
Leite Concentrado	Litro	3.505.044,39	1.020.000	R\$ 3,44
Leite Tipo C	Litro	879.711,35	572.051	R\$ 1,54
Iogurte 900 G - Morango	Frasco	18.395,55	8.087	R\$ 2,27
Iogurte 900 G - Coco	Frasco	7.725,31	3.335	R\$ 2,32
Bebida Láctea - Morango	Frasco	93.501,72	76.359	R\$ 1,22
Bebida Láctea - Ameixa	Frasco	11.869,23	9.770	R\$ 1,21
Bebida Láctea - Coco	Frasco	51.887,47	43.242	R\$ 1,20
Bebida Láctea - Pêssego	Frasco	23.867,33	19.716	R\$ 1,21
Bebida Láctea - Banana	Frasco	16.151,51	13.079	R\$ 1,23
Manteiga - 500 G	Pote	8.560,66	1.213	R\$ 7,06
Manteiga - 250 G	Pote	125.820,79	34.862	R\$ 3,61
Queijo Mussarela 5Kg	Unidade	77.568,52	5.336	R\$ 14,54
Doce de Leite	Pote	21.669,09	9.862	R\$ 2,20
Requeijão Cremoso	Pote	38.714,32	17.601	R\$ 2,20

Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, através do Quadro 22, pode-se observar o valor que a empresa despende para produzir uma unidade de cada produto. Fica evidente que o volume consumido de leite (ou de seu subproduto, Creme de Leite) reflete diretamente no aumento ou diminuição do custo do item fabricado.

Produtos como o queijo, as manteigas e o leite concentrado consomem enormes quantidades de leite e creme de leite em seu processo produtivo. Tal fato faz com que os mesmos absorvam a maior parte dos custos indiretos e das despesas, colocando-os entre os maiores custos unitários da empresa. Os demais produtos, por consumirem menor quantidade de leite em relação à quantidade produzida, estão entre os menores custos e unitários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso buscou estudar os custos da fabricação de produtos lácteos. O objetivo foi analisar a composição e o impacto dos insumos sobre o custo total de cada produto, gerando informações relevantes para a tomada de decisão.

Pode-se afirmar, diante das informações aqui registradas, que a contabilidade de custos oferece subsídio para as organizações gerenciarem sua produção, decidindo quais produtos são viáveis e qual o impacto de certos insumos sobre o valor agregado. O estudo dos custos pode ajudar o administrador e o empresário a evitar prejuízos possibilitando um melhor planejamento do negócio.

Diante de tamanha importância, foi demonstrada neste trabalho uma análise de custos com o seguinte problema: Qual a contribuição da análise Custo para uma empresa obter um melhor gerenciamento?

Na empresa em estudo, tais contribuições levaram a uma melhor visualização das condições de produção, a uma melhor escolha de itens que compõe o mix de produção, bem como um melhor gerenciamento do processo produtivo.

Os resultados obtidos contribuíram para um melhor conhecimento dos custos de produção e para a visualização do custo final dos produtos, auxiliando, em etapa posterior do processo produtivo, na fixação do preço de venda satisfatório.

Verificou-se, ainda, a necessidade de maior controle dos custos na empresa analisada, devido à dificuldade de levantamento de dados que vão desde os gastos com a produção até a descrição da rotina industrial. Ficando, assim a recomendação para maiores atenções quanto aos

processos industriais, pois o conhecimento destes resulta em maior facilidade na alocação dos custos a suas atividades geradoras. Isto garante a Contabilidade de Custos informações mais precisas e a empresa, melhor gestão de suas atividades.

REFERÊNCIAS

BERTI, Anélio. **Contabilidade e análise de custos**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2009.

LEONE, George S. G. **Custos: planejamento, implantação e controle**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**: 8. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

MOURA, Iranildo José Lopes de. **História da Contabilidade**. 2013.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade de custos: fácil**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

VICECONTI, Paulo. NEVES, Silvério das. **Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ZANLUCA, Júlio César. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 1996.

EXAME DE SUFICIÊNCIA X ENADE: Uma análise de desempenho por Estado.

Oliveira, Adriana Gonçalves de¹
Teixeira, Jailson da Conceição²
Oliveira, Luciana Aparecida Augusta de³

RESUMO

O Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma prova aplicada duas vezes ao ano para concluintes e estudantes do curso de Ciências Contábeis que estão no último ano da faculdade. Esse exame foi instituído com a finalidade do aluno ou egresso ter o conhecimento ou uma preparação para o mercado de trabalho, para obtenção do registro do CRC o aluno tem que fazer uma prova na qual precisa acertar 50% ou mais das questões. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma prova aplicada de três em três anos para os alunos que estão no último ano da faculdade, afim de avaliar o processo de aprendizagem e o desempenho do aluno, com relação as matérias aplicadas nas normas curriculares do curso de graduação. Sabendo da importância de ambas as objetivas de pesquisa é identificar o Estado com o melhor índice de aprovação no Exame de Suficiência e saber se tem relação com as notas do ENADE. Com a finalidade de confrontar os exames foi realizado uma pesquisa descritiva, documental, utilizando abordagem quantitativa e método dedutivo. Com os dados levantados foi possível constatar que o Exame de Suficiência tem relação com as notas do Enade e o Estado do Rio Grande do Sul é o que mais aprova, porém observa-se que na primeira edição após o ENADE, sempre os alunos vão melhor do que na segunda edição.

Palavras chave: Exame de Suficiência, ENADE e Conhecimento.

¹Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. Email: adrianah_oliveira@hotmail.com

²Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia da Informação e Leida Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCEPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailson@excelenciacontabilidademt.com.br

³Oliveira, Luciana Aparecida Augusta de Oliveira. Especialista em Recursos Humanos – Gestão de Pessoas (2012), Bacharel em Administração (2006), Bacharel em Ciências Contábeis (2012) pela Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Eduva

INTRODUÇÃO

Criado no Brasil por meio da Resolução nº853 de 1999, o Exame do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tornou-se requisito necessário para obtenção do registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). O exame foi suspenso posteriormente, tendo em vista a ausência de embasamento legal pelo Decreto-Lei Nº9.295/1946 (Lei de Regência da Contabilidade). Apesar do Projeto de Lei Nº 2.485/2003 propor uma base legal para a aplicação do certame e ser aprovado no Senado, o respectivo projeto foi vetado pelo Presidente da República em 2005, dado a inaplicabilidade da prova pelo CFC. Já em 2010, após a aprovação da Lei Nº 12.249, o Exame CFC passou a ser legalizado no País, voltando a ser item obrigatório para a obtenção do registro profissional junto ao órgão de classe contábil (Castro,2017).

O Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CRC) é uma prova aplicada duas vezes no ano para alunos do curso de Ciências Contábeis, essa prova é indispensável para quem queira atuar como contador, pois para obter o registro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), o aluno precisa ser aprovado no exame de suficiência, acertando no mínimo 50% das questões, ou seja, 25 de 50 questões, que abordam conteúdos de perícia contábil, auditoria contábil, contabilidade aplicada ao setor público, contabilidade geral, contabilidade de custos, contabilidade gerencial, matemática financeira, língua portuguesa, legislação ética profissional, noções de direito, princípios e normas. O intuito do aprovado CFC é de habilitar o aluno para ser um profissional contábil capacitado para o mercado de trabalho, para realizar suas funções de forma correta.

De outro lado, a Lei Nº10.861 determina que é obrigatório o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) aos cursos de graduação, na qual, alunos de todos os cursos devem realizar a avaliação sendo aplicada de 3 (três) em 3 (três) anos. O Exame tem como finalidade avaliar a qualificação dos cursos superiores, e tem como objetivo avaliar a aprendizagem do aluno em um determinado curso, para saber como o ensino está evoluindo, essa prova tem 40 questões, sendo 10 de formação geral e 30 relacionada ao curso. As notas são avaliadas de 1 a 5, sendo a partir de 3 a nota considerada satisfatória.

As médias são padronizadas considerando o nível de desempenho médio nacional e o desvio padrão. Dessa maneira é permitido chegar aos conceitos que diferenciam de 1 a 5, as notas 1 e 2 expõem que o curso está com média considerada insatisfatória, já as notas 4 e 5 são consideradas satisfatórias para o curso, é de suma importância que os cursos tenham nota máxima no Enade, pois é através das notas que as instituições de ensino ficam conceituadas.

Diante disso surgiu a necessidade de verificar quais os Estados com maior índice de aprovações no Exame do CFC e qual a relação como Enade, dessa forma o objetivo da pesquisa é identificar o estado com o melhor índice de aprovação no exame de suficiência de Ciências Contábeis e comparar com as notas do Enade.

Para isso foi utilizado uma pesquisa descritiva e documental, utilizando uma abordagem quantitativa e método dedutivo. A coleta de dados deu-se através de relatórios disponíveis no site do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No capítulo a seguir será tratado sobre contexto histórico, mercado de trabalho, áreas de atuações da contabilidade; o exame de suficiência, conteúdo pedagógico do curso de contabilidade e sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Desde o descobrimento do Brasil a contabilidade se faz presente, ou seja, a partir de 1500. Mas só foi normalizada por volta de 1770, sendo expedida pelo rei de Portugal, Dom José, na qual, tornou-se obrigatório o registro de quem trabalhava na área da contabilidade. Neste contexto histórico o profissional da contabilidade era denominado de guarda-livros, sendo esta denominação utilizada até aproximadamente o ano de 1970. (Portal Educação, 2019).

De acordo com Barbosa (2009) o ensino da contabilidade teve seu início por volta de 23 de Novembro de 1808.

A preocupação em formar pessoal auxiliar competente em cálculos e em Contabilidade ficou patente especialmente em razão da obrigatoriedade de aplicação do processo das "partidas dobradas", assim como a exigência de informes de natureza analítica para todos os diversos ramos da atividade empresarial. (Sá, 2018, p.26)

Através do Decreto Imperial nº 4.475, de 18 de Fevereiro de 1870 foi regimentado a profissão contábil no Brasil, dessa forma, o profissional de guarda-livros, foi classificado como

a primeira profissão liberal regulamentada no Brasil. Com essa regulamentação, para exercer a profissão de guarda-livros era necessária ter domínio da língua portuguesa e francesa, e ter uma caligrafia legível, sendo essas umas das exigências mais relevantes até a vinda da máquina de datilografia, pois com a chegada da máquina quem fosse manuseá-la era necessário ter domínio sobreela.

A profissão de contador vem evoluindo cada vez mais, pois o mesmo deixou de ser considerado apenas gerador de guia e passou a ser visto com outros olhos, nenhuma empresa se mantém aberta sem contador, ele é o “médico das empresas”, é ele quem vai atrás e sabe o que é o melhor, proporcionando segurança para os empresários. A evolução da contabilidade no Brasil é de suma importância, pois proporciona para as empresas uma função correta e segura, pensado na segurança de seus recursos patrimoniais, e isso reflete consequentemente no cenário econômico do Brasil, já que as empresas colaboram consideravelmente em vários setores e segmentos do mercado.

2.2 MERCADO DE TRABALHO E ÁREAS DE ATUAÇÕES DA CONTABILIDADE

Pelo fato das empresas terem a necessidade de inovação e criatividade, é de suma importância discutir as questões relacionadas aos profissionais do ramo da contabilidade, no que diz respeito a adaptação do perfil desse profissional para que ele esteja apto para lidar com os desafios do mercado de trabalho (CARDOSO; SOUZA; ALMEIDA, 2006).

Dessa forma o perfil que as empresas buscam são profissionais que possuam inglês fluente, conhecimentos técnicos, sensatez empresarial e comercial, que estejam constantemente atualizados e que estejam diariamente atentos as mudanças na legislação.

A procura pelo curso de contabilidade vem crescendo, apesar de rumores de uma reportagem realizada em 31 de Janeiro de 2018 sobre: “Elas vão substituir você”, dizendo que a profissão deixará de existir em aproximadamente uma década, com possibilidade de extinção em 94%. Em resposta a essa reportagem, o CFC lançou uma nota falandando sobre o importante papel do contador e que o conselho não concorda com esses dados mostrados na reportagem.

Dados do MEC em relação aos alunos matriculados nos últimos 25 anos no curso de Ciências Contábeis, mostra o aumento da procura pelo curso: em 1991 havia 97.223 alunos matriculados nos 262 cursos no país; em 2001, 137.491 matrículas em 596 cursos; em 2011,

289.511 alunos em 1.112 cursos; e, em 2016, 355.425 matrículas em 1.307 cursos. Isso é uma clara demonstração na crença e na confiança, pelos jovens, na Contabilidade, a ciência da informação.

De acordo com o site Guia da Carreira, o índice de empregabilidade da contabilidade no Brasil é de 93,8% (conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea). Isso porque existem várias funções que os contadores podem desempenhar, dentre elas: análise tributária, fiscalização, atuarial (seguros), consultoria, auditoria contábil, ensino, pesquisa, análise contábil, perícia contábil.

O site Guia da Carreira ainda diz que, segundo a pesquisa da consultoria Robert Half para o setor de Finanças e Contabilidade, as maiores procura por contadores aparece nas áreas de, gerência financeira, análise de tesouraria, auditoria, controladoria e análise contábil fiscal.

Segundo dados do Ministério do Trabalho os profissionais da área de contabilidade no Brasil, recebem em média R\$ 4.322,63, com jornada de trabalho de 43 horas semanais. Essa pesquisa foi realizada no período de 11/2017 a 6/2018, tendo a amostragem retirada de dados oficiais do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. (Rede Jornal Contábil).

Vale ressaltar que ainda há divergências salariais entre homens e mulheres, infelizmente na área da contabilidade não é diferente, pois mesmo que ambos cumpram uma jornada semanal de 43 horas, o homem recebe R\$ 4.911,52 enquanto a mulher recebe em média R\$ 3.820,51.

Existe diferença salarial para PNE (Portadores de Necessidades Especiais), baseado em dados coletados pelo site Guia da Carreira, em uma amostragem de 189 honorários de profissionais da área contábil, a média salarial em todo o Brasil é de R\$ 4.364,53.

Também existem diferenças salariais para o cargo de contador dependendo a idade, podendo ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 1 Diferença salarial por idade

IDADE	SALÁRIO R\$
Até 20 anos	R\$ 1.749,47
Entre 21 e 30 anos	R\$ 3.206,36
Entre 31 e 40 anos	R\$ 4.726,25
Entre 41 e 50 anos	R\$ 5.420,24
Entre 51 e 60 anos	R\$ 5.418,663
Entre 61 e 70 anos	R\$ 6.110,12
Acima de 70 anos	R\$ 6.789,83

Fonte: elaborada pelo autor com base nas informações contidas no site Rede Jornal Contábil.(2018)

O site guia da carreira dispõe uma tabela com a diferença salarial dependendo a área de atuação, informações essas, coletadas em capitais e principais cidades do Brasil. Veja no quadro seguinte:

6 QUADRO 2: SALÁRIO POR SEGMENTO

Segmento da empresa	Salário
Atividades de contabilidade	R\$ 2.500,00
Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	R\$ 2.200,00
Locação de mão de obra temporária	R\$ 2.300,00
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	R\$ 3.204,00
Holdings e instituições não financeiras	R\$ 6.000,00
Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	R\$ 9.131,00
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	R\$ 3.500,00
Outras atividades de serviços prestados principalmente a empresas não especificadas anteriormente	R\$ 2.700,00
Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento de urgência	R\$ 1.300,00
Preparação de documento e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	R\$ 6.000,00

Fonte:elaborada pelo autor com base nas informações contidas no site Rede Jornal Contábil. (2018)

De acordo com pesquisas realizadas pelo site Salário mínimo entre o período de 02/2018 a09/2018,feitasemtodasascapitaisdoBrasil,verifica-senoquadroabaixoavariaçãodesalário por estado:

7 QUADRO 3:DIFERENÇA DE SALÁRIO POR ESTADO

Estado	Capital	Salário
Acre/AC	Rio Branco	R\$ 2.442,39
Alagoas/AL	Maceió	R\$ 3.056,00
Amapá/AP	Macapá	R\$ 2.338,26
Amazonas/AM	Manaus	R\$ 3.420,29
Bahia/BA	Salvador	R\$ 3.753,70
Ceará/CE	Fortaleza	R\$ 2.884,11
Distrito Federal/DF	Brasília	R\$ 4.115,81
Espírito Santo/ES	Vitória	R\$ 3.386,84
Goiás/GO	Goiânia	R\$ 3.099,07
Maranhão/MA	São Luis	R\$ 3.023,34

Minas Gerais/MG	Belo Horizonte	R\$ 3.929,50
Mato Grosso/MT	Cuiabá	R\$ 3.426,81
Mato Grosso do Sul/MS	Campo Grande	R\$ 3.445,78
Pará/PA	Belém	R\$ 3.458,68
Paraíba/PB	João Pessoa	R\$ 2.728,75
Paraná/PR	Curitiba	R\$ 4.720,05
Pernambuco/PE	Recife	R\$ 3.060,15
Piauí/PI	Teresina	R\$ 2.705,37
Rio de Janeiro/RJ	Rio de Janeiro	R\$ 5.267,07
Rio Grande do Norte/RN	Natal	R\$ 2.062,03
Rio Grande do Sul/RS	Porto Alegre	R\$ 4.122,64
Rondônia/RO	Porto Velho	R\$ 3.441,08
Roraima/RR	Boa Vista	R\$ 2.012,85
Santa Catarina/SC	Florianópolis	R\$ 4.234,99
São Paulo/SP	São Paulo	R\$ 5.435,15
Sergipe/SE	Aracaju	R\$ 2.602,31
Tocantins/TO	Palmas	R\$ 2.292,67

Fonte: elaborada pelo autor com base nas informações contidas no site Salário mínimo. (2018)

Contudo pode se observar que a profissão de contador dispõe de ótimas remunerações o profissional é desumai importância no mercado de trabalho, não podendo em nenhuma empresa ficar sem o contador, visto que não há escolha entre ter ou não ter, têm-se a necessidade.

2.3 EXAME DE SUFICIÊNCIA

A Lei nº 12.249/2010 alterou o artigo 12 do Decreto lei nº 9.295/1946, onde passou-se a ser obrigatório o exame de suficiência.

Conforme o artigo 12, os profissionais da área de contabilidade só poderão atuar na profissão após a aprovação no exame e o registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade).

O regimento para a prova do exame de suficiência, tendo como registro profissional no CRC, conta na resolução do Conselho federal de contabilidade nº 1.301/10, divulgada na data de 17 de Setembro de 2010. O artigo 1º descreve o exame: “Prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos

desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade”. Conforme consta no artigo 2º, o objetivo de ser aprovado no exame de suficiência é acrescer os conhecimentos profissionais da área, aplicando as diretrizes, elevando o contador como a profissão mais atraente dos últimos tempos.

A importância da aprovação no exame de suficiência, tem como objetivo analisar o conhecimento de cada aluno para que então o Bacharel, se aprovado, possa exercer sua função no mercado de trabalho, tendo em vista que o curso de ciências contábeis exige um nível de capacidade amplo e dedicação máxima.

Silva, Gomes e Guimarães (2008) apontam que a docência da Contabilidade no Brasil passou por vastas mudanças, entretanto os alunos não estão indo bem nas provas do CRC (Conselho regional de contabilidade), eles destacam que é preciso rever o conteúdo aplicado em sala de aula, assim como o currículo que a mesma oferece.

Existem algumas técnicas de como estudar para o exame do CRC, são elas: ler o edital da forma mais detalhada possível e o conteúdo cobrado, separar os temas para o estudo diário, dar preferência ao conteúdo que tem mais dificuldade, estudar exames passados e o conteúdo da sala de aula, livros com conteúdos atualizados e sites de informações sobre o mesmo, estudo diário sem folga de finais de semana e feriados, estudar em locais apropriados e horários que não esteja cansado, ter o máximo de concentração e dedicação possível.

Desde a aprovação do exame conforme a lei nº 12.249/2010, citada acima, com início das provas no ano de 2011, sendo dois exames por ano, a prova possui 50 questões objetivas tendo a aprovação quem acertar 25 questões ou mais.

Segundo o site suficiência contábil, o valor da inscrição em 2019 foi de R\$ 110,00 (cento e dez reais), existe isenção para postulantes que estiverem registrados no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal e para quem é de família de baixa renda nos termos do Decreto 6.135/2007.

A realização das provas são duas vezes ao ano, normalmente nos meses de Abril e setembro, o aluno que fizer a prova pode fazer uso da calculadora, inclusive a HP 12C, desde que essa não possibilite armazenamento de texto.

2.4 CONTEÚDO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CONTABILIDADE

O Ministério da Educação (MEC) orienta as instituições a fornecer o melhor conteúdo pedagógico, afim de que o aluno saia da faculdade com o máximo de conhecimento possível e então possa se encaixar no mercado de trabalho.

Tendo em vista que é de escolha de cada faculdade, criar, constituir, anular cursos de graduação, estabelecer suas normas internas, formas para pesquisas e projetos, determinar quantidades de vagas para cada curso entre outras coisas. (LDB, 1996)

O conteúdo pedagógico do curso de Ciências Contábeis foi estabelecido pela resolução CNE/CES nº 10/04 e deve ser formado pelos aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II – componentes curriculares integrantes; III - sistemas de avaliação do estudante e do curso; IV - estágio curricular supervisionado; V - atividades complementares; VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade
- como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição; VII – regime...

Anível de Brasil, o curso de ciências contábeis deve ser formado por estruturas, sendo elas objetivos gerais para atribuir melhor conhecimento aos alunos, carga horária estipulada pelo MEC, conteúdo interdisciplinar para ter grandes projetos, integração entre conteúdo teórico e práticos, indução a pesquisas, entendimentos para realizar atividades extra sala e estágios. (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 10/2004).

2.5 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE)

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é regulamentado pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, descreve no seu artigo 5º:

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. (Brasil, 2004)

Com isso, desde sua criação em 2004 aplica-se o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), tendo como finalidade analisar a eficiência dos discentes e concluintes dos cursos de graduação. Além da prova os alunos devem responder um questionário socioeconômico e um questionário sobre a prova.

Dessa forma, a avaliação é composta por 40 (quarenta) questões sendo 8 (oito) de múltipla escolha, 2 (duas) discursiva e 30 (trinta) de conteúdo específico referente ao curso, tendo duração máxima de 4 (quatro) horas. A nota individual da prova e o resultado final disponíveis somente para o aluno, com base na média dos estudantes é divulgado a nota de cada curso, nota essa divulgada ao público,

variando entre 0 a 5. Em situações de boicotagem, o curso é avaliado sem conceito (SC).

Diferente do Exame de Suficiência que é autorizado o uso de calculadora, inclusive HP, no ENADE não pode se utilizar calculadora para realizar a prova, o que acaba de alguma forma prejudicando as notas dos alunos do curso de Ciências Contábeis.

3 METODOLOGIA

Para a execução desse estudo, utilizou-se a abordagem, quantitativa no tratamento dos dados, com caráter de pesquisa descritiva e documental.

O objetivo dessa pesquisa é analisar o Estado com o maior índice de aprovação no exame do CFC, sendo assim uma pesquisa quantitativa, na qual:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (Esclarece Fonseca 2002, p.20).

De acordo com a finalidade desse trabalho a pesquisa caracteriza-se como descritiva, visto que busca analisar os dados e informações extraídas de site. Para Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em relação a técnica utilizada a pesquisa classifica-se como documental, tendo em vista que foi pesquisado planilhas mostradas pelo CFC e Enade.

[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, entre outras matérias de divulgação.(OLIVEIRA,2007,p.69apudSÁ-SILVA, ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.6).

O método utilizado para a realização desse artigo é o dedutivo. Segundo Santos (2008) apud Rodrigues: Ferronato (2010):

O método dedutivo tem bases nos pensadores racionalistas Descartes, Spinoza e Leibniz, tendo como pressuposto que apenas a razão pode conduzir ao conhecimento verdadeiro. Ele parte de princípios tidos como verdadeiros e inquestionáveis (premissa maior), para assim o pesquisador estabelecer relações com uma proposição particular (premissa menor) e, a partir do raciocínio lógico, chegar à verdade daquilo que propõe (conclusão).

Ainda sobre o método dedutivo, pode-se dizer que se trata de um método bastante limitado, visto que a conclusão não deve extrapolar as premissas estabelecidas dessa forma limitando o pesquisador (MEZZAROBBA; MONTEIRO, 2003).

4 ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados para essa pesquisa deu-se através de documentos encontrados no site do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em uma planilha onde tem os dados necessários para informações que são: total de alunos inscritos, presentes, aprovados, percentual de aprovados, total de reprovados, percentual de reprovados, total de ausentes e percentual de ausentes, dos 26 (vinte e seis) Estados do Brasil e Distrito Federal, são dados coletados desde o ano de 2011 até 2018, por ano são aplicados 2 (duas) provas na qual os alunos precisam acertar 50% (cinquenta por cento) das questões ou mais para serem aprovados, foram coletados a quantidade de aluno presente, aprovações e percentual de aprovação, somente os dados necessários para essa análise.

A coleta de dados do Enade - Exame Nacional de Desempenho do Estudante, foi no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, referente as notas das instituições, no ano de 2012 e 2015, a aplicação da prova do Enade é de 3 (três) em 3 (três) anos, desde o ano em que se aplica o aprovado CFC, o confronto com as notas do Enade seria do ano de 2012, 2015 e 2018, visto que não foi usado o ano de 2018, pois as notas desse ano ainda não foram divulgadas, só serão divulgadas em Dezembro. Foram classificadas as notas de 1 a 5, sendo 5 ótimo, 4 bom, 3 regular, 2 ruim e 1 péssimo. Para classificação utilizou-se as notas 5 e 4 para média positiva, as notas 2 e 1 média negativa e a nota 3 que é a nota mínima aceitável pelo MEC, foi considerada como regular. Os relatórios do CFC já estavam separados por ano e Estado, contendo as informações de total de alunos inscritos, presentes, aprovados, percentual de aprovações, total

alunos reprovados e percentual de reprovações, total de alunos ausentes e percentual de ausentes, visto que só foi usado os dados necessários para mensurar o Estado que mais aprova no exame, nos relatórios do Enade, onde as mesmas eram classificadas por ano, mas os Estados estavam todos misturados, onde foi necessário separar os Estados e arrumar em uma planilha separando os Estados e notas.

Quadro 4: Exame de Suficiência de 2011.1 a 2018.2 Região Centro Oeste

Ano do Exame	Distrito Federal			Goiás			Mato Grosso			Mato Grosso do Sul		
	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados
2011/1	238	114	47,09%	361	69	19,11%	475	71	14,95%	238	47	19,75%
2011/2	583	412	70,67%	576	262	45,49%	593	241	40,64%	370	166	44,86%
2012/1	696	384	55,17%	786	302	38,42%	834	286	34,29%	406	140	34,48%
2012/2	728	211	28,98%	1116	208	18,64%	1078	141	13,08%	493	85	17,04%
2013/1	870	353	40,57%	1325	392	29,58%	1175	282	24%	533	98	18,39%
2013/2	994	485	48,79%	1363	430	31,55%	1384	390	28,18%	629	211	33,55%
2014/1	863	444	51,45%	1722	674	39,14%	1453	533	36,68%	679	270	39,76%
2014/2	783	335	42,78%	1512	486	32,14%	1353	383	28,31%	625	203	32,48%
2015/1	861	506	58,77%	1565	698	44,60%	1582	627	39,63%	628	273	43,47%
2015/2	1005	207	20,60%	1581	131	8,29%	1662	76	4,57%	630	55	8,73%
2016/1	909	417	45,87%	1621	545	33,62%	1648	431	26,15%	604	163	26,99%
2016/2	1001	260	25,97%	1617	271	16,76%	1608	137	8,52%	633	95	15,01%
2017/1	1194	349	29,23%	1745	370	21,20%	1695	191	11,27%	656	102	15,55%
2017/2	1339	399	29,80%	1668	350	20,98%	1436	228	15,88%	699	136	19,46%
2018/1	1200	436	36,33%	1635	407	24,89%	1505	310	20,60%	673	173	25,71%
2018/2	949	385	40,57%	1192	424	35,57%	1209	290	23,99%	539	165	30,61%
Média	888,3125	356,1	42,04%	1336,563	376,2	28,75%	1293,125	288,6	22,55%	564,6875	148,88	26,61%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 5: Notas do Enade e médias em percentual do ano de 2012 e 2015 Região Centro Oeste

	Distrito Federal		Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul		Total de facultades
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota									
5- Ótima	4	3	2	2	-	-	2	-	13
4-Bom	7	-	4	4	5	3	-	6	29
3-Regular	7	11	14	15	15	8	11	7	88
2-Ruim	6	6	14	16	11	17	8	8	86
1-Péssima	-	3	1	-	1	1	-	2	8
Média positiva	45,83%	13,04%	17,14%	16,22%	15,62%	10,34%	9,52%	26,09%	
Média negativa	25%	39,13%	42,86%	43,24%	37,50%	62,07%	38,10%	43,48%	

Fonte: elaborada pelo autor

Diante dos dados apresentados da região Centro Oeste, percebe-se que o Distrito Federal obteve uma aprovação média de 42,04% no Exame de Suficiência, sendo o Estado da região que mais aprovou, analisando os dados do Enade, o Distrito Federal conseguiu a maior média positiva e a menor média negativa, se destacando na qualidade de ensino do curso de Ciências

Contábeis, mas no ENADE de 2015, no Distrito Federal, houve uma queda tanto na média positiva, quanto na média negativa, demonstrando uma diminuição na qualidade do ensino do curso. Essa queda também pode ser vista ao analisar os percentuais de aprovação do Exame de Suficiência após o ano de 2015, observa-se que houve uma queda nos percentuais de aprovação no exame.

No outro extremo, analisando o Exame de Suficiência, em média o estado de Mato Grosso é o que menos aprova 22,55%. Analisando as notas do ENADE no ano de 2012, Mato Grosso tem uma média positiva e média negativa, melhor que o estado de Mato Grosso do Sul, mas na avaliação do ENADE de 2015, houve uma queda nas notas do estado de Mato Grosso, deixando o estado com as piores notas na região Centro Oeste.

Na sequência apresentam-se os dados da Região Nordeste nos quadros 6 e 7

Quadro 6: Exame de Suficiência ano 2011.1 a 2018.2 Região Nordeste

Ano do Exame	Alagoas			Bahia			Ceará			Maranhão			Paraíba			Pernambuco			Piauí			Rio Grande do Norte			Sergipe		
	Total	Pres	%Apro	Total	Pres	%Apro	Total	Pres	%Apro	Total	Pres	%Apro	Total	Pres	%Apro	Total	Pres	%Apro	Total	Pres	%Apro	Total	Pres	%Apro	Total	Pres	%Apro
2011/1	71	17	23,94%	639	198	30,99%	211	72	34,12%	210	31	14,76%	201	77	38,31%	291	104	35,74%	218	38	17,43%	312	72	23,08%	78	28	35,90%
2011/2	119	59	49,58%	1102	620	56,26%	441	289	65,53%	402	163	40,55%	222	121	54,50%	519	326	62,81%	336	186	55,36%	359	212	59,05%	163	99	60,74%
2012/1	191	91	47,64%	1062	449	42,28%	563	267	47,42%	471	149	31,63%	330	154	46,67%	629	316	50,24%	458	191	41,70%	458	190	41,48%	169	74	43,79%
2012/2	307	49	15,96%	1481	358	24,17%	706	163	23,09%	580	85	14,66%	362	83	22,93%	798	250	31,33%	556	133	23,92%	615	151	24,55%	229	54	23,58%
2013/1	329	93	28,27%	1740	571	32,82%	977	389	39,51%	747	147	19,68%	412	136	33,01%	941	326	34,64%	639	199	31,14%	702	221	31,48%	279	96	34,41%
2013/2	411	148	36,01%	1964	751	38,24%	1165	486	41,72%	937	265	28,28%	475	207	43,58%	1209	529	43,76%	713	252	35,34%	787	288	36,59%	314	141	44,90%
2014/1	385	165	42,86%	1870	817	43,69%	1203	650	54,03%	1162	411	35,37%	526	250	47,53%	1214	557	45,88%	898	397	44,21%	787	360	45,74%	304	149	49,01%
2014/2	347	115	33,14%	1623	566	34,87%	1116	508	45,52%	1087	286	26,31%	473	194	41,01%	1056	452	42,80%	881	244	27,70%	781	308	39,44%	253	99	39,13%
2015/1	490	212	43,27%	1933	921	47,65%	1077	580	53,85%	1250	468	37,44%	622	333	53,54%	1315	670	50,95%	812	335	41,26%	829	420	50,66%	358	187	52,23%
2015/2	448	43	9,60%	2067	170	8,22%	1253	214	17,08%	1182	73	6,18%	587	77	13,12%	1272	202	15,88%	1013	114	11,25%	838	103	12,29%	278	38	13,67%
2016/1	465	158	33,98%	2050	681	33,22%	1213	573	47,24%	1203	256	21,28%	563	174	30,91%	1477	598	40,49%	962	314	32,64%	891	328	36,81%	303	115	37,95%
2016/2	442	69	15,61%	2414	392	16,24%	1434	378	26,36%	1170	105	8,97%	609	118	19,38%	1446	284	19,64%	945	134	14,18%	806	147	18,24%	358	73	20,39%
2017/1	512	87	16,99%	2387	438	18,35%	1592	448	28,14%	1439	172	11,95%	830	203	24,46%	1767	384	21,73%	1095	211	19,27%	1044	226	21,65%	369	86	23,31%
2017/2	505	103	20,40%	2351	527	22,42%	1525	442	28,98%	1241	185	14,91%	752	206	27,39%	1543	408	26,44%	1083	239	22,07%	912	243	26,64%	415	117	28,19%
2018/1	509	133	26,13%	2231	575	25,77%	1357	437	32,20%	1119	216	19,30%	662	210	31,72%	1494	423	28,31%	1039	285	27,43%	951	287	30,18%	368	104	28,26%
2018/2	393	122	31,04%	1187	589	50,46%	1007	396	39,32%	839	211	25,15%	630	255	40,48%	1317	478	36,29%	778	233	29,95%	651	248	38,10%	319	109	34,17%
Média	370,3	104	29,65%	1756	539	31,65%	1053	393	39,01%	939,9	201	22,28%	516	175	35,53%	1143	394	36,68%	777	219	29,68%	733	238	33,50%	285	98,1	35,60%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 7: Notas do Enade e médias em percentual do ano 2012 e 2015 Região Nordeste

	Alagoas		Bahia		Ceará		Maranhão		Paraíba		Pernambuco		Piauí		Rio Grande do Norte		Sergipe		Total de faculdade
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota																			
5-Ótima	-		-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	1	-	-	9
4-Bom	-	1	7	5	3	6	-	1	1	1	2	6	4	2	1	3	2	2	47
3-Regular	7	3	22	25	14	12	6	5	5	5	12	13	4	8	8	5	3	2	159
2-Ruim	2	4	-	17	2	1	6	10	5	5	13	10	6	8	6	10	3	4	112
1-Péssima	-	1	2	2	-	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	2	-	-	12
Média positiva	-	11,11%	22,58%	12%	15,79%	31,58%	-	5,88%	9,09%	9,09%	7,14%	18,75%	28,57%	30,43%	17,65%	19,05%	25%	25%	
Média negativa	22,22%	55,55%	6,45%	38%	10,53%	5,26%	50%	5,88%	45,45%	45,45%	50%	40,62%	42,86%	34,78%	35,29%	27,14%	37,50%	50%	

Fonte: elaborada pelo autor

Ao observar os dados constata-se que na região Nordeste o Estado que alcançou o melhor índice de aprovação foi Ceará, com o percentual geral de 39,01% desde o ano de 2011 até 2018, no Enade obteve uma média positiva no ano de 2012 de 15,79% e no ano de 2015 31,58%, uma porcentagem bem superior a média negativa, ambas médias as maiores do Estado do Nordeste. Sendo assim é possível perceber que há relação entre um percentual e outro, visto que, a média positiva do Enade é superior a média negativa e o percentual de aprovações na primeira prova do CRC no ano de 2012 e 2015 também é excedente ao percentual da segunda prova dos anos de 2012 e 2015.

Por outro lado, analisando os dados dos percentuais da região Nordeste, pode-se perceber que Maranhão é o Estado que possui o menor percentual de aprovações no Exame de Suficiência, sendo 22,28% e o menor percentual de média positiva no Enade sendo 5,88%.

A seguir encontram-se os dados da região Norte apresentados nos quadros 8 e 9.

Quadro 8: Exame de Suficiência ano 2011.1 a 2018.2 Região Norte

Ano do Exame	Acre			Amapá			Amazonas			Pará			Rondônia			Roraima			Tocantins		
	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados
2011/1	62	3	4,84%	30	5	16,67%	218	25	11,47%	495	88	17,78%	200	35	17,50%	85	8	9,41%	156	21	13,46%
2011/2	104	32	30,77%	54	21	38,89%	358	117	32,68%	712	273	38,34%	261	105	40,23%	124	47	37,90%	214	86	40,19%
2012/1	102	22	21,57%	72	15	20,83%	494	131	26,52%	959	308	32,12%	357	116	32,49%	155	42	27,10%	308	110	35,71%
2012/2	121	10	8,26%	113	11	9,73%	558	73	13,08%	884	100	11,31%	425	137	32,24%	179	17	9,50%	352	40	11,63%
2013/1	177	29	16,38%	134	26	19,40%	716	127	17,74%	1147	219	19,09%	519	197	38,00%	166	30	18,07%	487	113	23,20%
2013/2	183	33	18,03%	151	43	28,48%	793	191	24,09%	1082	267	24,68%	645	290	45,00%	240	45	19%	560	132	23,57%
2014/1	211	56	26,54%	147	54	36,73%	1009	293	29,04%	1245	456	36,63%	735	225	30,61%	247	83	33,60%	626	187	29,87%
2014/2	189	40	21,16%	95	20	21,05%	884	202	22,85%	1021	213	20,86%	700	304	43,43%	163	40	24,54%	545	117	21,47%
2015/1	178	54	30,34%	163	49	30,06%	1130	389	34,42%	1483	557	37,56%	766	51	6,64%	194	76	39,18%	639	218	34,12%
2015/2	239	5	0,84%	204	10	4,90%	1112	74	6,65%	1328	64	4,82%	827	227	27,57%	224	10	4,46%	570	29	5,09%
2016/1	188	32	17,02%	248	56	22,58%	1095	283	25,84%	1584	331	20,90%	857	119	13,89%	206	50	24,27%	653	140	21,44%
2016/2	229	17	7,42%	259	28	10,81%	959	126	13,14%	1683	152	9,03%	903	171	18,93%	192	21	10,94%	634	55	8,68%
2017/1	281	27	9,51%	334	51	15,27%	1151	167	14,51%	2092	262	12,52%	1111	180	16,20%	218	31	14,22%	610	75	12,30%
2017/2	259	23	8,88%	249	35	14,06%	1140	250	21,93%	1999	297	14,86%	1072	173	16,14%	239	38	15,90%	613	98	15,99%
2018/1	272	40	14,71%	239	46	19,25%	1036	199	19,21%	1911	400	20,93%	887	160	18,04%	181	48	26,52%	564	109	19,33%
2018/2	210	47	22,38%	221	54	24,43%	838	228	27,21%	1698	446	26%	730	206	28,22%	124	38	30,65%	472	88	18,64%
Média	188	29,4	16,19%	170	32,8	20,82%	843,19	180	21,27%	1332,7	277	21,74%	687	169	24,73%	184	39	21,75%	500,2	101	20,92%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 9: Notas Enade e médias em percentual do ano 2012 e 2015 Região Norte

	Acre		Amapá		Amazonas		Pará		Rondônia		Roraima		Tocantins		Total de faculdade
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota															
5-ótimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4-Bom	-	1	-	-	-	1	-	2	3	5	-	1	1	2	16
3-Regular	7	-	1	1	7	3	6	8	-	5	-	3	4	4	49
2-Ruim	2	1	3	3	2	6	9	10	4	5	-	1	4	3	53
1-Péssima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	3	3	9
Média positiva	-	50%	-	-	-	10%	-	10%	42,86%	29,41%	-	20%	8,33%	16,67%	
Média negativa	22,22%	50%	75%	75%	22,22%	60%	60%	50%	57,14%	41,18%	100%	20%	58,33%	50%	

Fonte: elaborada pelo autor

Diante dos dados tem-se que na região Norte, Rondônia foi o Estado que obteve o maior índice de aprovações no Exame de Suficiência, tendo a média geral de 24,73% e o Enade teve um percentual de aprovações melhor na prova do ano de 2012 e 2015. Com isso, obteve a média negativa nos dois anos, com um percentual de 98,32% de média negativa somando ambos os anos. Por outro lado, o Acre possui o menor índice de aprovações com o percentual de 16,19%,

já no Enade não possui média positiva no ano de 2012, enquanto no ano de 2015 obtém 50% de média positiva, somando as médias negativas dos dois anos totaliza um percentual de 72,22%.

Em continuidade com as análises, apresentam-se a seguir os quadros 10 e 11 da região Sudeste

Quadro 10: Exame de Suficiência ano 2011.1 a 2018.2 Região Sudeste

	Espírito Santo			Minas Gerais			Rio de Janeiro			São Paulo		
do Exame	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados	Total presentes	Aprovados	%Aprovados
2011/1	343	100	29,15%	1302	448	34,41%	803	334	41,59%	3524	1161	32,95%
2011/2	383	245	63,97%	1782	1151	64,59%	1482	1013	68,35%	3973	2370	59,65%
2012/1	513	254	49,51%	2277	1194	52,44%	1681	959	57,05%	6423	3265	50,83%
2012/2	578	163	28,20%	2805	867	30,91%	1928	647	33,56%	7237	2077	28,70%
2013/1	759	295	38,87%	3096	1260	40,70%	2121	906	42,72%	8268	3140	37,98%
2013/2	795	372	46,79%	3201	1538	48,05%	2255	1224	54,28%	8309	3984	47,95%
2014/1	883	491	55,61%	3586	2013	56,13%	1997	1196	59,89%	8588	4595	53,50%
2014/2	705	325	46,10%	2898	1408	48,59%	1655	858	51,84%	6880	3239	47,08%
2015/1	829	527	63,57%	3546	2255	63,59%	2102	1399	66,56%	8337	5174	61,74%
2015/2	690	116	16,81%	33334	608	18,24%	2213	494	22,32%	7797	1486	19,06%
2016/1	817	381	46,63%	4201	2052	48,85%	2304	1194	51,82%	9920	4865	49,04%
2016/2	791	203	25,66%	3816	944	24,74%	2133	657	30,80%	8542	2195	25,70%
2017/1	900	261	29%	4757	1330	27,96%	2483	867	34,92%	10282	3218	31,30%
2017/2	806	213	26,43%	4266	1320	30,94%	2573	910	35,37%	9145	2794	30,55%
2018/1	771	239	31,00%	4992	1678	33,61%	2637	905	34,32%	9017	2998	33,25%
2018/2	605	261	43,14%	3486	1463	41,97%	2080	933	44,86%	7048	2871	40,73%
Média	698	277,9	40,03%	5209,06	1346	41,61%	2027,9	906	45,64%	7705,63	3090	40,63%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 11: Notas Enade e médias em percentual do ano 2012 e 2015 Região Sudeste

	Espírito Santo		Minas Gerais		Rio de Janeiro		São Paulo		Total de faculdade
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota									
5-Ótima	4	3	1	4	-	4	11	16	43
4-Bom	7	11	27	25	4	14	38	35	161
3-Regular	8	8	40	51	19	22	76	96	320
2-Ruim	3	3	18	21	22	21	53	88	229
1-Péssima	-	-	-	-	1	1	4	6	12
Média positiva	50%	56%	32,56%	28,71%	8,70%	29,03%	26,92%	21,16%	
Média negativa	13,64%	12%	20,93%	20,79%	50%	38,48%	31,32%	39%	

Fonte: elaborada pelo autor

Com base nos quadros 10 e 11 da região Sudeste, observa-se que o Estado que atingiu o melhor índice de aprovação foi o Rio de Janeiro, com aprovação geral de 45,64%, mas no Enade o resultado foi diferente, pois teve a menor média positiva 8,70% do Estado no ano de 2012 e a maior média negativa 50%. No ano de 2015 a média positiva foi de 29,03% e a média negativa foi de 38,48%.

Já o Estado do Espírito Santo alcançou o menor índice de aprovações da região Sudeste, tendo 40,03% de aprovações, enquanto no Enade obteve a melhor média positiva em ambos os anos, sendo 50% no ano de 2012 e 56% em 2015 e a menor média negativa do Estado.

Diante das análises apresentam-se a seguir os quadros 12 e 13 da região Sul.

Quadro 12: Exame de Suficiência ano 2011.1 a 2018.2 Região Sul

do Exam	Paraná			Santa Catarina			Rio Grande do Sul		
	Total presentes	Aprov ados	%Apro vados	Total presentes	Aprov ados	%Apro vados	Total presentes	Aprov ados	%Apro vados
2011/1	1255	458	36,49%	642	235	36,60%	725	271	37,38%
2011/2	1495	973	65,08%	956	626	65,48%	992	671	67,64%
2012/1	2101	1040	49,50%	1002	536	53,49%	1277	720	56,38%
2012/2	2413	740	30,67%	1216	377	31%	1368	465	33,99%
2013/1	2395	981	40,96%	1493	708	47,42%	1561	729	46,70%
2013/2	2831	1454	51,36%	1503	788	52,43%	1940	1040	53,61%
2014/1	2687	1552	57,76%	1391	838	60,24%	1698	1043	61,43%
2014/2	2127	1072	50,40%	1289	711	55,16%	1527	942	61,69%
2015/1	2480	1557	62,78%	1285	893	69,49%	1569	1060	67,56%
2015/2	2447	429	17,53%	1464	283	19,33%	1757	421	23,96%
2016/1	2744	1399	50,98%	1552	877	56,51%	1709	936	54,77%
2016/2	2727	765	28,05%	1508	538	35,68%	2020	665	32,92%
2017/1	3025	903	29,85%	1490	542	36,38%	1890	688	36,40%
2017/2	2867	959	33,45%	1580	581	36,77%	2280	759	33,29%
2018/1	2932	1076	36,70%	1484	525	35,38%	2198	812	36,94%
2018/2	2154	929	43,13%	1212	577	47,61%	1671	799	47,82%
Média	2417,5	1018	42,79%	1316,6875	602,2	46,19%	1636,375	751,3	47,03%

Fonte: elaborada pelo autor

Quadro 13: Notas Enade e médias em percentual do ano 2012 e 2015 região Sul

	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Total de facultad e
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	
Nota							
5-Ótimo	3	3	2	-	3	3	14
4-Bom	23	26	19	12	25	13	118
3-Regular	32	34	33	37	26	35	197
2-Ruim	15	22	3	14	9	18	81
1-Péssima	-	-	-	-	1	-	1
Média possitiva	35,62%	34,12%	38,84%	19,05%	43,75%	23,19%	
Média negativa	20,55%	25,88%	5,26%	22,22%	15,66%	26,09%	

Fonte: elaborada pelo autor

E, por fim na região Sul, o Estado com o melhor índice de aprovação no Exame de Suficiência foi Rio Grande do Sul com 47,03% de aprovação geral e no Enade a média positiva foi bem

superior a média negativa no ano de 2012 já no ano de 2015 a média negativa foi maior que a positiva.

Paraná é o Estado da região Sul que obteve menor índice de aprovação no Exame de Suficiência, obtendo 42,79% de aprovações, e as médias positivas do Enade são umas das melhores,sendoúniconessaregiãoqueobtevmédiaspositivasuperioramédianegativanos2012 e2015.

Quadro 14: Porcentagem anual do Exame de suficiência do ano de 2011.1 a 2018.2

	2011/1	2011/2	2012/1	2012/2	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2	Média
1º RS	37,38%	67,64%	56,38%	33,99%	46,70%	53,61%	61,43%	61,69%	67,56%	23,96%	54,77%	32,92%	36,40%	33,29%	36,94%	47,82%	47,03%
2º SC	36,60%	65,48%	53,49%	31%	47,42%	52,43%	60,24%	55,16%	69,49%	19,33%	56,51%	35,68%	36,38%	36,77%	35,38%	47,61%	46,19%
3º RJ	41,59%	68,35%	57,05%	33,56%	42,72%	54,28%	59,89%	51,84%	66,56%	22,32%	51,82%	30,80%	34,92%	35,37%	34,32%	44,86%	45,64%
4º PR	36,49%	65,08%	49,50%	30,67%	40,96%	51,36%	57,76%	50,40%	62,78%	17,53%	50,98%	28,05%	29,85%	33,45%	36,70%	43,13%	42,79%
5º DF	47,90%	70,67%	55,17%	28,98%	40,57%	48,79%	51,45%	42,78%	58,77%	20,60%	45,87%	25,97%	29,23%	29,80%	36,33%	40,57%	42,09%
6º MG	34,41%	64,59%	52,44%	30,91%	40,70%	48,05%	56,13%	48,59%	63,59%	18,24%	48,85%	24,74%	27,96%	30,94%	33,61%	41,97%	41,61%
7º SP	32,95%	59,65%	50,83%	28,70%	37,98%	47,95%	53,50%	47,08%	61,74%	19,06%	49,04%	25,70%	31,30%	30,55%	33,25%	40,73%	40,63%
8º ES	29,15%	63,97%	49,51%	28,20%	38,87%	46,79%	55,61%	46,10%	63,57%	16,81%	46,63%	25,66%	29%	26,43%	31,00%	43,14%	40,03%
9º CE	34,12%	65,53%	47,42%	23,09%	39,51%	41,72%	54,03%	45,52%	53,85%	17,08%	47,24%	26,36%	28,14%	28,98%	32,20%	39,32%	39,01%
10º PE	35,74%	62,81%	50,24%	31,33%	34,64%	43,76%	45,88%	42,80%	50,95%	15,88%	40,49%	19,64%	21,73%	26,44%	28,31%	36,29%	36,68%
11º SE	35,90%	60,74%	43,79%	23,58%	34,41%	44,90%	49,01%	39,13%	52,23%	13,67%	37,95%	20,39%	23,31%	28,19%	28,26%	34,17%	35,60%
12º PB	38,31%	54,50%	46,67%	22,93%	33,01%	43,58%	47,53%	41,01%	53,54%	13,12%	30,91%	19,38%	24,46%	27,39%	31,72%	40,48%	35,53%
13º RN	23,08%	59,05%	41,48%	24,55%	31,48%	36,59%	45,74%	39,44%	50,66%	12,29%	36,81%	18,24%	21,65%	26,64%	30,18%	38,10%	33,50%
14º BA	30,99%	56,26%	42,28%	24,17%	32,82%	38,24%	43,69%	34,87%	47,65%	8,22%	33,22%	16,24%	18,35%	22,42%	25,77%	31,21%	31,65%
15º PI	17,43%	55,36%	41,70%	23,92%	31,14%	35,34%	44,21%	27,70%	41,26%	11,25%	32,64%	14,18%	19,27%	22,07%	27,43%	29,95%	29,68%
16º AL	23,94%	49,58%	47,64%	15,96%	28,27%	36,01%	42,86%	33,14%	43,27%	9,60%	33,98%	15,61%	16,99%	20,40%	26,13%	31,04%	29,65%
17º GO	19,11%	45,49%	38,42%	18,64%	29,58%	31,55%	39,14%	32,14%	44,60%	8,29%	33,62%	16,76%	21,20%	20,98%	24,89%	35,57%	28,75%
18º MS	19,75%	44,86%	34,48%	17,24%	18,39%	33,55%	39,76%	32,48%	43,47%	8,73%	26,99%	15,01%	15,55%	19,46%	25,71%	30,61%	26,63%
19º RO	17,50%	40,23%	32,49%	12,94%	26,40%	30,54%	39,46%	32,14%	39,69%	6,17%	26,49%	13,18%	15,39%	16,79%	18,04%	28,22%	24,73%
20º MT	14,95%	40,64%	34,29%	13,08%	24%	18,18%	36,68%	28,31%	39,63%	4,57%	26,15%	8,52%	11,27%	15,88%	20,60%	23,99%	22,55%
21º MA	14,76%	40,55%	31,63%	14,66%	19,68%	28,28%	35,37%	26,31%	37,44%	6,81%	21,28%	8,97%	11,95%	14,91%	19,30%	25,15%	22,32%
22º PA	17,78%	38,34%	32,12%	11,31%	19,09%	24,68%	36,63%	20,86%	37,56%	4,82%	20,90%	9,03%	12,52%	14,86%	20,93%	26,27%	21,73%
23º RR	9,41%	37,90%	27,10%	9,50%	18,07%	18,75%	33,60%	24,54%	39,18%	4,46%	24,27%	10,94%	14,22%	15,90%	26,52%	30,65%	21,56%
24º AM	11,47%	32,68%	26,52%	13,08%	17,74%	24,09%	29,04%	22,85%	34,42%	6,65%	25,84%	13,14%	14,51%	21,93%	19,21%	27,21%	21,27%
25º TO	13,46%	40,19%	35,71%	11,63%	23,20%	23,57%	29,87%	21,47%	34,12%	5,09%	21,44%	8,68%	12,30%	15,99%	19,33%	18,64%	20,92%
26º AP	16,67%	38,89%	20,83%	9,73%	19,40%	28,48%	36,73%	21,05%	30,06%	4,90%	22,58%	10,81%	15,27%	14,06%	19,25%	24,43%	20,82%
27º AC	4,84%	30,77%	21,57%	8,26%	16,38%	18,03%	26,54%	21,16%	30,34%	0,84%	17,02%	7,42%	9,51%	9,27%	14,71%	22,38%	16,19%

Fonte: elaborada pelo autor

Diante dos dados apresentados pode-se observar que dos 26 (vinte e seis) Estado e 1 (um) Distrito Federal, melhor índice de aprovações foi o Estado do Rio Grande do Sul, em todas as provas do Exame de Suficiência com uma média geral desde o ano de 2011 até 2018, obtendo 47,03%deaprovaçõesnoexameenoEnade,tendoassimumamédiapositivadasprovasdosanos de 2012 e 2015 com 66,94%, média essa superior a média negativa, nos levando a entender queo índice de aprovação no Exame de Suficiência tem relação com as notas doEnade.

Observando os dados foi possível verificar que no ano que tem a prova do Enade, a primeira prova do Exame de suficiência o índice de aprovação é bem superior em relação ao da

segunda prova, isso porque no ano que tem a prova do Enade, no começo do ano os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis já estão se preparando para fazer a prova.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade identificar o Estado com o melhor índice de aprovação no exame de suficiência de Ciências Contábeis e comparar este com a relação com as notas do Enade, durante o período de 2011 a 2018 foram analisadas as notas do CFC e as notas do Enade no período de 2012 e 2015, visto que não foi usado o ano de 2018, pois as notas ainda não foram divulgadas.

Diante dos dados analisados pode-se observar que o Estado com o melhor índice de aprovação e com notas consideravelmente boas e ótimas, é o Rio Grande do Sul, pois no ano que acontece o Enade, o percentual de aprovação do exame de suficiência aumentaram. No Estado de Mato Grosso, o Distrito Federal obteve a melhor média no Exame do CFC e média positiva superior a da negativa no Enade, entendemos assim que houve relação entre o percentual de aprovação do CFC com as notas do Enade. Já na região Nordeste, o Estado do Ceará foi o que mais obteve aprovação e obteve média positiva das notas do Enade bem satisfatória, também nos levando a entender que houve relação entre um percentual e outro. No Estado do Norte, o resultado foi diferente, pois o percentual da média negativa da prova do Enade, foi superior ao da média positiva. Enquanto na região Sudeste o Estado que mais aprovou foi o Rio De Janeiro, mesmo tendo médias satisfatórias no Exame do CFC, na média do Enade o resultado foi diferente, pois a média negativa foi superior a média positiva, o que permite entender que no Estado do Rio De Janeiro não houve relação entre o Exame e a prova. Na região Sul, o Estado foi o Rio Grande do Sul, o índice de aprovação no exame do CFC foi excedente aos demais anos, podendo-se entender que o preparo para a prova teve relação com a aprovação no exame.

Embora as provas do Enade sejam realizadas no segundo semestre do ano, o índice de aprovação do CFC é maior na primeira prova do ano, realizada no primeiro semestre, mesmo havendo algum tipo de preparatório para o Enade ainda assim não obtém um resultado satisfatório na segunda prova do ano do CFC. Com isso fica como sugestão para estudo o porquê desse percentual de aprovação ser inferior ao da primeira prova do exame.

8 REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. L.; SOUZA, M. A.; ALMEIDA, L. B. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, v.3, n.3, p.275-284, 2006.

CASTRO, V. B. (2017). As idas e vindas do Exame de Suficiência. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, 37-47.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. HENDRIKSEN, Eldon S. e BREDA, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. Ed. Atlas. São Paulo, 1999.

LOPES DE SÁ, Antonio. História Geral da Contabilidade no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade 2008. Acesso em 07 de Abril de 2019.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. São Paulo: Saraiva, 2003, p.65.

PORTAL EDUCAÇÃO. A História da contabilidade no Brasil Disponível em:<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/historiadacontabilidade-no-brasil/53412>>. Acesso em: 07 de Abril. 2019.

PORTAL MEC disponível em<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 07 de Abril de 2019.

REDE JORNAL CONTÁBIL. Disponível em <<https://www.jornalcontabil.com.br/quanto-ganhar-um-profissional-contabil-mesmo-depois-da-crise-guia-completo/>>acesso em 07 de Abril de 2019.

RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 13 de Abril 2019.

RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 13 de Abril 2019.

SILVA, A.C.R., GOMES, S.M., GUIMARÃES, I.P., Educação em Contabilidade: Alguns Aspectos Crítico-Sugestivo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENAD/2006, 2008. Acesso em 29 de Abril de 2019.

SILVA, A.C.R., GOMES, S.M., GUIMARÃES, I.P., Educação em Contabilidade: Alguns Aspectos Crítico-Sugestivo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENAD/2006, 2008. Acesso em 29 de Abril de 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/181170/102_00128.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 de Abril de 2019.

SILVA, BERNARDINO JOSÉ DA - Contabilidade Pública, 4.ed. - Palhoça: Unisul Virtual, 2011.

SITE CEUMA UNIVERSIDADE disponível em:
<http://www.ceuma.br/portalenade/?page_id=174>. Acesso em 11 de Setembro de 2019.

A POPULAÇÃO ENTENDE O PORQUE DA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Cavalcanti, Marcio Bezerra ¹

Teixeira, Jailson da Conceição ²

Reis, Fabiana Kely dos Santos ³

Lima, Francisco Eudes Gomes de ⁴

RESUMO

O governo apresentou a proposta e encaminhou para votação a Proposta de Emenda Constitucional PEC 006/2019, a proposta de reforma objetiva alterar a Constituição Federal e mexer em benefícios, alterando ou mesmo extinguindo alguns, mudar a alíquota de arrecadação além de em alguns casos mudar a forma de alcançar determinados benefícios, o objetivo desta pesquisa é demonstrar o quanto a população tem de conhecimento sobre a previdência social e seus benefícios e o conhecimento quanto ao texto da PEC006/2019, para tanto foi elaborado um questionário para coleta de dados e assim conhecer o quanto a população está interessada neste assunto que é relevante, pois trata de direitos dos cidadãos para no futuro quando não estiver mais em condições de se sustentar, ter uma fonte para cumprir suas obrigações financeiras, o resultado coletado demonstrou que dentre os entrevistados há pouco conhecimento quanto a previdência social e a proposta de reforma que foi apresentada pelo governo, de certa forma um tema que mexe com direitos de toda população, foi demonstrado pouco interesse sobre o assunto, evidenciando que quando se trata de reforma da previdência muitos não concordam ou concordam parcialmente, porém quando se deve demonstrar o interesse em conhecer o que realmente está acontecendo com o sistema previdenciário e as mudanças que estão por vir, não é despertado o interesse.

Palavras-Chave: Constituição Federal. Previdência. Proposta de Reforma.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. Email: xxxxxxxxxxxxi@hotmail.com, Servidor Público efetivo

² Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Lei da Responsabilidade Fiscal na ESAB e em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailsoncontador@outlook.com

³ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela IPEMIG: Instituto Pedagógico de Minas Gerais.

⁴ Graduado em Direito e especialista em Direito Processual civil e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem falado sobre a previdência e seu déficit, mas isso existe realmente, e a população conhece e sabe para que serve a previdência, conhece o que diz a proposta de reforma da previdência, deve se preocupar com o futuro da previdência e com o seu próprio futuro em questão de benefícios previdenciários, afinal é a previdência que deve assegurar uma tranquilidade através dos benefícios quando a população estiver impossibilitada devido a problemas de saúde ou de acidente, de ganhar o próprio sustento ou mesmo quando estiver com a idade avançada para conseguir o básico e essencial para manter a sua família.

A previdência social realmente está em crise, a beira de um colapso, o que a população tem a ver com esse déficit o porque não foi feito nada antes?

Este trabalho de Conclusão de Curso apresenta o que é a Previdência Social, o que ela proporciona em benefícios, o que é a Proposta de Emenda Constitucional PEC 006/2019 e o seu objetivo, o que deve mudar para o cidadão brasileiro, com este estudo será demonstrado através de dados estatísticos extraídos dos Sistemas Governamentais tais como Portal da Transparência Site da Previdência e utilização de dispositivos da Constituição Federal e Leis.

Será exposto no decorrer desta pesquisa alguns pontos para demonstrar o que é a previdência e o regime que existe e algumas mudanças, que é a proposta da reforma da previdência traz e quais os impactos que essa reforma trará no dia a dia da população, se a população acha que a reforma vai resolver o déficit previdenciário e se acha que essa reforma vai tirar seus direitos ou garantir a possibilidade de no futuro conseguir se aposentar. Através da metodologia de pesquisa bibliográfica que foi realizada com leitura de artigos, livros, textos de lei e sites da internet. Com a elaboração de um questionário sobre a previdência e proposta de reforma, será demonstrado através de gráficos percentuais o quanto a população entende e conhece deste tema.

Ao finalizar este estudo a intenção é deixar um pouco do conhecimento para que outros possam assim compreender o que se deve esperar da previdência social para o futuro, tendo em vista que toda a população em geral depende de alguma forma da seguridade social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui será apresentada um pouco da previdência social no Brasil, que foi instituído através do

Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), este é o regime dos servidores públicos, e existe no Governo Federal, no Governo Estadual e em alguns casos no Governo Municipal.

2.1 REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

O início da seguridade no Brasil, se deu devido à falta de amparo aos trabalhadores que ficavam doentes, se acidentavam ou mesmo vinham a óbito, e assim não tinha como garantir o sustento de suas famílias ou no caso do óbito deixavam-nas desamparadas, entender o que é seguridade é importante, pois esta engloba as políticas de saúde, assistência social e previdência social (nosso foco no estudo) porém vale ressaltar a importância da previdência na saúde e na assistência social.

“Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (CF do Brasil 1988).

A seguridade social está prevista na constituição federal de 1988, sendo apresentada no título VIII com o tema “Ordem Social” a partir do art. 194 indo até o art. 204, compreendendo um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade visando garantir os direitos da população a saúde, assistência social e previdência social. Sendo assim a seguridade social tem o objetivo de garantir a universalidade de cobertura e atendimento, desta maneira a assistência social e a saúde é de direito a todos sem necessidade de contribuição pecuniária, porém a previdência social é de direito de todos os segurados que contribuem e seus dependentes.

A seguridade social tem a responsabilidade de atender a saúde, assistência social e previdência social, desta forma a saúde é gratuita, não exige nenhum tipo de contribuição e é para todos, a assistência social também é gratuita e aos necessitados e por fim a previdência social tem o caráter contributivo, exige contribuição para se ter direito, e é destinado aos segurados através de Benefícios como Aposentadorias, Auxílios Doença e Acidente e reabilitação profissional, e seus dependentes através de benefícios como pensões e Auxílio Reclusão entre outros.

Os princípios constitucionais ou objetivos da seguridade social são:

Quadro 1: Princípios constitucionais

UNIVERSALIDADE DE COBERTURA E DO ATENDIMENTO	Indicando assim que todos serão acolhidos, que as ações sociais deverão alcançar todos cobrindo-lhes todos os riscos sociais.
UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS	Indica assim que não deve existir diferenças entre os beneficiários podendo ser urbano ou rural. Rico ou pobre, homem ou mulher. Desta maneira a equivalência determina que nos proventos ou qualidade dos serviços prestados deve ser equivalente (não confundindo com igualdade).

IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DOS BENEFÍCIOS	A renda do beneficiário deve ser capaz de prover o seu sustento e de seus dependentes, não deve ser reduzido o seu valor real em decorrência da economia do país.
EQUIDADE NA FORMA DE PARTICIPAÇÃO DO CUSTEIO	Conforme está previsto no art. 5º da CF1988, a participação no custeio da seguridade social deve ser conforme a capacidade econômica do contribuinte.
DIVERSIDADE NA BASE DE FINANCIAMENTO	Desta forma o financiamento da seguridade social deve ser de forma abrangente para que não ponha em risco o sistema, sendo assim financiado por toda a sociedade podendo ainda a lei instituir outras formas de custeio.
CARÁTER DEMOCRÁTICO E DESCENTRALIZADO DA ADMINISTRAÇÃO	A gestão quadripartite formada por trabalhadores, empregadores, aposentados e governo, onde todos participam e discutem a melhor forma de gerir o sistema.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Constituição Federal do Brasil 1998

Estes princípios constitucionais estão explanados no art.194 da Constituição Federal do Brasil que foi promulgada em 1988, além princípios constitucionais ou os objetivos existe também os princípios implícitos, são aqueles que mesmo sem deixar claro o que ele quer dizer, entende-se que ele quer se referir a algo de relevante importância para o tema em questão.

Quadro 2: Princípios implícitos

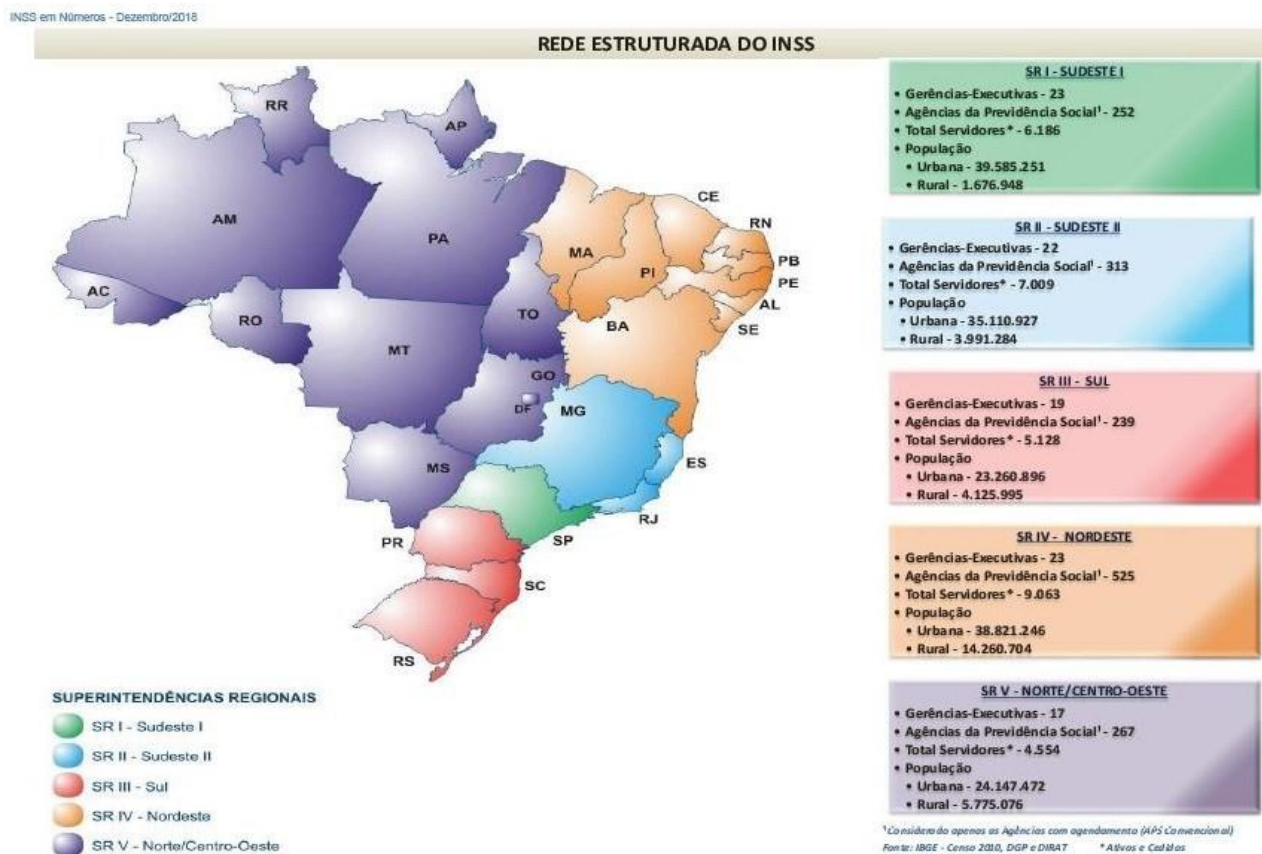
PRÉ EXISTÊNCIA DO CUSTEIO OU CONTRAPARTIDA	Tem por objetivo que nenhum benefício será criado, majorado ou estendido sem que seja definido a fonte de custeio, para assim manter o equilíbrio financeiro da seguridade social.
PROGRESSIVIDADE DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	Prevê a possibilidade de alíquotas e base de cálculos diferenciadas para as contribuições sobre folhas de pagamento, faturamento, lucro entre outros, conforme alguns critérios tais como, atividade da empresa, utilização da mão de obra, porte da empresa e condição estrutural do mercado de trabalho.
ANTERIORIDADE NONAGESIMAL	Determina assim que qualquer mudança na lei só poderá ser exigida após 90 dias.
SOLIDARIEDADE	Este princípio rege que todos devem contribuir para que se tenha recursos a fim de conceder benefícios aqueles que necessitam

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Constituição Federal do Brasil 1998

Conforme a figura 1 abaixo, temos destacado a abrangência de atendimento do INSS, ele é dividido em 5 (cinco) superintendências sendo Sudeste I e II, Sul, Nordeste e Norte/Centro-Oeste, dividido em 104 Gerências executivas responsáveis por 1596 APSs que são subdivididas em categorias A, B, C e D, conforme o seu tamanho e a demanda de atendimento, para essa demanda existiam no ano de 2018 o equivalente a 34.937 servidores, mas este quadro teve mudanças no decorrer deste ano, pois muitos dos servidores estavam em abono de permanência, ou seja, já tinham idade para se aposentar e estavam na ativa ainda, mas devido ao quadro político do Brasil e eminência de reforma

previdenciária, muitos se aposentaram, esse cenário não tem nada a ver com déficit financeiro da previdência, pois este não engloba os servidores e sim os benefícios previdenciários pagos aos brasileiros conforme vamos demonstrar nas próximas figuras.

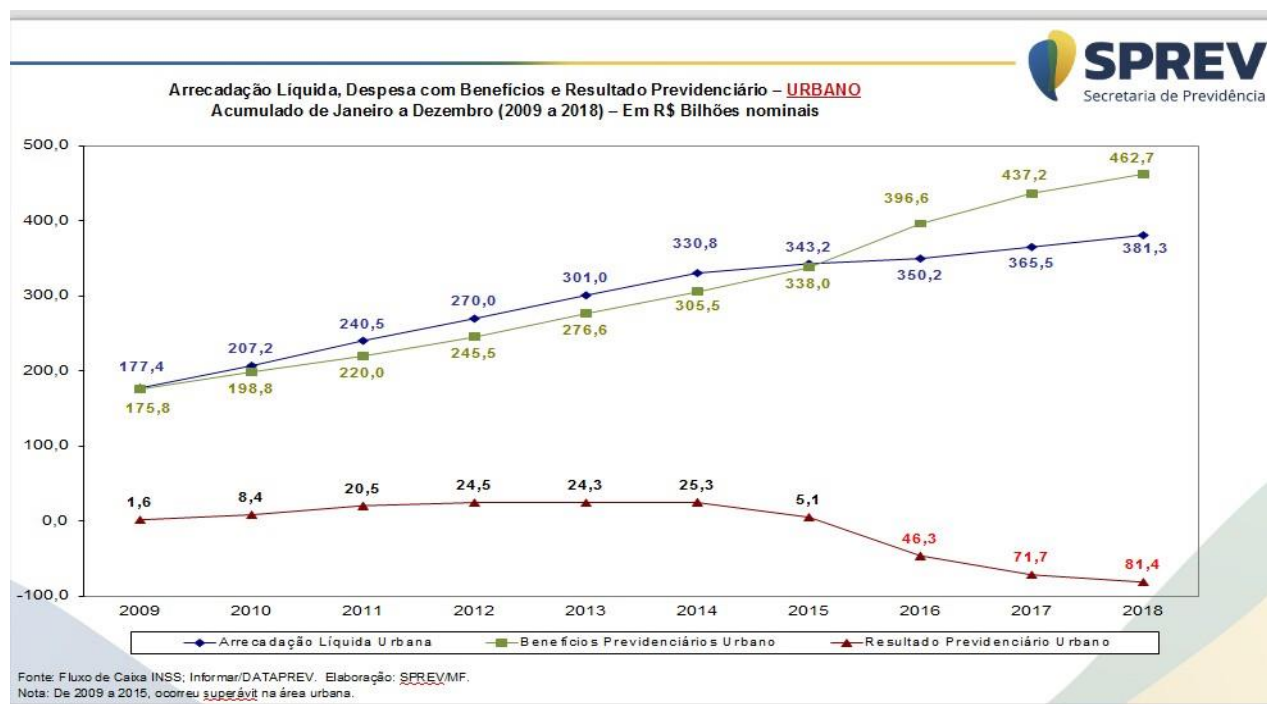
Figura 1 Rede de Estrutura de Atendimento do INSS



Fonte: Boletim Estatístico Gerencial INSS em números dezembro/2019, intranet www-inss.gov.br

Conforme a figura 2 é demonstrado no cenário de arrecadação e benefícios concedidos na esfera urbana, a arrecadação líquida e a despesa com benefícios e o resultado levantado na última década abrangido assim o ano de 2009 a 2018, ficando assim evidenciado que no ano de 2009, a arrecadação era 1,6 bilhão a mais em relação os benefícios pagos, e se manteve nesse patamar com um aumento que chegou a 25,3 bilhões em 2014, em 2015 ficou um pouco acima ainda, mas em seguida começou a ter a arrecadação menor em relação aos benefícios pagos, atingindo em 2018 um déficit de 81,4 bilhões. A tendência conforme o gráfico é de aumento neste déficit, pois segundo o IBGE a expectativa de vida tem aumentado a cada ano, assim a despesa com benefícios previdenciários também tende a aumentar, sendo necessário medidas drásticas para que o sistema não entre em colapso.

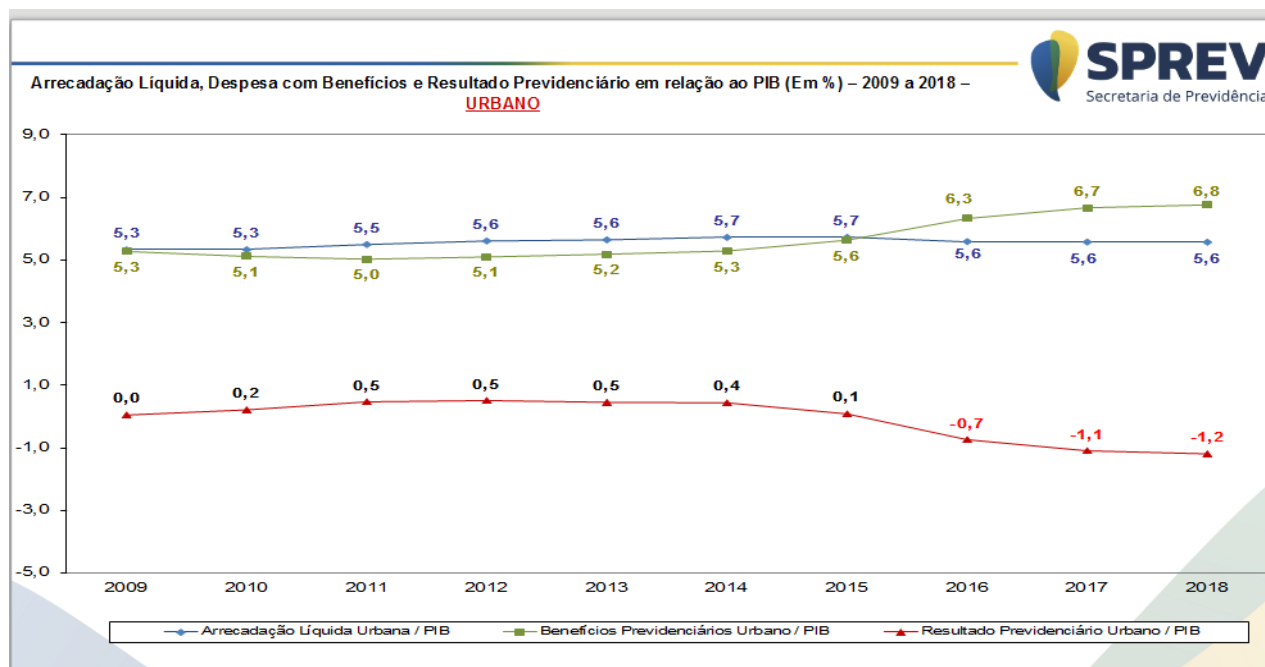
Figura 2 Arrecadação e despesas com benefícios previdenciários urbanos na última década 2009a 2018 em bilhões de reais



Fonte: Sítio do Tribunal de Contas da União

A demonstração da figura 3, evidencia a mesma situação da anterior, porém em números percentuais em relação ao PIB – Produto Interno Bruto do País. Em 2009 a arrecadação e a despesa tinham o mesmo percentual em relação ao PIB, mas no decorrer desta década essa variação foi oscilando, num percentual de menos de 1% de diferença até o ano de 2015, e depois a arrecadação foi diminuindo e em 2018 foi de -1,2 pontos percentuais, enquanto a despesas com benefícios representou 6,8% do PIB a arrecadação atingiu apenas 5,6%.

Figura 3 Arrecadação e despesas com benefícios previdenciários urbanos na última década 2009 a 2018 em percentuais com relação ao PIB



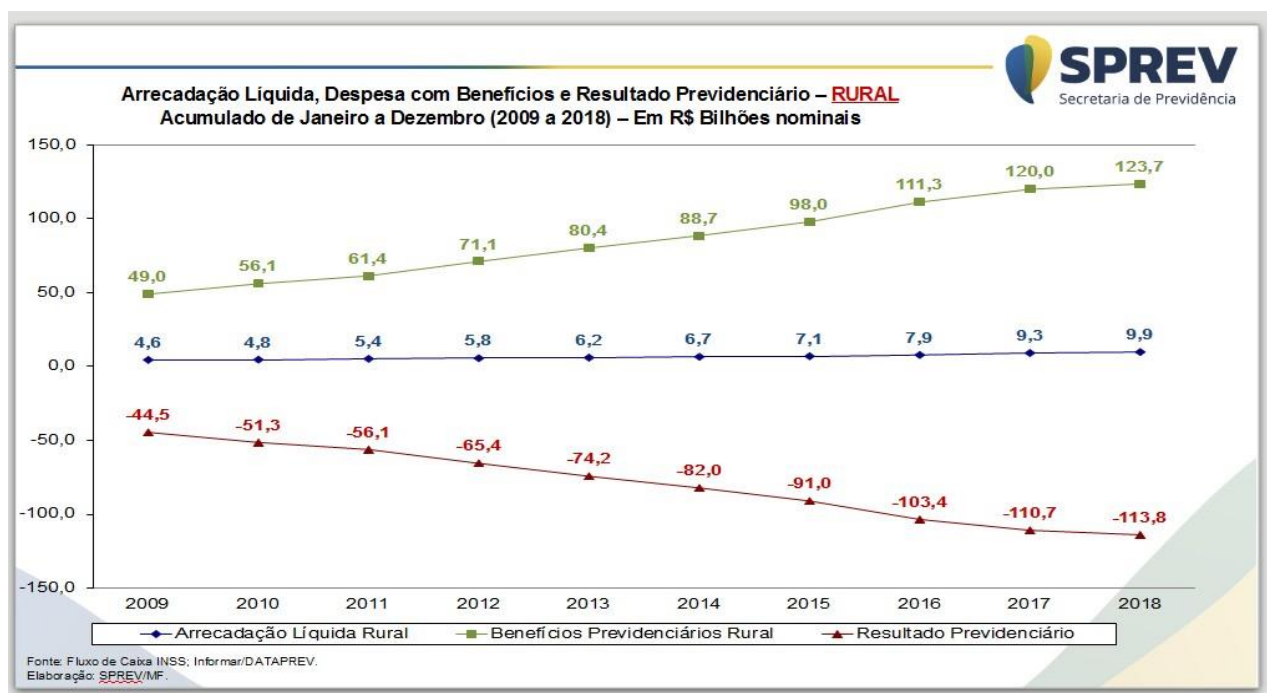
Fonte: Sítio do Tribunal de Contas da União

Apesar desta diferença, isso demonstra que o quadro urbano do país, tem um déficit que se não for tomado algum providência tende a piorar. Vale ressaltar que as demonstrações aqui exposta até agora são apenas referente a arrecadação e benefícios urbanos.

O destaque a seguir é referente aos benefícios rurais, este sim é um pouco alarmante, com os gráficos a seguir pode-se verificar que é uma situação preocupante.

Conforme a figura 4 verifica-se no cenário de rural a arrecadação líquida e a despesa com benefícios e o resultado, no ano de 2009, a arrecadação era 4,6 bilhões enquanto os benefícios pagos estavam em 49,0 bilhões, dando uma diferença de aproximadamente 44,5 bilhões, e no decorrer dos anos essa diferença foi aumentando cada vez mais, chegando a diferença entre a arrecadação e os benefícios pagos em 113,8 bilhões a menos de arrecadação em 2018. Atendência conforme o gráfico é de aumento neste déficit, pois segundo o IBGE a expectativa de vida tanto do trabalhador urbano e rural tem aumentado a cada ano, assim a despesas com benefícios previdenciários também tende a aumentar, sendo necessário medidas drásticas e que não agradam a todos pois acaba mexendo no bolso de muitos.

Figura 4 Arrecadação e despesas com benefícios previdenciários rurais na última década 2009 a 2018 em bilhões de reais



Fonte: Sítio do Tribunal de Contas da União

A figura 5 traz a mesma demonstração mas em números percentuais em relacionados ao PIB Produto Interno Bruto do país onde constata-se novamente que a diferença entre a arrecadação e os benefícios pagos, tem deixado uma diferença que em 2009 estava em 1,5% de despesas e 0,1% de arrecadação, as despesas tiveram variação enquanto a arrecadação ficou estagnada e ao final de 2018 essa diferença atingiu 1,7%

Figura 5 Arrecadação e despesas com benefícios previdenciários rurais na última década 2009 a 2018 em percentuais com relação ao PIB do Brasil

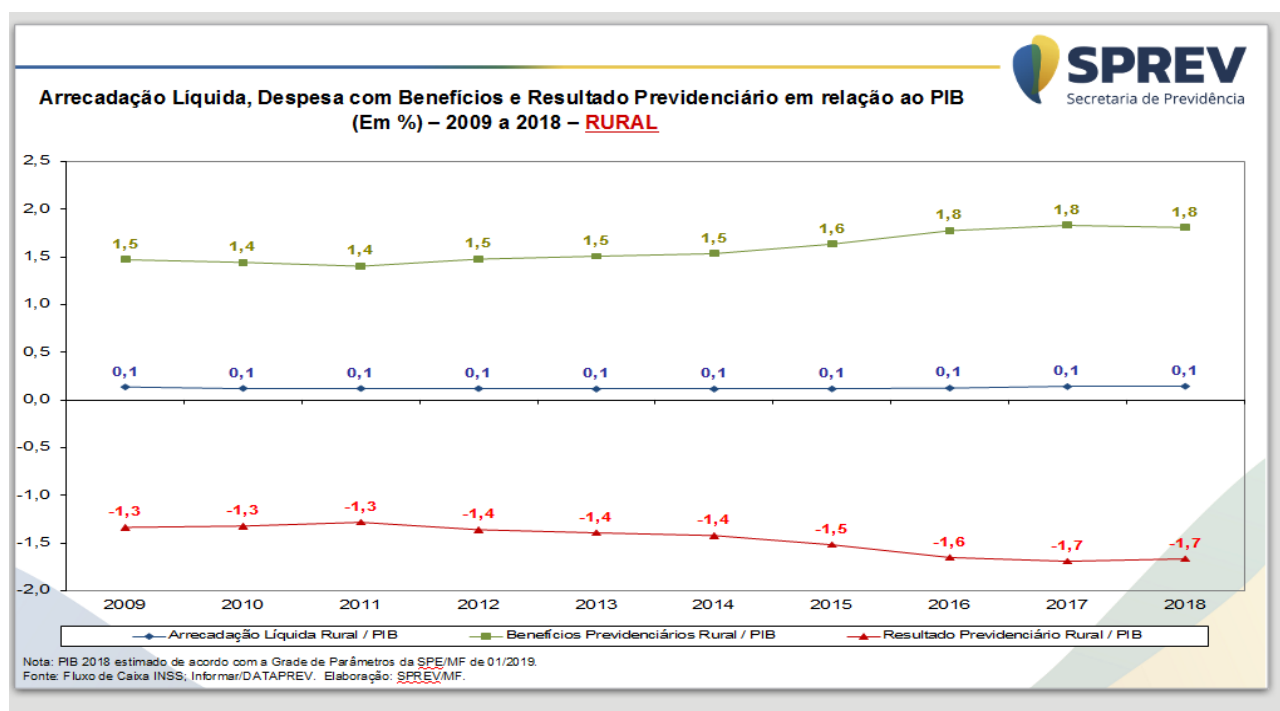
PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS POR GRUPO DE ESPÉCIE					
Grupo de Espécie	Quantidade	%	Valor (R\$)	%	Valor Médio
Aposentadorias	20.641.278	14,9%	27.205.078.397,33	61,8%	1.317,99
por idade	10.697.981	10,5%	10.369.765.069,12	24,1%	969,32
por Tempo de Contribuição	5.711.158	16,3%	11.112.469.884,23	25,8%	1.945,75
por Invalidez (Previdenciária)	3.277.100	8,3%	3.923.382.921,72	8,1%	1.197,21
Outras	955.039	2,7%	1.799.460.522,26	4,1%	1.884,17
Auxílios	1.754.566	5,0%	2.010.256.880,91	4,7%	1.145,73
Auxílio-Doença Previdenciário	1.132.025	3,2%	1.446.592.468,24	3,4%	1.277,88
Auxílio-Doença Acidentário	107.564	0,3%	159.140.535,65	0,4%	1.479,50
Auxílio-Reclusão	45.411	0,1%	46.689.559,32	0,1%	1.028,16
Outros	469.566	1,3%	357.834.317,70	0,8%	762,05
Amparos	4.760.966	13,6%	4.531.656.231,68	10,3%	951,84
Benef. Prest. Continuada - LOAS	4.651.924	13,3%	4.427.892.731,23	10,3%	951,84
Outros	109.042	0,3%	103.763.500,45	0,2%	951,59
Pensões	7.842.466	22,4%	9.208.274.689,12	21,4%	1.174,16
Salário Maternidade	53.536	0,2%	43.365.000,66	0,1%	810,02
Outros Benefícios	5.752	0,0%	7.299.894,95	0,0%	1.269,11
Total	35.058.564	100%	43.005.931.094,65	100,0%	1.226,69

Fonte: DIRBEN - Dezembro/2018

Fonte: Sítio do Tribunal de Contas da União

Na figura 6 será demonstrado uma sequência como os principais tipos de benefícios concedidos em dezembro de 2018, as quantidades em número e o percentual representado, além do valor total e o percentual que cada um representa com relação a uma análise vertical, além de demonstrar também o valor médio de cada tipo de benefício concedido, dá para visualizar que o valor médio da aposentadoria por idade por exemplo, que é o benefício mais concedido no período ficou em pouco acima de 1 salário-mínimo, enquanto que a aposentadoria por tempo de contribuição que teve o maior valor médio, não atingiu o equivalente a 2 salários-mínimos, vale relatar que os benefícios previdenciários têm o seu teto mínimo em 1 salário-mínimo R\$ 954,00, e o teto máximo em R\$ 5,645,80, isto no ano de 2018.

Figura 6 Benefícios concedidos em Dezembro de 2018, em quantidade, valor acumulado e valor médio



Fonte: Boletim Estatístico Gerencial INSS em números dezembro/2019, intranet www-inss.gov.br

2.2 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL(RPPS)

Assim como o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que nada mais é do que a previdência dos servidores públicos, conforme diz a Constituição Federal de 1988, em seu Art.40.

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

O regime próprio de previdência social, existente na esfera Federal, Estadual e Municipal, é no âmbito executivo, mas existe também o Regime Próprio do Poder Judiciário. O RPPS federal foi instituído através da Lei 9717/1998. O regime previdenciário dos servidores públicos de Mato Grosso, foi instituído pela Lei complementar 1614/61 com a criação do IPEMAT – Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso e posteriormente consolidado pela Lei 4491/82, posteriormente através da Lei complementar 560/2014 foi criada a Mato Grosso Previdência – MTPREV, que é a atual autarquia

DOSSIÊ DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS & ADMINISTRAÇÃO/ Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas EDUVALE/Jaciara-MT - ISSN 1806-6283/ Vol. 01 Novembro/Dezembro. Ano 2021.

gestora do RPPS do Estado de MatoGrosso..

Já o município de Jaciara possui a Prev-Jaci que é o fundo municipal de previdência social dos servidores de Jaciara criada e estruturado através da lei municipal 740/1999.

Todos os regimes próprios atendem aos servidores estatutários, ou seja, possuidores de cargo efetivo, os servidores que atendem aos entes federativos através de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração (desde que não sejam servidores estatutários), os servidores de contrato (passam por processo seletivo mas não são efetivos) tem a sua contribuição previdenciária vertida para o regime geral de previdência social.

Existe a preocupação com relação as contas que não fecham, a preocupação das autoridades é clara e notória, afinal com a criação do RPPS apesar de ser uma conquista para os servidores públicos transformando-os de celetistas a estatutários, muitos entes federativos se endividaram, pois não tinha uma reserva financeira para cobrir estes gastos, apesar da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1988, que dispunha de regras para a organização e funcionamento dos regimes próprios, não havia a compensação para os entes federados cobrir seus custos, sendo apenas em 1999 com a publicação da lei 9796 de 05 de maio que passou a existir a compensação previdenciária (COMPREV).

A criação do RPPS tinha por objetivo, desonerar as obrigações dos entes federativos através de contribuições previdenciárias, vertidas ao INSS relacionadas a parte do empregador, agora passou a ser um grande problema, onerando ainda mais o custo financeiro dos entes, eles não tinham o retorno necessários para cobrir os aumentos que foram adicionados aos benefícios.

2.3 PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL PARA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (PEC 06/2019)

Desde de sua criação, já houve várias alterações na previdência, na sua maioria restritivas e não inclusivas, através de várias reformas realizadas nos governos passados, mas a atual proposta de reforma denominada PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL – PEC 06/2019 apresentada pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro é a mais ampla de todas pois altera vários pontos da previdência atual. Segundo Lobato, Lenaura de Vasconcelos Costa “É também a mais injusta com os brasileiros que mais aumentaram os grupos mais vulneráveis de mulheres e idosos.” (Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira, 2019 p,2)

Esta reforma é justificada com o argumento de ser necessária para garantir a maior equidade, para que não seja afetado as gerações futuras, partindo desses argumentos uma série de mudanças para o acesso aos benefícios é proposta, dentre elas está a ampliação do tempo de contribuição, da idade, redução do valor de pensões, restrições a aposentadoria rural e ao benefício de prestação continuada (BPC), além de propor uma reestruturação total da previdência que acaba com o regime de repartição/solidário

e cria um regime decapitalização.

O assunto Reforma da Previdência, a muito tempo é debatido e noticiado nos meios de comunicação, não é um assunto fácil para se discutir e nem um pouco fácil de aceitar, mesmo assim o assunto está em evidente discussão com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 06/2019), que é um conjunto de alterações nas regras previdenciárias existente no Brasil. Esta proposta foi apresentada pelo Governo Federal e está em votação para ser aprovada, já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada, seguiu para o Congresso Nacional onde também teve sua 1ª aprovação, seguindo assim para o Senado deliberar e votar, após ser aprovada no Senado volta para o Congresso para a 2ª votação e depois volta novamente ao Senado para também ter a 2ª votação, somente depois desse trâmite ela segue para a sanção do Presidente.

Ao assumir o Governo como Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, apresentou a atual Proposta de Emenda Constitucional, esta proposta foi aprovada conforme a legislação determina pois trata-se de emenda constitucional, e para isso existe um rito a ser seguido, pois ela altera o texto da constituição federal, e assim o que era um projeto de reforma da previdência já foi sancionado e transformado em lei através da Emenda Constitucional nº 103/2009. Houve mudanças no texto original da proposta de reforma, como por exemplos os servidores público estaduais e municipais que foram excluídos do texto na primeira aprovação no Congresso Nacional na Câmara de Deputados e seguindo para apreciação do Senado Federal, mas já existe um outro projeto de Emenda Constitucional correndo paralelamente que se for aprovado, os Estados e Municípios elaborarão os seus projetos de reforma previdenciária dos respectivos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

2.4 PORQUE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É NECESSÁRIA.

O nosso maior desafio é deixar o sistema previdenciário mantido e sustentável, para que isso ocorra é que está em votação a PEC 06/2019, pois assim deve-se evitar que os benefícios pagos pelo Governo Federal através da previdência entre em colapso e assim coloque em risco toda a população que de certa forma ficará desamparada neste quesito.

Como já foi dito a PEC 06/2019 é um conjunto extenso de alteração na constituição, destaca-se aqui alguns pontos que trata a reforma da previdência:

Quadro 3: Pontos de Alteração da Reforma da Previdência

Tipo de Benefício	Como está atualmente	Como Será com a PEC 06/2019
Aposentadoria por tempo de contribuição	35 anos de contribuição para o homem e 30 para a mulher Redução de 5 anos para professor. Se a soma do Tempo de contribuição + Idade alcançar 96/86 pontos para homem e mulher respectivamente para entrar ou não no fator Previdenciário.	Deixará de existir
Aposentadoria por idade para o trabalhador urbano	65 anos homem e 60 anos mulher com no mínimo 15 anos de contribuição	65 anos homem e 60 anos mulher com o mínimo de 20 anos de contribuição Professores 60 anos de idade homem ou mulher terão que contribuir por 30 anos.
Aposentadoria por idade rural	60 anos homem e 55 anos mulher com o mínimo de 15 anos de contribuição ou comprovação de 15 anos de trabalho rural para subsistência. Aposentadoria híbrida 65 anos homem e 60 anos mulher e 15 anos de carência, podendo somar tempo rural com tempo urbano	60 anos homem e 60 anos mulher com o mínimo de 20 anos de contribuição, além de contribuição de R\$ 600,00 anuais por grupo familiar
Aposentadoria do servidor público (RPPS)	60 anos homem e 55 anos mulher, 35 anos de contribuição para o homem e 30 para a mulher para aposentadoria por tempo de contribuição, 65 anos para o homem e 60 para a mulher sem exigência de contribuição mínima. Para aposentadoria por idade, e 55/50 ano de idade para homem e mulher e 35/30 de tempo de contribuição, para professores. Além de 10 anos de serviço público e 5 anos no último cargo	Aposentadoria por idade + tempo de contribuição 65/62 anos de idade para homem/mulher + 25 anos de contribuição com 10 anos de serviço público e 5 anos no último cargo. Professores do Ensino Público com RPPS: 60 anos, 30 de contribuição, 10 anos no serviço público e 05 anos no cargo, para ambos os sexos.
O cálculo da aposentadoria por idade	80% das maiores contribuições desde julho 1994 até a data do requerimento para formar o salário de benefício e deste recebe 70% + 1% a cada 12 contribuições podendo chegar a 100%	Media de todas as contribuições desde julho de 1994 até a data do requerimento para formar o salário de benefício e deste recebe 60% + 2% a cada 12 contribuições que exceder os 20 anos mínimos, atingindo 100% do salário de benefício com 40 anos de contribuição
Benefício de prestação continuada	Idoso com 65 anos de idade homem ou mulher ou deficiente Ambos em situação de miserabilidade recebe 1 salário-mínimo de benefício	Para o deficiente continua as mesmas regras, Idoso passa a receber R\$ 400,00 a partir dos 60 anos e quando atingir 70 anos passa a receber 1 salário-mínimo
Aposentadoria para policiais civis, federais e agentes penitenciários/socioeducativos	Não existe atualmente regra de aposentadoria especial para agentes penitenciários e socioeducativos. Para os policiais civis e federais não exige idade mínima apenas contribuição de 30/25 para homem/mulher e tempo de atividade de 20/15 anos respectivamente	Pela proposta, para os policiais existirá a necessidade de cumprir 55 anos idade, para ambos os sexos, 30 anos de contribuição para homens e 25 para mulheres, somados ao tempo de exercício no cargo, de 20 e 15 anos, respectivamente.

		Para agentes, a regra será quase igual, diferenciando-se na questão do tempo de exercício, que será sempre de 20 anos.
Pensão por morte	100% do salário de benefício dividido de forma igualitária entre os dependentes no RGPS 100% do salário de benefício + 70% do que exceder o teto	60% do salário de benefício + 10% por dependente habilitado até atingir 100% em caso de morte por acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho a pensão será de 100%
Acumulo de benefício	Permite a acumulação de Benefício concedido pelo RGPS e RPPS	100% do benefício de maior valor + percentual de soma dos demais, nos seguintes moldes: até 1 SM = 80% de 1 a 2 SM = 60% de 2 a 3 SM = 40% de 3 a 4 SM = 20%
Políciais militares, bombeiros e forças armadas		Os grupos terão as mesmas regras de aposentadoria. Todos serão equiparados às Forças Armadas Criou-se permissivo para militares da reserva exercerem atividades civis
FGTS dos aposentados e multa de 40%	Aposentado que continuar trabalhando o empregador continua recolhendo o FGTS e no caso de demissão sem justa causa incide a multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios	Com a reforma, retira-se a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS e da Multa do FGTS (40%) pelo empregador nos casos de empregado já aposentado

Fonte: Elaborado pelo autor com base no texto da PEC 006/2019

A proposta de reforma da previdência já foi aprovada e sancionada pelo Presidente da República, mas durante a tramitação houve várias mudanças no texto de lei, e referente aos pontos aqui exposto apenas o benefício de prestação continuada ao idoso não houve alteração, foi excluído o texto da reforma e a idade para o trabalhador rural continuou a mesma, os outros pontos foram mantidos como no texto base

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa a ser utilizado é o de pesquisa bibliográfica que consiste em levantamento de dados através de fontes de dados já existentes que possam fornecer as respostas esperadas para solucionar o problema que foi proposto, estas fontes têm sua origem em livros,

publicações e também no formato eletrônico que é muito utilizado hoje em dia, pela facilidade de serem encontradas obras realizadas em qualquer parte do mundo.

Documental, este método pode ser utilizado em praticamente todas as ciências sociais, ele se assemelha muito com a metodologia bibliográfica afinal os dois utilizam-se de dados já existentes, porém tendo um leque maior de possibilidades para estudo pois enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se de material elaborado por autores com o propósito de ser lido por um público específico, o método documental é todo tipo de documentos elaborados com finalidades diversas. Segundo, GIL, 2010 “o conceito de Documento é bastante amplo pois é constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento”.

Foi construído um questionário com 14 questões, e dividido em 3 grupos, identificação do participante, conhecimento da existência da proposta de reforma e conhecimento do texto da proposta de reforma, após a elaboração do questionário ele foi disponibilizado a parte da população por meio eletrônico de mídia social através do aplicativo WhatsApp, para saber o seu conhecimento quanto a proposta da reforma da previdência feita pelo Governo Federal, houve uma limitação na quantidade de respostas colhidas, devido à falta de interesse ou de conhecimento da população.

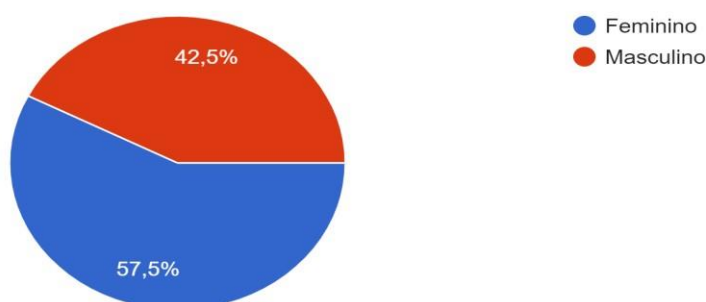
4 ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados se deu através do questionário e foi formulado e respondido por parte da população, este questionário foi disponibilizado através de mídias sociais a um número considerável de pessoas, sendo replicado a vários grupos virtuais de pessoas, porém o retorno obtido não foi o esperado atingindo apenas um total de 106 respostas, conforme será demonstrado a seguir os dados coletados.

Gráfico 1 – Sexo do entrevistado

1. Qual o sexo do entrevistado?

106 respostas



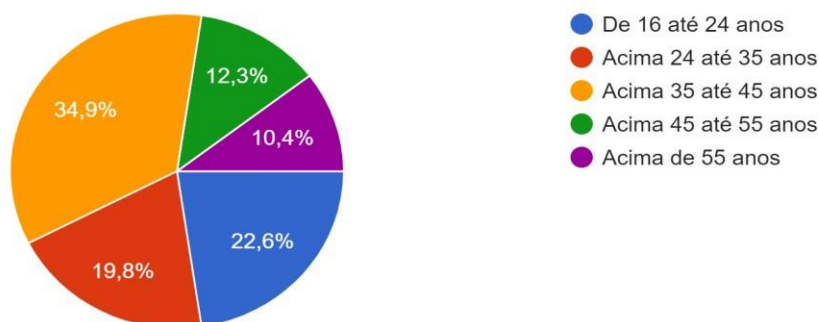
Fonte: Pesquisa

Dos entrevistados 57,5% eram do sexo feminino e 42,5% do sexo masculino.

Gráfico 2 – Idade do entrevistado

2. Qual a Idade do Entrevistado?

106 respostas



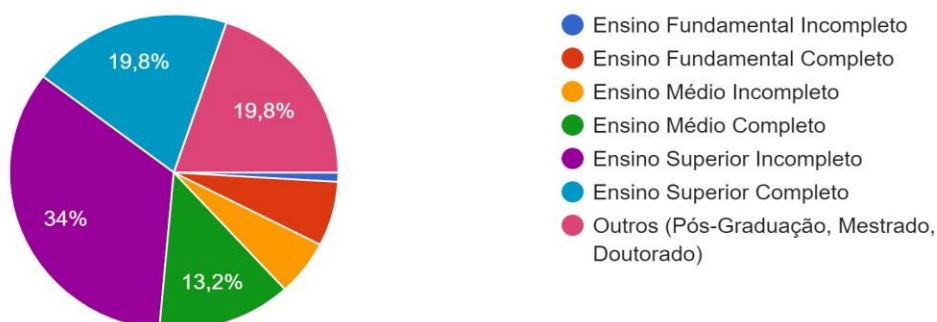
Fonte: Pesquisa

Conforme o gráfico 2 a faixa etária dos entrevistados ficou desta maneira de 16 até 24 anos um total de 22,6%, de 24 até 35 anos 19,8%, a maioria ficou na faixa acima de 35 até 45 anos que correspondeu 34,9%, acima de 45 até 55 anos representou 12,3%, e a última categoria ficou acima de 55 anos que representou 10,4%.

Gráfico 3 – Escolaridade do entrevistado

3. Qual a Escolaridade do Entrevistado?

106 respostas



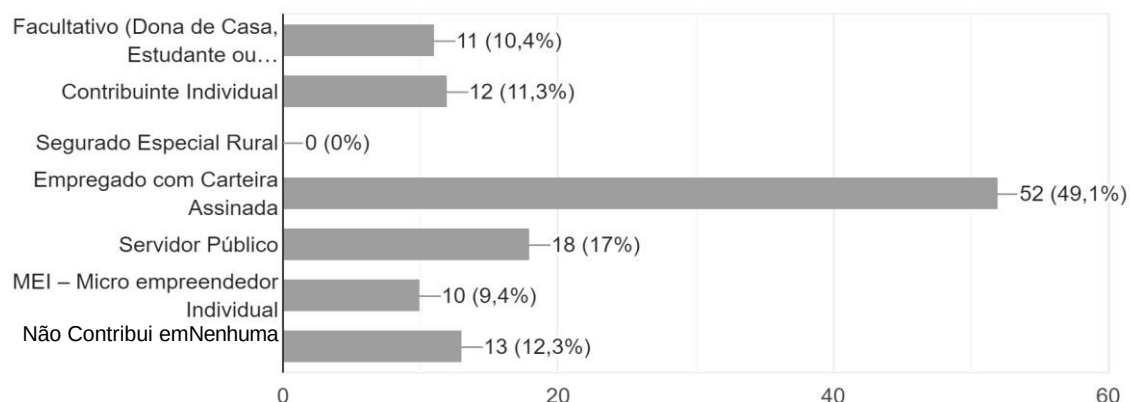
Fonte: Pesquisa

No 3º gráfico visualizamos a maior porcentagem dos que responderam o questionário ficou entre os que possuem ensino superior incompleto, representando 34%, seguido por aqueles que não concluirão ensino fundamental e os que possuem formação complementar além da graduação que seria pós-graduação, mestrado ou doutorado, e representaram o equivalente a 19,8% cada um.

Gráfico 4 – Contribuição previdenciária

4. O Entrevistado Contribui com a Previdência em qual Categoria? (aqueles que contribui em mais de uma opção pode escolher mais de um)

106 respostas



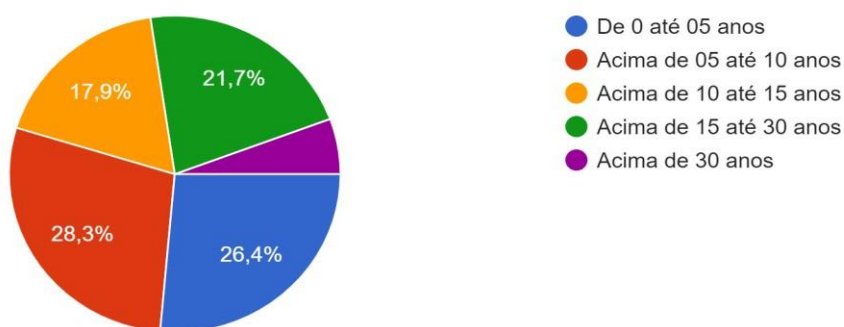
Fonte: Pesquisa

No 5º gráfico fica evidenciado o tempo médio que cada participante tem de recolhimento junto a previdência social, aqueles que tem o tempo de recolhimento entre 0 e 5 anos equivale a 26,4% dos entrevistados, acima de 05 até 10 anos 28,3%, acima de 10 até 15 anos de contribuição representa 17,9% acima de 15 até 30 anos representou 21,7% e acima de 30 anos de contribuição representou 5,7% dos entrevistados.

Gráfico 5 – Qual o tempo de contribuição

5. O Entrevistado já possui Quanto Tempo de Contribuição?

106 respostas



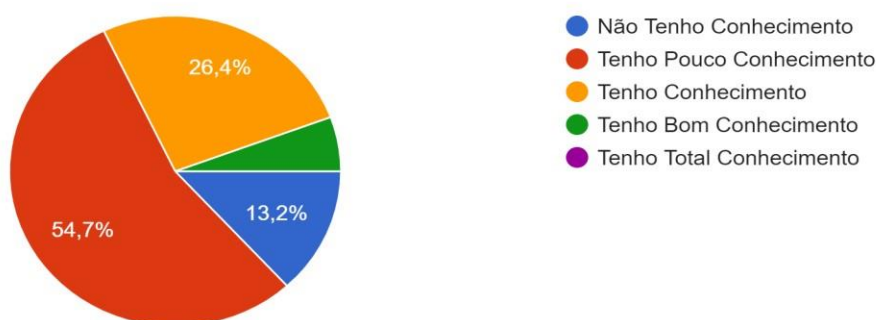
Fonte: Pesquisa

A partir deste ponto da pesquisa os dados coletados devem representar o quanto cada participante conhece sobre a previdência e o porquê da proposta da reforma.

Gráfico 6 – Conhecimento da PEC 006/2019

6. O Entrevistado tem Conhecimento da proposta da Nova Reforma da Previdência PEC nº 6/2019

106 respostas



Fonte: Pesquisa

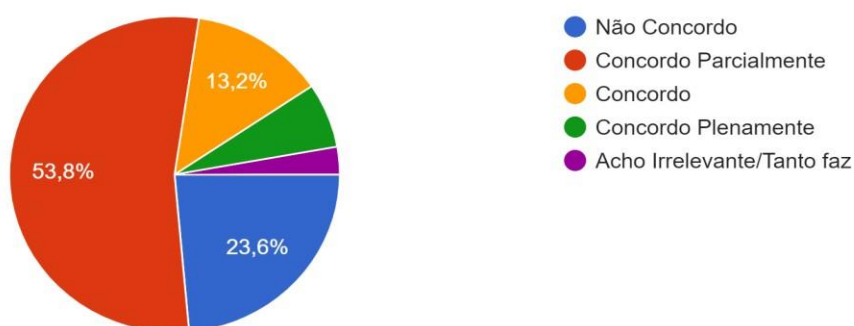
No 6º gráfico ficou evidente que a maior parte dos entrevistados declarou ter pouco conhecimento sobre a reforma da previdência representando 54,7%, 26,4% declarou ter conhecimento, 13,2% respondeu não ter nenhum conhecimento, 5,7% declarou ter um bom

conhecimento referente a reforma da previdência, dentre os entrevistados não houve ninguém que declara-se ter um total conhecimento quando a proposta de reforma da previdência.

Gráfico 7 – Concorda com a reforma da previdenciária

7. O Entrevistado Concorda com a Nova Reforma da Previdência

106 respostas



Fonte: Pesquisa

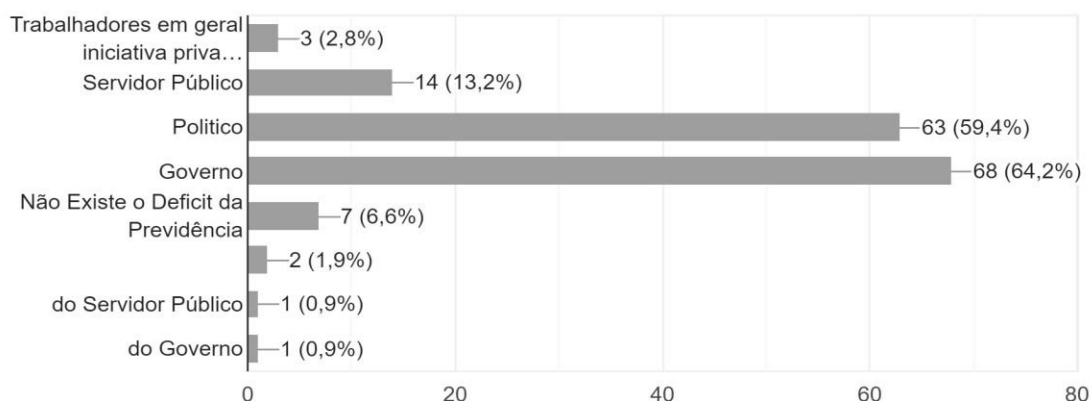
O 7º gráfico traz a resposta sobre se o entrevistado concorda com a proposta de reforma da previdência, onde 53,8% dos entrevistados responderam concordar parcialmente, 23,6% não concordam, 13,2% declarou concordar e 6,6% respondeu que concorda plenamente e 2,8% responderam que acha irrelevante a reforma da previdência.

Os entrevistados foram questionados sobre de quem eles achavam ser a culpa do déficit que o governo aponta existir na previdência e que justificaria a proposta da reforma, e a maioria respondeu que a culpa é principalmente do Governo 64,2% seguido pelos políticos 59,4%, em terceiro os servidores públicos representando 13,2%, e os trabalhadores em geral representou 2,8%, houve até quem achasse que não existe o déficit e representou 6,6% dos entrevistados, nesta questão poderia ser escolhido mais de uma opção.

Gráfico 8 – A culpa do déficit

8. O Governo aponta que existe um deficit na previdência, na sua opinião isso é culpa dos? (pode escolher mais de uma opção)

106 respostas



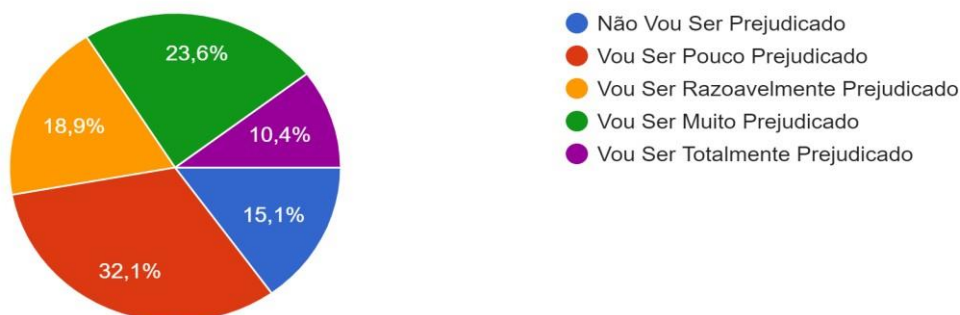
Fonte: Pesquisa

Conforme o gráfico 9 os participantes responderam se achavam que eles seriam prejudicados com a reforma da previdência, 15,1% acha que não será prejudicado, 32,1% acredita que será pouco prejudicado, 18,9% respondeu que será razoavelmente prejudicado, 23,6% acredita que será muito prejudicado e por fim 10,4% acredita que será prejudicado.

Gráfico 9 – Serei Prejudicado com a reforma da previdência

9. Você acha que vai ser prejudicado com a Reforma da Previdência?

106 respostas

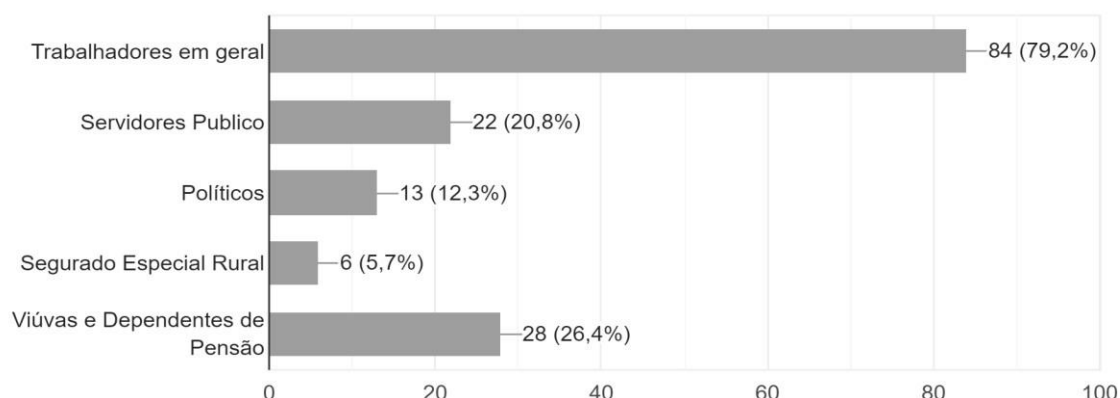


Fonte: Pesquisa

Gráfico 10 – Quem será mais prejudicado

10. Quem você acha que vai ser mais prejudicado com a Reforma da Previdência? (Pode escolher mais de uma alternativa)

106 respostas



Fonte: Pesquisa

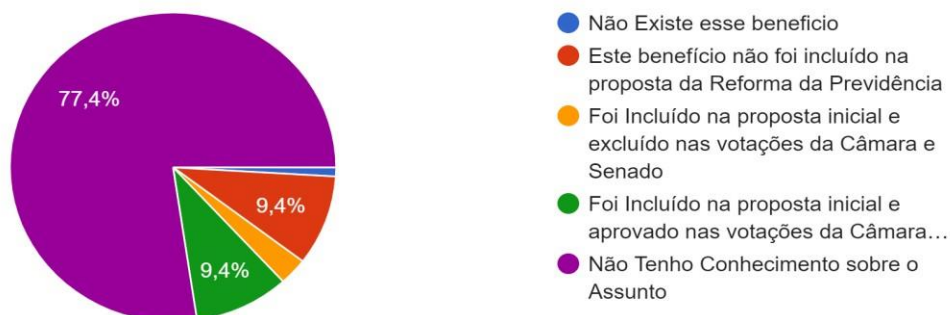
Também sobre a questão de ser ou não prejudicado com a reforma da previdência, os participantes foram questionados sobre quem eles achavam que seria mais prejudicado, a maioria respondeu que os mais prejudicados serão os trabalhadores em geral representando 79,2%, seguidos pelas viúvas e dependentes de pensão representando 26,4, servidores público 20,8% políticos 12,3% e por fim os segurados especiais rurais que representou 5,7%, vale ressaltar que nesta questão poderia ser escolhido mais de uma opção.

A partir deste ponto da pesquisa, o objetivo era saber até que ponto o entrevistado tinha o conhecimento quanto ao texto da proposta de reforma da previdência, para isso foi usada na pesquisa temas que estão em debate nos pontos principais da reforma da previdência, dentre eles mudanças nas regras de acesso ao auxílio-reclusão, ao benefício assistencial ao idoso além de mudanças nas regras para servidores públicos da esfera federal e dos políticos.

Gráfico 11 – Auxílio Reclusão na PEC 006/2019

11. Sobre a PEC de Reforma da Previdência. O benefício de Auxílio-Reclusão atualmente tem o seu...a proposta foi aprovada na reforma?

106 respostas



Fonte: Pesquisa

Conforme o gráfico 11 a maior parte dos entrevistados não tem conhecimento sobre o tema da proposta da reforma que abrange o benefício de auxílio-reclusão, totalizando 77,4% vale ressaltar que este benefício existe e é destinado aos dependentes familiares daquele segurado da previdência que por algum motivo foi privado de sua liberdade, já na medida provisória 871 de janeiro de 2019 e posteriormente convertida em lei, houve mudanças neste benefício, e com a proposta nas regras de acesso, mas o tema na Proposta da reforma da previdência é com relação ao valor do benefício que será repassado aos dependentes que antes era calculado pela média das contribuições e partir da reforma da previdência vai ser de um salário-mínimo vigente, este texto foi aprovado, e entra em vigor assim que a reforma da previdência entrar em vigor.

O benefício assistencial ao idoso atualmente é o valor de um salário-mínimo pago ao idoso acima de 65 anos e que não tenha condições de prover o seu sustento, além de outras regras para acesso ao benefício, o texto da reforma da previdência trazia que o benefício seria de R\$400,00 para o idoso acima de 60 anos até ele completar 70 anos e assim passaria a um salário-mínimo, mas este texto foi excluído na votação inicial, permanecendo as regras vigentes.

Conforme o gráfico 12, sobre o benefício de prestação continuada ao idoso, novamente a maioria dos participantes da pesquisa responderam não ter conhecimento sobre o assunto representando 57,5%, um percentual de 9,4% respondeu que não existe este benefício, apenas 10,4% dos participantes responderam corretamente que o tema estava no texto inicial e foi excluído na votação da Câmara dos deputados e no Senado.

Gráfico 12 Benefício Assistencial ao Idoso – BPC Loas

12. Sobre a PEC de Reforma da Previdência. O Benefício de Prestação Continuada BPC – Loas, destinado ao i...sa proposta foi aprovada na reforma?

106 respostas



Fonte: Pesquisa

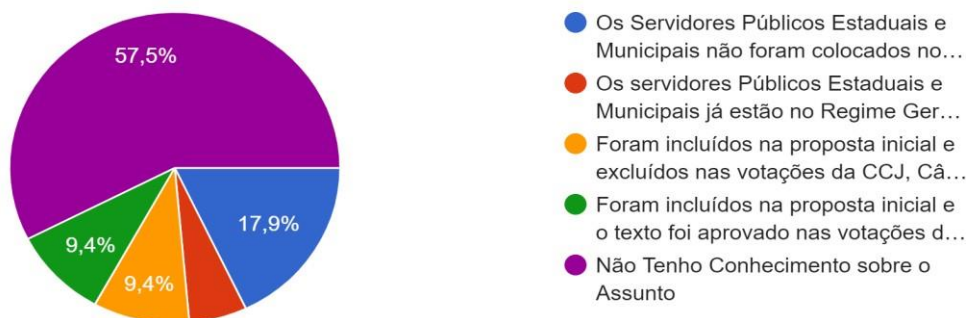
Notextoinicialdapropostadareformadaprevidênciaosservidorespúblicosforamincluídos, porém nas votações iniciais os servidores públicos da esfera estadual e municipal que tenham seus regimes próprio de previdência social foram excluídos da propostainicial.

Os participantes foram questionados sobre os servidores públicos estaduais e municipais terem entrado na proposta de reforma da previdência e mais uma vez responderam na maioria não ter conhecimento sobre o assunto representando um percentual de 57,3%, e apenas 9,4% responderam corretamente que foram incluídos inicialmente e excluídos nas votações iniciais conforme demonstrado no gráfico 13.

Gráfico 13 – Servidores Públicos Estaduais e Municipais

13. Sobre a PEC de Reforma da Previdência. Os Servidores Públicos Estaduais e Municipais entraram na nova Reforma da Previdência?

106 respostas



Fonte: Pesquisa

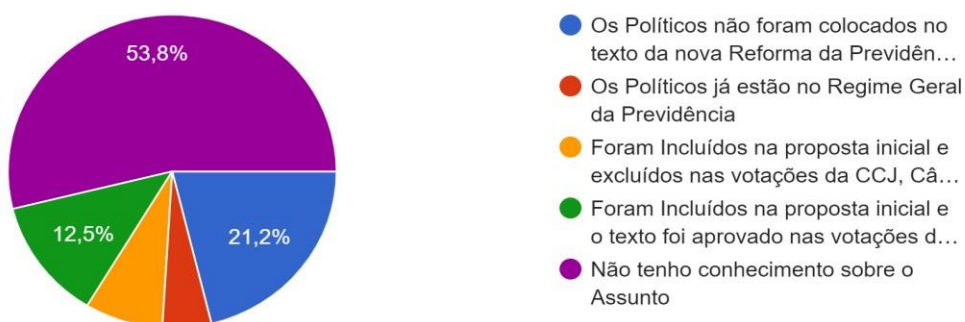
Cabe ainda ressaltar nesta questão que está correndo em paralelo a proposta da reforma da previdência, uma proposta que se aprovada, os estados e municípios farão a sua reforma dos seus regimes próprios de previdência social.

Na última questão referente aos entrevistados conhecerem o texto da reforma da previdência não foi diferente das outras questões, pois a maioria representando 53,8% novamente respondeu que não tem conhecimentos sobre o assunto, 21,2% responderam que os políticos não entraram na proposta da reforma, e apenas 12,5% respondeu corretamente que ele entram no texto da proposta sendo aprovado e assim os ocupantes de cargo eletivo passam a compor o regime geral da previdência social a partir das próximas eleições.

Gráfico 14 – Políticos na reforma da previdência

14. Os Políticos entraram na nova Reforma da Previdência, passando a receber o teto do INSS como qualquer outro cidadão brasileiro?

104 respostas



Fonte: Pesquisa

4.1 ANÁLISE DEDADOS

Através dos dados coletados, chegou-se à conclusão que a maioria dos entrevistados representando em média 54,7%, não tem interesse em conhecer sobre a previdência social e que ela implica no nosso futuro, devido a este tema ser relevante a população, estar em tramitação e exposto diariamente nos meios de comunicação, pelo fato de responderem que não tem conhecimento mostra o total desinteresse quanto ao tema.

Na segunda etapa da pesquisa procurou-se saber se o entrevistado tinha conhecimento da proposta de reforma da previdência que está sendo divulgado nos meios de comunicação, e chegou-se a seguinte percentual, 5,7% dos entrevistados responderam que tem bom conhecimento da proposta da reforma, 13,2% dos responderam não ter conhecimento da proposta, 26,4% respondeu que tem conhecimento a grande maioria 54,7% respondeu que tem pouco conhecimento, no seguimento foi questionado se os entrevistados concordavam com a proposta da reforma da previdência, a maioria representando 53,8%, respondeu que concorda parcialmente seguindo de uma parcela de 23,6%, que não concorda com a reforma chegando a ter uma pequena parcela de 2,8% dos entrevistados que responderam achar irrelevante a reforma. Por ser um tema de alta relevância, pois trata do futuro da população em relação a benefícios previdenciários, deveria ter um maior interesse da população.

Os entrevistados foram questionados sobre de quem eles achavam ser a culpa do déficit que o governo aponta existir na previdência e que justificaria a proposta da reforma, neste caso foi dado a oportunidade de múltipla resposta e a maioria respondeu que a culpa é primeiramente do Governo com 65,1% e depois dos políticos atingindo um percentual de 61,3%, seguido pelos servidores públicos com 14,1% e trabalhadores em geral com 2,8%, teve também uma parcela de 6,6%, respondeu que não existe o déficit da previdência.

Desta maneira foi concluído a segunda etapa do questionário e na terceira etapa deu-se uma real situação quando ao conhecimento e interesse da população com relação a previdência social, que é de interesse de todos mas apenas quando precisam dos seus direitos, mas na hora de conhecer quais são e quais as consequências nessas mudanças a sua maioria não demonstra ter interesse.

Para saber sobre o conhecimento dos entrevistados, foi elaborada quatro perguntas referente ao texto da reforma da previdência como por exemplo o benefício de auxílio-reclusão que muitos reclamam de sua existência por ouvir falar mas na prática 77,4% dos entrevistados responderam não ter conhecimento e apenas 9,4% responderam corretamente, que o texto deste benefício foi incluído na

proposta e aprovado na câmara e no senado, com relação ao benefício de prestação continuada BPC LOAS ao idoso novamente 57,5% respondeu não ter conhecimento sobre o assunto 10,4% responderam corretamente que o texto foi incluído na proposta inicial e excluído na câmara e senado, chegando até um percentual de 9,4% responder que este benefício não existe.

Com relação aos servidores públicos, estes foram incluídos na proposta inicial e excluído posteriormente, porém existe uma PEC paralela em tramitação para os entes federativos realizarem a sua reforma da previdência privada, já nas respostas novamente 57,5% responderam não ter conhecimento sobre o assunto, 17,9% respondeu que os servidores público não foram incluídos na proposta, 5,4% respondeu que os servidores já fazem parte do regime geral da previdência social e 9,4% que os servidores públicos foram incluídos na proposta inicial e aprovados, ficando um percentual de 9,4% que responderam corretamente que os servidores foram incluídos e excluídos.

E por fim foi questionado sobre os políticos, se os mesmos também entraram na proposta da reforma e mais uma vez a resposta ficou que 53,8% não tem conhecimento do assunto e apenas 12,5% responderam corretamente que eles foram incluídos e aprovados na proposta da reforma da previdência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso foi elaborado a fim de demonstrar um pouco da previdência social que existe no Brasil, o que a população conhece sobre o tema e demonstrar a proposta de reforma apresentada pelo governo federal, que nos apresenta um déficit nas contas previdenciárias, segundo o governo com esta reforma da previdência tem a intenção de economizar o equivalente a 800 bilhões de reais nos próximos 10 anos.

Para demonstrar se a população conhece sobre a previdência e a proposta da reforma, foi elaborado um questionário para coletar os dados deste conhecimento, este questionário foi aplicado através de meio eletrônico utilizando o aplicativo whatsapp e distribuído em grupos virtuais para assim obter um retorno e demonstrar o resultado.

Com base nos resultados, evidenciou que a população em geral apesar de reclamar da medida adotada pelo governo, não demonstra interesse sobre os assuntos pois 54,7% dos entrevistados não tem conhecimento sobre o assunto, o questionário apresentado tinha questões pertinentes sobre o tema, questões sobre o conhecimento do texto da reforma da previdência, mas as respostas deixaram claro que a população não tem interesse realmente sobre o tema, pois em quatro questões do texto da reforma apresentado,

61,5% em média respondeu que não tem conhecimento sobre este assunto, e este assunto está diretamente relacionado aos nossos direitos como cidadãos e contribuintes.

9 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet – planalto.gov.br.

BRASIL, **Emenda Constitucional 41 de 19 de dezembro de 2003**. Legislação Federal do Brasil Sítio eletrônico internet – planalto.gov.br.

BRASIL, **Lei 8112 de 11 de dezembro de 1990**. Legislação Federal do Brasil Sítio eletrônico internet – planalto.gov.br.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 5ª ed. São Paulo: Atlas 2010.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; Costa, Ana Maria; Rizzotto, Maria Lucia Frizon. Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira. **Scientific ElectronicLibrary Online Saúde Pública**, Rio de Janeiro 2019. Disponível em<<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912000>> Acesso em 18 de jul. 2019.

UM ESTUDO SOBRE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO NO VALE DO SÃO LOURENÇO-MT.

Macedo, Regiane Sebastião¹

Teixeira, Jailson da Conceição²

Reis, Fabiana Kely dos Santos³

Lima, Francisco Eudes gomes de⁴

RESUMO

O objetivo desse artigo é verificar se a população do Vale do São Lourenço tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado. Considera-se o contrato por prazo determinado aquele que depende de uma espécie de contrato cuja a natureza das atividades justifique a predeterminação de prazo que tem datas de início e término em que foram definidas e conceituadas todas as modalidades de contrato de trabalho. A metodologia utilizada para a efetivação deste trabalho foi à quantitativa baseada na coleta de dados, ao qual foi feito um questionário com 11 (onze) questões. Buscando analisar de forma que é feito o processo de contrato por prazo determinado que seja exposto com apresentação de gráficos para melhor entendimento. Dos dados coletados e analisados da amostra foi possível constatar que 50% dos respondentes tem conhecimento sobre o contrato de trabalho por prazo determinado. Esse tipo de contrato é para que o empregador possa avaliar o desempenho profissional do novo empregado e suas aptidões pessoais, se realmente está desempenhado com as atividades de forma que satisfaça as necessidades da empresa.

Palavras-chave: Contrato de trabalho, Contrato de experiência, Contrato temporário.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do vale do São Lourenço – EDUVALE.

² Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Lei da Responsabilidade Fiscal na ESA, Beem Gestão Fiscal e Planejamento Tributária na UNIC, Mestre em contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailsoncontador@outlook.com

³ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela IPEMIG: Instituto Pedagógico de Minas Gerais.

⁴ Graduado em Direito e especialista em Direito Processual civil e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

1 INTRODUÇÃO

O contrato de trabalho por prazo determinado é uma das modalidades que regulamentam a relação empregatícia no Brasil. Com a admissão de um empregado a empresa junto com o trabalhador efetuará um acordo que por meio de contrato de trabalho irá definir o tipo de função e a sua forma de contratação que o mesmo será contrato. Porém a contratação por prazo determinado é celebrada com a fixação do seu término final, sendo sua duração limitada de 2 anos, porém é previsto ao empregado não apenas o início em que começa a trabalhar como também o prazo que determinará o seu término. Portanto o principal tipo de contrato por prazo determinado é o contrato de experiência que não pode exceder os 90 (noventa) dias, onde cada parte tem um período para avaliar se a outra parte atende suas expectativas.

A metodologia utilizada deste trabalho foi a quantitativa baseada na coleta de dados, o método dedutivo que utiliza o raciocínio lógico e a dedução para obter a conclusão a respeito do assunto abordado e a pesquisa bibliográfica.

O principal objetivo deste artigo é verificar se a população do Vale do São Lourenço tem conhecimentos sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, com a elaboração prática deste estudo, pretende-se esclarecer a importância do Direito do trabalho e seus principais contratos por prazo determinado.

Essa pesquisa tem como início seus conceitos e acima de tudo esclarecer a maneira, mas clara e precisa das regras e os benefícios de contrato de trabalho contrato por tempo determinado a suas variadas modalidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo vamos abordar os conceitos de Direito do trabalho, contrato de trabalho, os envolvidos na relação de emprego, contrato de trabalho por prazo indeterminado, contrato por prazo determinado e seus principais tipos de contratos.

2.1 DIREITO DO TRABALHO

De acordo com Fuhrer (2009, p. 23) “Direito do trabalho é o ramo da ciência jurídica que regula a relação de emprego e as situações conexas, bem como a aplicação das medidas de

proteção ao trabalhador. ”

A definição de direito do trabalho pressupõe uma tomada de posição sobre a qual pode não haver unanimidade, a respeito de diversos aspectos propedêuticos da questão de modo que cada doutrinador pode em função das suas conclusões, divergir de outro porque tem uma visão diferente a respeito dessas premissas, embora alguns pontos mereçam a concordância praticamente geral (NASCIMENTO, 2009, p.193)

Assim como disse Nascimento a definição de direito do trabalho pode ter divergências, Russomano conceitua direito do trabalho:

O direito do trabalho sempre foi definido como instrumento de equilíbrio dos níveis sociais, assim como a proteção do trabalhador sempre foi considerado capítulo moderno da história, quando a tem de revolucionário ou subversivo é sim uma ideia solidarista, baseada na necessidade de apoio aos mais débeis. Por isso, as primeiras leis trabalhistas protegem mulheres e menores (físicas e psicologicamente frágeis), enfermos e acidentados (feridos em sua integridade orgânica). (RUSSOMANO, 2002, p.16)

O direito do trabalho tem como base o princípio da proteção, o qual defende o princípio da igualdade jurídica. Tendo como finalidade melhorar as condições de trabalho de seus trabalhadores e suas situações sociais, assegurando-lhes a prestação de serviços com um salário que proporcione uma vida digna para ele e seus familiares, além disso, corrige as deficiências encontradas dentro da empresa, assegurando uma remuneração, a fim de que o trabalhador possa suprir todas as suas necessidades.

O contrato é, portanto, um negócio jurídico bilateral em que “os interesses contrapostos” se acham presentes com mais intensidade do que os outros contratos dependendo da categoria profissional e econômica a que pertençam os contratantes. (BARROS, 2009, p.31)

Conforme FUHRER, a definição de contrato de trabalho individual é:

Contrato individual de trabalho é o ajuste de vontades pelo qual uma pessoa física (empregado) se compromete a prestar serviço subordinado não eventual a outrem (empregador) mediante pagamento de salário. As características mais importantes deste contrato são a subordinação, a personalidade, a não eventualidade e o salário. (FUHRER, 2008, p.36).

2.2 OS ENVOLVIDOS NA RELAÇÃO DE EMPREGO

Para FUHRER (2009) empregado é a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador sob sua dependência, mediante a pagamento de salário. (Art. 3º).

Segundo DELGADO, definição de relação de emprego é:

A relação de emprego, entretanto, é, do ponto de vista técnico-jurídico, apenas uma das modalidades específica de relação de trabalho juridicamente configurada. Corresponde a um tipo legal próprio e específico inconfundível com as demais modalidades de relação de trabalho ora vigentes. (DELGADO, 2005,p.284)

ALCÂNTARA, (2014, p.51) “Resume-se ao fato de que o empregado não se pode fazer substituir por outra pessoa, pois o serviço por outra pessoa, pois o serviço deve ser prestado por ele mesmo, pessoalmente.”

Assim pode-se definir relação de empregado como a pessoa contratada para prestar serviços para um empregador, numa carga horária definida, mediante salário. O serviço tem de ser subordinado, qual seja, o empregado não tem autonomia para escolher a maneira como realizará o trabalho, estando sujeito às determinações do empregador.

Para FUHRER (2009, p.42) Empregador é a pessoa física ou jurídica que assume os riscos da atividade econômica, admite, dirige e assalaria a prestação pessoal de serviço.

Neste ponto verificar-se à amplitude que a figura do empregador recebe na legislação trabalhista. O conceito de empregador está descrito no caput art. 2º da CLT que preceitua, in verbis:

Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. 1º- Equipara-se ao empregador, para os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados. (Art. 2º-CLT)

De acordo com MALHADAS (1995, p.215) “É o resultado de consenso de vontades em decorrência do qual o ser humano se subordina a outro ou um grupo de outros obrigando-lhe prestar pessoalmente serviço, segundo certas condições previamente estabelecidas.”

Da mesma forma que o empregado tem seus direitos o empregador também tem descritos no direito do trabalho os direitos sobre o empregado tais como: romper o contrato de trabalho; descontar o salário em caso de falta sem justificativa; direito de determinar o modo como deve ser exercida a atividade do empregado-O empregador dita as normas dentro da sua empresa e o empregado tem de cumprir aquilo que foi proposto.

10 2.3.1 CONTRATOS DE TRABALHO

Haverá um contrato sempre que uma pessoa física se obrigara, executar obras ou prestar serviços para outra sob dependência desta, durante um período determinado ou indeterminado de tempo, mediante o pagamento de uma remuneração.

O contrato é, portanto, um negócio jurídico bilateral em que “os interesses contrapostos”

se acham presentes com mais intensidade do que os outros contratos dependendo da categoria profissional e econômica a que pertençam os contratantes. (BARROS, 2009, p.31)

Conforme FUHRER, a definição de contrato de trabalho individual é:

Contrato individual de trabalho é o ajuste de vontades pelo qual uma pessoa física (empregado) se compromete a prestar serviço subordinado não eventual a outrem (empregador) mediante pagamento de salário. As características mais importantes deste contrato são a subordinação, a personalidade, a não eventualidade e o salário. (FUHRER, 2008, p.36)

Portanto contrato é, um negócio bilateral ou plurilateral, que sujeita as partes a observância de conduta idônea à satisfação que regulam seus interesses, já o contrato individual é o acordo tácito ou expresso, verbal ou escrito, por prazo determinado ou indeterminado. Caracterizando toda vez que a pessoa física prestar um serviço não eventual a uma outra pessoa física ou jurídica, mediante pagamento de contraprestação chamada salário.

Nesse artigo o foco é contrato de trabalho por prazo determinado e seus principais tipos de contratos: contrato de experiência, contrato de aprendizagem, contrato de safra e o contrato por obra certa.

2.3.1 CONTRATOS POR PRAZO INDETERMINADO

Segundo CURY, NICOLETI (2012, P.84):

Art.477 é assegurado a todos empregado, não existindo prazo estipulado para a determinação do respectivo contrato, e quando não haja motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

De acordo com o costume universalmente adotado, a modalidade do contrato por tempo indeterminado constitui a regra geral. A indeterminação da duração da maioria dos contratos de trabalho resulta de uma das principais características, qual seja, a continuidade da relação jurídica.

2.3.2 CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

De acordo com FUHRER (2009, p.38) “como se vê, o contrato por prazo determinado deve estar previsto na lei não pode conter cláusula garantindo direito de rescisão antes do termo final ajustada.”

Art.1º as convenções e os acordos coletivos de trabalho poderão instituir contrato de trabalho por prazo, de que trata o art. 443 da consolidação das leis do trabalho—CLT independentemente das condições estabelecidas em qualquer atividade desenvolvida pela empresa ou estabelecimento, para admissões que representem acréscimos no número de empregados. (CURI, NICOLETTI, 2012 p.192).

Para FUHRER (2008, p.38) “O contrato de trabalho por prazo determinado é uma espécie de contrato cuja a natureza de suas atividades justifique a predeterminação de prazo com datas de início e término antecipadamente combinadas entre o trabalhador e o empregador. É permitida a prorrogação somente por uma única vez, não se admite porém, que se ultrapasse o prazo global de dois anos computada a prorrogação. (art. 445). Excedendo este limite ou prorrogado mais de uma vez, o contrato passa a vigorar sem determinação de prazo. ”

Prorrogação é a dilatação do prazo de duração do contrato, sem nenhuma interrupção dentro de sua vigência. O contrato de trabalho por prazo determinado é o mesmo, mas as partes podem estender a sua duração, desde que não ultrapasse o limite de 2 anos.

2.4 TIPOS DE CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO

2.4.1 Contratos de Experiência

O contrato de experiência é um contrato por prazo determinado onde cada parte tem um período para avaliar se a outra parte atende as expectativas.

O empregado passa pelo contrato de experiência que tem por objetivo proporcionar tanto para o empregador como para o empregado se terá aptidão para a função a ser desempenhada, podendo mostrar suas habilidades e qualidades profissionais.

- Contrato de experiência é uma modalidade do contrato por prazo determinado, cuja finalidade é a de verificar se o empregado tem aptidão para exercer a função para a qual foi contratado.

Segundo ALCÂNTARA (2014, p.127), definição de contrato de experiência é:

Como o próprio nome sugere, é que as partes se experimentem e se conheçam, para o empregador, se o empregado consegue entender sua determinação se realiza as atribuições e ele conferida se é disciplinado, entre outras; para o empregado se as condições oferecidas no trabalho são condizentes com suas expectativas se consegue interagir adaptar-se com as normas internas como será seu relacionamento com seus superiores e com seus colegas de trabalho etc.

Ele é temporário, podendo durar 90 dias, no máximo. Se for demitido sem justa causa antes do final do contrato, o trabalhador tem direito ao 13º salário proporcional, férias proporcionais mais 1/3, além do saldo do salário e 40% do FGTS. Além desses valores, ele deve receber também uma indenização.

Segundo “o artigo 451 da CLT, determina que o contrato de experiência só poderá sofrer uma única rescisão motivada pelo empregador sem justa causa. A indenização adicional prevista no artigo 9º das leis nº 6.708/79 e 7.238/84, determinam uma indenização adicional, equivalente a um salário mensal no caso de dispensa sem justa causa.”

O contrato de experiência, além de objetivar a avaliação do desempenho profissional do empregado, pode-se também considerar seu relacionamento com os colegas e a sua prestação pelas ordens recebidas.

2.4.2 CONTRATOS DE APRENDIZAGEM

De acordo com a legislação trabalhista, o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não podendo ser superior a 2 anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional.

Segundo ALCÂNTARA (2014, p.130) “é um contrato especial, ajustado por escrito e por prazo determinado em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) anos e menos de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnica profissional.”

De acordo com a lei 10.097/2000 afirma que as empresas devem contratar jovens com idade de 14 a 24 anos como aprendizes. O contrato pode durar até 2 anos, e durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática.

O contrato de estágio, no direito brasileiro tem por objetivo a regulamentação de um vínculo entre contratante e contratado, buscando assim a complementação educacional em cursos superiores e técnicos.

Estágio o ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho que visa a preparação para o trabalho produtivo do educando que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior, de educação profissional. (ALCÂNTARA, 2014, p.133)

Não é considerada pela lei uma relação jurídica de emprego, sendo assim não é obrigatório anotação do estágio na CTPS.

2.4.3 CONTRATOS DESAFRA

Contrato de safra é aquele cuja duração depende de variações das atividades agrárias, sendo as tarefas normalmente executadas no período entre a preparação do solo para o cultivo e a colheita.

Para GONÇALES (1993, p.132) “Safra tanto significa colheita como época, estação ou temporada em que são colhidos ou extraídos produtos vegetais ou animais.”

Percebe-se, pois, que o contrato de safra é uma espécie de contrato por prazo determinado, ou seja, sua duração fica na dependência do término de sua safra.

Portanto, o safrista deve ser registrado em carteira de trabalho e em livro ou ficha de registro, deve também, ser inscrito no programa de integração social (PIS). Sua jornada de trabalho é de 44 horas semanais, não podendo ultrapassar 8 horas diárias, poderá exceder o prazo legal desde que não exceda 12 horas, tendo seus direitos trabalhistas, previdenciários e jornada de trabalho.

2.4.4 CONTRATOS POR OBRA CERTA

Contrato por obra certa, são modalidades de contratos por prazo determinado, para uma obra de construção civil, tendo data de início e fim.

Contrato por prazo determinado, vinculado a uma obra de construção civil ou um serviço específico relacionado à construção civil, poderá ser realizado apenas mediante previsão expressa em instrumento coletivo ou ainda para um serviço de natureza transitória que justifique a determinação do prazo nos termos do artigo 443, § 2º, alínea “a”, da CLT.

O empregado tem os seus direitos trabalhistas e previdenciário garantidos por lei, tais como: salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, depósitos de FGTS, E demais benefícios da categoria.

3 METODOLOGIA

A metodologia busca explicar o processo de pesquisa que foi utilizado para determinado trabalho. Evidenciando as formas de pesquisa e o material que foi empregado para a sua investigação.

Para realização deste artigo serão utilizados os método dedutivo, pesquisa bibliográfica e abordagem de pesquisa quantitativa.

Para Andrade, o método de pesquisa será o dedutivo:

A dedução é o caminho das consequências, pois uma cadeia de raciocínio em conexão descendente, isto é, do geral para o particular, leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias e leis gerais, pode-se chegar à determinação ou previsão de fenômenos particulares.

É um processo de análise da informação que utiliza o raciocínio lógico e a dedução para obter uma conclusão a respeito do assunto abordado.

De acordo Marconi e Lakatos a pesquisa tem como finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado.

Assim afirma Marconi e Lakatos:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundária, abrange toda bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa, monografias, teses, material cartográfico etc.” (Marconi e Lakatos, 2011, p.57)

Para Andrade (1998, p.106) pode-se dizer que: “a pesquisa bibliográfica tanto pode ser um trabalho independente como constituir-se no passo inicial de outra pesquisa.”

A coleta de dados foi por meio de questionário, com perguntas fechadas. De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p.86) “o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador.”

O método da pesquisa quantitativa pode ser mensurado em números, classificados e analisados. Caracteriza-se pela quantificação das modalidades de coleta de informações.

Segundo Fonseca (2002, p.20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas na população, os resultados são tomados como constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

A pesquisa quantitativa é realizada para compreender e enfatizar seu raciocínio lógico e todas suas informações que se possam mensurar através das experiências humanas, através de questionários e entrevistas, envolvendo a matemática como uma das formas de investigação de um trabalho.

4 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi realizada no vale do São Lourenço, com os municípios de Jaciara, São Pedro, Juscimeira e Dom Aquino.

O vale do São Lourenço é constituído por 49.780.000 habitantes, sendo Jaciara com aproximadamente 26.519.000, São Pedro 4.259.000, Juscimeira 10.971.000, Dom Aquino 8.031.000.

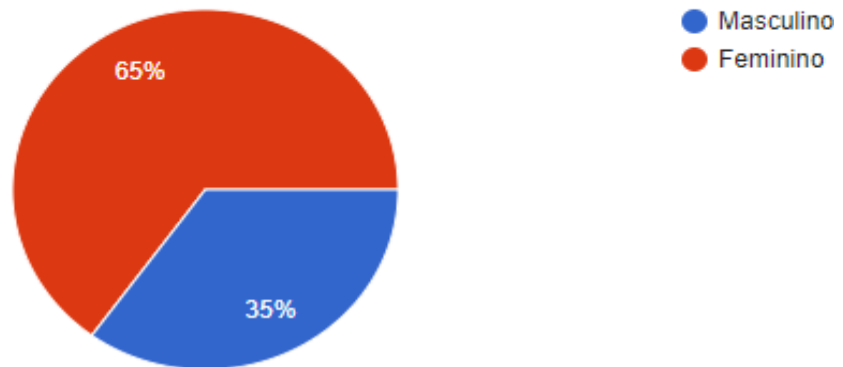
A pesquisa realizada foi no ano de 2019, foi aplicado um questionário com 11 questões através do aplicativo google formulários, sendo 4 perguntas pessoais e 7 sobre o tema contrato por prazo determinado e obteve 40 respostas.

Primeiramente, foi questionado “Qual o sexo do entrevistado?” para uma constatação dos respondentes, o resultado apresenta-se no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1- Sexo dos entrevistados

1. Qual o sexo do entrevistado?

40 respostas



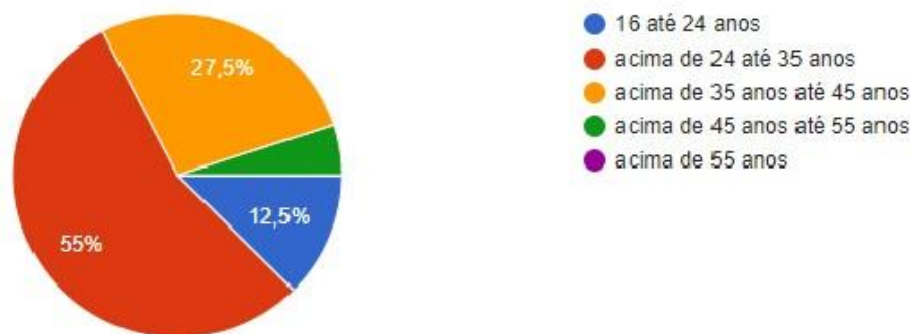
Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico nos mostra que 65% dos entrevistados foram do sexo feminino e 35% do sexo masculino. No gráfico 2, “qual a faixa etária de idade do entrevistado?”

Gráfico 2- Faixa etária de idade dos entrevistados

2. Qual a faixa etária de idade dos entrevistados?

40 respostas



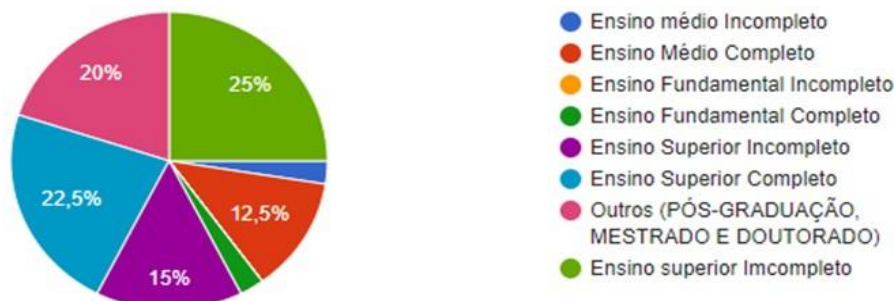
Fonte: Dados da pesquisa

Através do gráfico acima veremos que a faixa etária de idade foi de 55% acima de 24 anos até 35 anos. Já os entrevistados acima de 45 anos até 55 anos foi de 5% da população. No gráfico 3, “qual o grau de instrução do entrevistado?”

Gráfico 3- Qual o grau de instrução do entrevistado?

3. Qual o grau de instrução do entrevistado?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, o grau de escolaridade dos entrevistados é de 25% que possuem Ensino Superior Incompleto. **No gráfico 4, “qual o tempo de registro de carteira na trabalho do entrevistados?”**

Gráfico 4- Qual o tempo de registro de carteira de trabalho do entrevistado?

4. Qual o tempo de registro de carteira de trabalho do entrevistado?

40 respostas



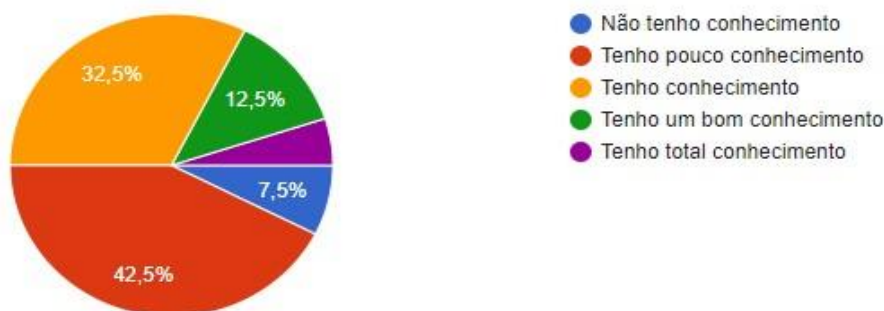
Fonte: Dados da pesquisa

O tempo de registro de carteira dos entrevistados é de 35% acima de 3 anos até 7 anos, porém acima de 25 anos é 2,5%. **No gráfico 5, “O entrevistado tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado? ”**

Gráfico 5- O entrevistado tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado?

5. O entrevistado tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre conhecimento de contrato de trabalho por prazo determinado temos 50% que possuem total conhecimento, portanto apenas 42,5% possuem pouco conhecimento. No gráfico 6, “**com fundamento nas disposições da CLT, em relação ao contrato de trabalho por prazo determinado, o mesmo:**”

Gráfico 6- Com fundamento nas disposições da CLT, em relação ao contrato de trabalho por prazo determinado, o mesmo:

6. Com fundamento nas disposições da CLT, em relação ao contrato de trabalho por prazo determinado, o mesmo

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Com base na resposta do gráfico 6, 30% dos entrevistados acertaram a resposta correta. Não poderá ser estipulado por mais de 2 anos, podendo ser prorrogado uma única vez.

Com fundamento nas disposições da CLT, em relação ao contrato de trabalho.

Segundo Fuhrer:

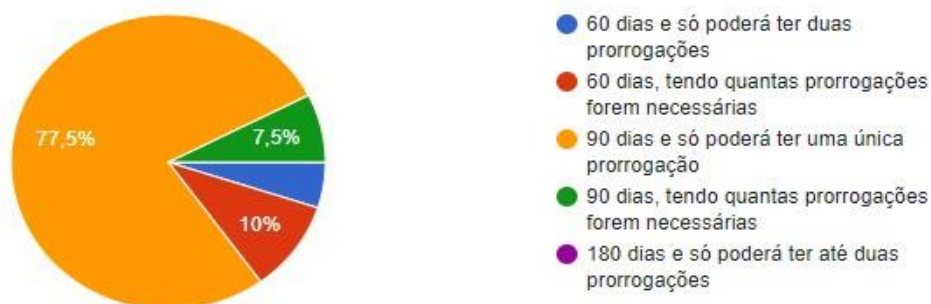
“É permitida a prorrogação somente uma única vez. Não se admite porém, que se ultrapasse o prazo global de dois anos computada a prorrogação. (art.445). Excedendo este limite ou prorrogado mais de uma vez, o contrato passa a vigorar sem determinação de prazo. ”

Porém se entende que havendo a prorrogação do contrato por prazo determinado não pode se exceder a dois anos, pois o contrato passa a ser vigente e o contrato passa a ser indeterminado. No gráfico 7 O contrato de experiência é uma modalidade de contrato por prazo determinado sua finalidade é verificar se o empregado tem aptidão para exercer a função para a qual foi contratado.

Gráfico 7- O contrato de experiência é uma modalidade de contrato por prazo determinado sua finalidade é verificar se o empregado tem aptidão para exercer a função para a qual foi contratado.

7. O contrato de experiência é uma modalidade de contrato por prazo determinado sua finalidade é verificar se o empregado tem aptidão para exercer a função para a qual foi contratado.

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Com base no gráfico, 77,5% dos entrevistados acertaram a resposta correta. A finalidade do contrato de experiência é 90 dias e só poderá ter uma única prorrogação.

O contrato de experiência é um contrato por prazo determinado que tem por objetivo proporcionar tempo para o empregador como para o empregado se terá aptidão para a função a ser desempenhada, porém é um período para avaliar se a

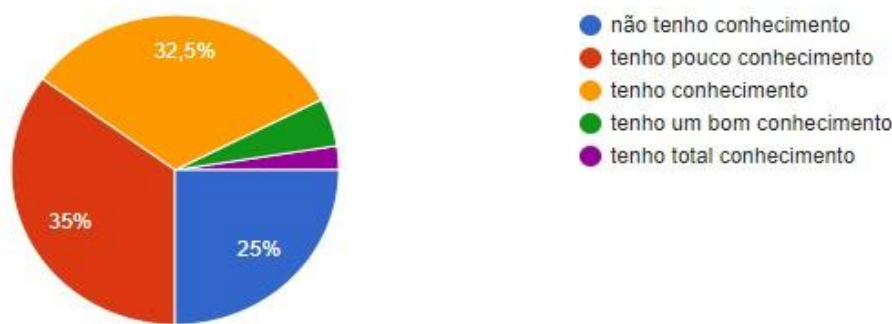
outraparteatendeasexpectativasdoempregador,podendomostrarsuashabilidades profissionais.

O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 90 dias. (TST-súmula 188) conforme a CLT 445, parágrafo único.

Gráfico 8- O contrato individual de trabalho pode ser acordado tácito ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado. No gráfico 8, “ **O contrato individual de trabalho pode ser acordado tácito ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado e indeterminado.** ”

8. O contrato individual de trabalho pode ser acordado tácito ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Se agregarmos os que têm conhecimento, tenho bom conhecimento e total conhecimento veremos que 40% dos entrevistados possuem conhecimento sobre contrato individual de trabalho.

CLT-Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943 Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art.443- O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

§1º-Considera-secomodeprazodeterminadoocontratodetrabalho cujavigênciadependadeterminoprefixadoou daexecuçãodeserviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetíveldeprevisãoaproximada.(ParágrafoÚnicorenumeradopelo Decreto-lei nº229, de28.2.1967)

§ O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando: (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

- De serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
- De atividades empresariais de caráter transitório; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de28.2.1967)
- Decontratodeexperiência.(IncluídapeloDecreto-leinº229,de 28.2.1967).

Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, verbal ou escrito, por prazo determinado ou indeterminado. No gráfico 9, “Nos termos previstos na consolidação do trabalho, o contrato” temos abaixo:

No gráfico 9- Nos termos previstos na consolidação do trabalho, o contrato

9. Nos termos previstos na consolidação do trabalho, o contrato

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados 55% acertaram a resposta correta, que o contrato de experiência não poderá exceder o prazo de 90 dias.

Conforme Carrion:

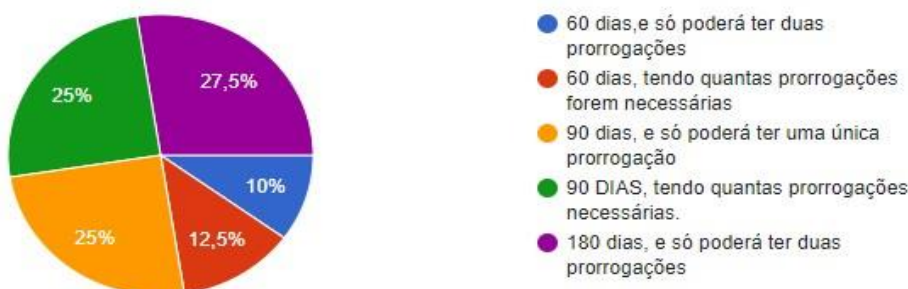
O contrato de experiência é espécie de contrato por prazo determinado (CLT, art. 443, § 2º, c). Definindo-se por seu limite máximo e duração (CLT, art. 445, parágrafo único), mas admitindo, como todo contrato a termo, uma só prorrogação (CLT, art. 451), respeitado o limite máximo previsto em lei (TST, RO-AR 80/88.8, *Ermes Perpassai*, Ac. SDI 4.255/89)

No gráfico 10, “qual a duração máxima de um contrato de safra?” podemos analisar:

Gráfico 10- Qual é a duração máxima de um contrato de safra?

10. Qual é a duração máxima de um contrato de safra?

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, 27,5% dos entrevistados acertaram a resposta correta que contrato de safra tem duração máxima de 180 dias.

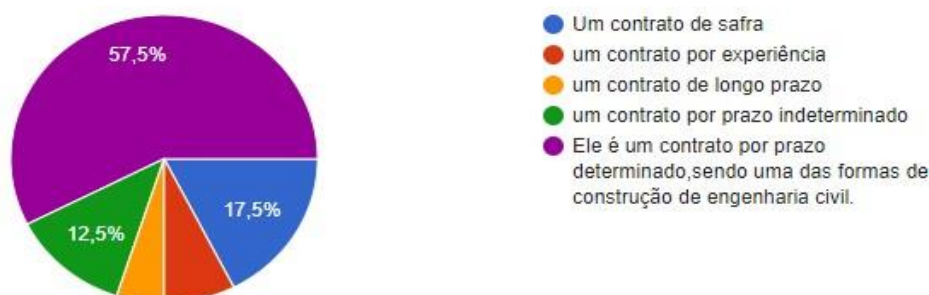
Conforme Gonçalves (1993, p.133) “Percebe-se, pois que o contrato de safra é uma espécie de contrato de prazo determinado. Isto porque sua duração fica na dependência do término da safra.”

Desde logo é de observar que os vocábulos safra e temporada, para o estudo que ora se faz, são sinônimos. Por último, o gráfico 11 **“O contrato de obra certa é muito importante para firmar a relação entre uma construtora e seus empregados. Esse contrato é: ”**

Gráfico 11- O contrato de obra certa é muito importante para firmar a relação entre uma construtora e seus empregados. Esse contrato é:

11.O contrato de obra certa é muito importante para firmar a relação entre uma construtora e seus empregados.Esse contrato é:

40 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados 57,5 % acertaram a resposta correta, o contrato de obra certa ele é um contrato por prazo determinado, sendo uma das formas de construção de engenharia civil.

Segundo a CLT:

Contrato por prazo determinado, vinculado a uma obra de construção civil ou um serviço específico relacionado à construção civil, poderá ser realizado apenas mediante previsão expressa em instrumento coletivo ou ainda para um serviço de natureza transitória que justifique a determinação do prazo nos termos do artigo 443, §2º, alínea “a”, da CLT.

Na obtenção de coleta de dados do presente trabalho pode-se identificar que 50% dos entrevistados tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado como mostra no gráfico 5.

E em gráfico 6 apenas 30% dos entrevistados acertaram sobre a CLT sobre o prazo máximo do contrato de trabalho por prazo determinado.

Já por parte do contrato de experiência no gráfico 7, o índice foi de 77,5% os que acertaram sobre a prorrogação de seu prazo legal, observando no gráfico 9 apenas 55% responderam afirmativa correta. Portanto no gráfico 10 nos mostra que 27,5% dos entrevistados sabem sobre contratos de sua duração, pode-se dizer por ser um contrato conhecido também como temporária e seu término pode acontecer antes da data prevista. Portanto, no gráfico 11 temos uma modalidade de contrato por obra certa conhecido como uma das formas de construção de engenharia civil, por sua vez temos um índice de 57,5% acertaram a resposta correta, o que quer dizer, que a população do Vale do São Lourenço tem conhecimentos sobre contrato de trabalho por prazo determinado.

5 CONCLUSÃO

O interesse pelo tema surgiu pela importância do direito do trabalho. Diante do que foi exposto, o principal objetivo deste artigo foi verificar se a população do Vale do São Lourenço tem conhecimento sobre contrato de trabalho por prazo determinado.

Na presente pesquisa foram expostos os principais tipos de contrato por prazo determinado, onde foram analisadas suas características como também as regras de cada tipo de contrato principalmente o contrato por prazo determinado ou contratos temporários de acordo com a lei nº 9.601/98.

O estudo analisou os tipos de contrato por prazo determinado, sendo uma modalidade de contratação muito discutida pelos doutrinadores por não obedecer aos requisitos do art. 443 da CLT.

Dos dados coletados e analisados da amostra foi possível constatar que 50% dos respondentes tem conhecimento sobre contrato de trabalho. Este artigo foi de grande relevância, pois revelou o aprendizado, e o conhecimento dos principais tipos de contrato por prazo determinado, que nos garante um maior conhecimento na área trabalhista.

Na elaboração do artigo científico, aprendeu-se como formalizar o contrato de trabalho, os direitos e deveres dos envolvidos na relação trabalhista, ou seja, empregado e empregador, conforme o que designa a CLT.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Silvano Alves. **Legislação trabalhista e rotina trabalhista**/Silvano Alves de Alcântara, Curitiba, Inter saberes 2014.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**/Maria Margarida de Andrade. 7 ed. São Paulo:Atlas,2005.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de direito do trabalho**- 5ªedição ver. E ampla São Paulo LTr,2009.

CARRION, Valentin. **Comentários à CLT: legislação complementar: Jurisprudência**/ValentinCarrion-39ed.rev.EatualporEduardoCarrion-SãoPaulo: Saraiva,2014.

CERVO, A. L; P. A. **Metodologia Científica**: para uso de estudantes. Universitários. São Paulo: McGraw-Hill,1983.

CLT Saraiva acadêmica e constituição federal/obra coletiva de autoria da editora saraiva com colaboração de Luiz Roberto Cúria, Lívio Céspedes Juliano Nicoletti- 10 ed.São Paulo: Saraiva 2012.

CLT, Consolidação das Leis do Trabalho: 15, ed. Editora rideel, 2009.

Das Leis do Art.443 Consolidação Trabalho- Decreto Lei 5452/43 disponível em:

<[www.jusbrasil](http://www.jusbrasil.com.br/.../artigo-443do-decreto-lei-nº5452-de-01-de-maio-1943)>com.br/.../**artigo-443do**-decreto-lei-nº5452-de-01-de-maio-1943>Acesso em 29 de julho de 2019 às 20h08 min.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva,2005.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

FUHER, MAXIMILLIANUS Claudio Américo, **resumo do direito do trabalho**. 21ª edição, 02.2007

LAKATOS, E.M.; MARCONI, Metodologia **Científica**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas.

MALHADAS, Júlio Assunção. **Estrutura e disciplina das alterações contratuais do trabalho**. São Paulo: LTr,1995.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geraldodireitodotrabalho**,relaçõesindividuaiscoletivasdotrabalho.18ed.rev.e atual. São Paulo: Ed. Saraiva2003.

FORMALIDADE X INFORMALIDADE: UM ESTUDO NO VALE DO SÃO LOURENÇO-MT.

Feitosa, Vanessa de Moraes¹
Teixeira, Jailson da Conceição²
Reis, Fabiana Kely dos Santos³
Lima, Francisco Eudes Gomes de⁴

RESUMO

A informalidade nas relações trabalhistas é uma realidade no mercado de trabalho brasileiro e mundial. Diante disso, objetivou-se elaborar uma pesquisa de campo para analisar a situação da informalidade incidente na folha de pagamento dos trabalhadores do Vale do São Lourenço, bem como, elencar as principais desvantagens para o trabalhador que se encontra neste caso. Para tanto, foi elaborado um questionário através da plataforma Google Formulários e encaminhados via *email* e WhatsApp a uma amostra de cem pessoas dentre os habitantes das cidades de Jaciara, São Pedro da Cipa e Juscimeira. Com isso buscou-se conhecer a faixa etária, o sexo e a escolaridade predominantes entre os que já trabalharam informal ou semi formalmente. Os principais resultados obtidos mostraram uma alta incidência em trabalhos informais, em ao menos uma vez trabalhada, nas mulheres com até 30 anos de idade, que concluíram o Ensino Médio ou que estão cursando graduação. Também foi observado que 67% aceitaram trabalhar informalmente não por opção da empresa, mas possivelmente fora acordado esta situação entre empregado e empregador. Contudo, para o empregado, não ter o valor recebido coincidente com o declarado na folha de pagamento é desvantajoso no sentido de que seus direitos trabalhistas não serão recolhidos totalmente em seu benefício. Notou-se um número expressivo entre graduados e pós-graduados que trabalharam, ao menos uma vez, na informalidade, como também se aferiu um número notório entre as pessoas que se sentiram prejudicadas nesta situação porém reincidiriam a trabalhar na informalidade novamente, devido essencialmente à falta de emprego abundante na região do Vale do São Lourenço.

Palavras-chave: Folha de pagamento. Informalidade. Tributação.

¹Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. Email: vanessavdmf@gmail.com.

²Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia da Informação e Leida Responsabilidade Fiscal na ESA Beem Gestão Fiscal e Planejamento Tributária na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCEPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailsoncontador@outlook.com

³Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela IPEMIG: Instituto Pedagógico de Minas Gerais.

⁴Graduado em Direito e especialista em Direito Processual civil e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

1 INTRODUÇÃO

No atual ramo empresarial, é comum ocorrerem práticas nas quais as mesmas optam por efetuar a remuneração de seus colaboradores de forma fragmentada, ou seja, pagando uma parte do salário com registro na CTPS, e a outra parte paga “por fora” de forma que a empresa declara salário inferior ao que efetivamente é pago, ou seja, estabelece vínculos com o trabalhador que o encaminharão para a informalidade, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A informalidade possui controvérsias, na prática, uma vez que, muitas opiniões de trabalhadores e empregadores discordam de que grande parte destas atividades deveriam ser enquadradas como informais, já que é praticamente rotina este tipo de prática.

Analisar informações sobre o tema mencionado, é de suma importância, visto que, no meio empregatício é relativamente comum a ocorrência deste tipo de atividade que as suas vantagens e desvantagens levantam discussões sobre o que seria melhor para o empregador ou para o empregado.

Assim sendo, objetivou-se elaborar uma pesquisa de campo para analisar a situação da informalidade incidente na folha de pagamento dos trabalhadores do Vale do São Lourenço, a fim de contribuir com informações detalhadas do quanto recebe desta forma e prejudicial para o empregado.

Nesta pesquisa foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, através de artigos, livros entre outros. Foi elaborado um questionário, com base exploratória, a fim de entender um tipo de padrão entre os entrevistados que determinem os focos da informalidade.

Por fim, este presente artigo tem o intuito de esclarecer aos moradores da região, a realidade da informalidade neste meio empregatício, tendo em vista que a uma grande porcentagem significativa da população que já trabalharam ou trabalham nesta modalidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução no Contexto Trabalhista

A palavra “trabalho” segundo Carmo (1997, p.16) “origina-se do latim através do termo ‘triplicium’, cujo objeto retratava-se de um aparelho sustentado por três estacas como o objetivo de manter bois ou cavalos presos ou com o significado de ‘pena ou servidão do homem à natureza’”. Com o passar dos anos, a palavra vindo sendo, por vezes, identificada como sinônimo

de atividade, ocupação, ofício, profissão, tarefa, distinguindo-se de lazer, e pode significar ainda o resultado de uma determinada ação que elevam oralmente o homem e garante uma forma de sustento para si e sua família, promovendo a realização dos projetos planejados e por fim, somando aos demais empreendimentos, possibilita a mudança de atitude em relação ao seu próximo, permitindo mudanças substanciais na sociedade (OLIVEIRA, 2006)

Na década de 80, surgiu o conceito de “globalização” ou a universalização do comércio, prestação de serviços e da comunicação. Mercado este onde as empresas internacionalizadas caracterizam-se por: estruturas enxutas, redução de níveis hierárquicos, busca de flexibilidade, orientação para busca de qualidade, capacitação contínua de seus profissionais e fluxo de diálogo (SANTOS et al, 1999). O Brasil, juntamente com os países em desenvolvimento do terceiro mundo, se encontra na era da globalização em condições de defasagem com relação às grandes potências, e mantém sua situação de dependência e enfrenta dificuldades em atualizar seu mercado de trabalho, para cumprir as suas exigências. Essa condição de inferioridade gerou uma certa defasagem na prestação de trabalho que pode ser encontrada nos problemas de identidade caracterizados pela dificuldade na autovalorização da sua prestação de serviços.

2.2 ENCARGO TRABALHISTAS

De acordo com dados do PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios Contínua) e da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2018) dos 91,3 milhões de pessoas ocupadas no trimestre encerrado em setembro de 2018, a marca de trabalhadores sem carteira passou de 10,9 milhões, em 2017, para 11,2 milhões, ou seja, 12,26% em relação ao total de trabalhadores.

Segundo o professor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a FGV, Neri (2000, p. 38) “há mais relações entre a CLT e os empregados informais do que supõe o INSS”, pois os “benefícios legais são estendidos aos empregados sem carteira, exatamente como está no papel. A diferença principal está nas obrigações fiscais devidas ao governo”. E o que se tem observado é a queda do trabalho formal em relação ao informal é maior quando comparado com a alteração da carga horária semanal a partir da Constituição Federal de 1988, de 48 para 44 horas. Embora os trabalhadores sem carteira recebam menos e operem em jornada maior que os que possuem a carteira assinada, conforme Neri (2000) e Meneguim e Bugarin (2008), é recorrente que estes e os que estão na informalidade, recebam seus direitos praticamente proporcionais. Por exemplo, diante de pesquisa realizada, indivíduos na formalidade e na informalidade recebem, ambos, no mesmo período (até o quinto dia útil do mês seguinte

trabalhado), possuem o abono no último mês do ano e salários mensais, estabelecidos pela legislação. Entretanto, o trabalhador sem carteira contribui exponencialmente menos com os encargos sociais e trabalhistas, como o Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS, e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, que o assalariado com carteira assinada.

Neri (2000) acredita que a principal razão que fomenta a informalidade é a ameaça constante que o trabalhador sem carteira assinada representa ao empregador, frente à Justiça do Trabalho, pronta a cobrar judicialmente, com a anuência do Estado, que este adeque o trabalhador às formalidades da CLT. Ora, para o trabalhador é conveniente se manter no posto, gozando de certos benefícios, como poder receber mais por hora trabalhada; como também é conveniente ao empregador que os custos dos encargos sociais sejam direcionados ao caixa da empresa, ao qual poderá servir de investimento a um novo empreendimento.

De fato, o relatório do IPEA e do Banco Mundial (2002, p. 26) confirmam o que foi sugerido por Neri (2000) e Meneguín e Bugarin (2008) a respeito do papel da Justiça do Trabalho em relação ao vínculo empregatício mantido pelo trabalhador e contratante:

Dada a alta incidência de causas trabalhistas, não surpreende que a justiça do trabalho influencie significativamente os produtos do mercado de trabalho. Os tribunais impõem custos diretos e indiretos aos usuários. Os custos diretos dos litígios mais frequentes são as taxas pagáveis ao Estado e aos advogados, que são suportados pelas empresas. Estes custos não são desprezíveis. Todavia, os custos indiretos devidos à mudança de comportamento são muito maiores e recaem sobre os empregados e os empregadores. O litígio frequente implica que os custos de mão-de-obra em termos de pagamento futuro de multas e honorários advocatícios são incertos para o empregador no tempo do emprego. O preço real da mão de obra só será conhecido cinco anos depois da rescisão do contrato – após o que o sistema judiciário não aceita mais denúncias. Frente a essa incerteza, os empregadores se tornam cautelosos na contratação de novos trabalhadores, aumentando o cuidado na triagem, dessa forma, aumentando igualmente seus custos de contratação. Embora não existam provas sistemáticas, é provável que isto tenha reduzido o emprego.

Sobre as consequências, Neri (2007), determina que “a primeira consequência indesejada da informalidade seria a disseminação de distorções e ineficiências derivadas de comportamentos *rent-seeking* e a introdução de incertezas sobre a situação fiscal futura”. Em outras palavras, é a manipulação do ambiente social para se obter recursos financeiros.

2.2.1 PROVENTOS E DESCONTOS

Segundo Dias et al (2017, p. 16),

“a folha de pagamento é um documento utilizado para pagamento aos funcionários onde estão discriminados todos os descontos e proventos, como: comissões, gorjetas, porcentagens, gratificações, diárias e abonos bem como descontos do INSS, plano de saúde, odontológico, entre outros, pagos pelo empregador que o colaborador tem direito, identificando o valor bruto e líquido de direito a receber”.

As férias, horas extras, adicional de insalubridade, adicional noturno e de periculosidade, salário-família, décimo terceiro, quebra de caixa são enquadrados também na

modalidade de proventos garantidos pela Constituição Federal CLT, pagos aos colaboradores.

Da mesma forma que faltas, atrasos e saídas injustificadas, INSS e IRRF, ou Imposto de Renda Retido na Fonte fazem parte dos principais descontos dos colaboradores e, especialmente, das empresas. (DIAS, 2017). As Tabelas 1. e 2. se referem justamente às tabelas de recolhimento do INSS/FGTS e IRRF.

11 TABELA 1 - TABELA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DO INSS – 2019

Salário	Alíquota
Até R\$ 1.751,81	8%
De R\$ 1.751,82 até R\$ 2.919,72	9%
De R\$ 2.919,73 até R\$ 5.839,45	11%

Fonte: Portal Tributário, 2019.

12 TABELA 2 - TABELA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE IRPF – 2019

Salário	Alíquota	Parcela a Deduzir do IRPF
Até R\$ 1.903,98	Isento	Isento
De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05	15%	R\$ 354,80
De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	22,5%	R\$ 636,13

Fonte: Portal Tributário, 2019.

2.2.2 INFORMALIDADE E A POSTURA DA CLT

Na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) existem várias modalidades de pagamento, a opção de pagamento por comissão faz parte desta classificação especialmente aos funcionários do ramo do comércio. A comissão é entendida como uma recompensa ao funcionário pelo cumprimento das metas, visada como um incentivo às vendas. Ela pode ser paga principalmente, em porcentagem ou valor fixo sobre as vendas do mês. Entretanto, é relativamente comum retirar a descrição da comissão ao funcionário da folha de pagamento, pagando-a “por fora”. Para Nogueira (p.13, 2016), este caso se enquadra na chamada

semiformalidade. Para ele, semiformalidade trata-se:

Trata-se de empresas que, a despeito de serem formalmente estabelecidas (empresas com CNPJ), não incluem parte de suas operações em seus registros contábeis (transações realizadas sem a emissão do comprovante fiscal, ou Nota Fiscal) e/ou possuem em seus quadros trabalhadores sem contrato formal de trabalho (carteira de trabalho assinada). Há, ainda, empresas que remuneram seus trabalhadores em valores efetivos que são superiores àqueles que constam de seus registros contábeis e dos respectivos contratos de trabalho – prática usual no comércio, em que a remuneração variável (comissões de vendas) é paga à margem dos registros oficiais. Esse conjunto de práticas é conhecido pelos nomes de transações por fora ou caixa dois.

O objetivo desta prática, para Nogueira (2016), é claro. Refere-se não somente a evasão fiscal, como também, intenção por parte da empresa em ocupar um espaço no mercado que, se não fosse ocupado por ela, seria ocupado pela concorrência. Para ilustrar o assunto em questão, as figuras (1. e 2.) abordam casos diferentes. Em ambos casos se trata da mesma funcionária do ramo comercial, possui carteira assinada para o cargo de vendedora em uma loja. Contudo, na carteira de trabalho, está discriminado apenas o salário comercial, ou seja, a comissão sobre as vendas está combinada oralmente “por fora”, caracterizando um caso de semiformalidade. A Figura 1 demonstra um holerite fictício recebido pela funcionária, referente ao mês de setembro do ano de 2019. Nele é possível identificar que a comissão acordada com o setor administrativo ou de recursos humanos não está discriminada, contudo, a funcionária recebe a quantia líquida da comissão, ou seja, sem os descontos tributados ao Governo.

Figura 1. Holerite fictício sem a comissão.

EMPREGADOR XXXXXXXXXXXXX CNPJ 00.000.000/0000-00					set.-19	
CÓDIGO 1	NOME DO FUNCIONÁRIO XXXXXXXXXXXXX	CBO 0	FUNÇÃO VENDEDORA			
Cód.	Descrição	Referência	Proventos	Descontos		
1	SALARIO NORMAL	220,00	996,89			
998	I.N.S.S.	8,00		96,74		
150	HORAS EXTRAS 50%	21,38	145,38			
200	HORAS EXTRAS 100%	3,49	31,63			
250	REFLEXO HORAS EXTRAS DSR	0,00	35,40			
995	SALARIO FAMILIA	2,00	65,60			
MENSAGENS			Total dos Vencimentos	Total dos Descontos		
			1.274,90	96,74		
			Líquido a Receber->	1.178,16		
SALARIO BASE	Base Cál. INSS	Base Cál. FGTS	FGTS do Mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF	
996,89	1.209,30	1.209,30	96,74	1.129,48	0	

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO.

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

DATA

Fonte: Arquivo Pessoal.

Nota-se que a comissão sobre as vendas do mês não se encontra discriminada, entretanto, a funcionária a recebe liquidamente, como acordado com a empresa.

Com base na Tabela 1 de recolhimento do INSS, os cálculos realizados para se chegar aos valores descritos na folha de pagamento da Figura 1 são:

- Foi suposto um salário comercial para o cargo de vendedor (R\$ 996,89) e um Salário Família (R\$ 32,80, para duas pessoas R\$ 65,60), com base no Guia Tributário, 2018/2019;
- O cálculo feito para o recolhimento do INSS é feito sobre a soma dos proventos salário normal, horas extras 50 e 100% e DSR. O salário-família deve estar de fora deste desconto, obrigatoriamente.

Assim, soma-se: R\$ 996,89 + R\$ 145,38 + R\$ 31,63 + R\$ 35,40 = R\$ 1.209,30

Deste valor, retira-se 8% da alíquota do INSS, presente na Tabela 1 referente aos salários de até R\$ 1.751,81.

R\$ 1.209,30 x 8% = R\$ 96,74 descontados do INSS, na folha de pagamento.

- O cálculo das horas extras (50 e 100%) pode ser feito de forma simplificada, utilizando apenas as horas totais trabalhadas e as horas extras respectivamente trabalhadas:

Para as horas extras 50%:

R\$ 996,89 / 220 (horas normais trabalhadas) = R\$ 4,53 (valor por hora total trabalhada) R\$ 4,53 + 50% = R\$ 6,80 (hora total trabalhada mais meia hora extra)

R\$ 6,80 X 21,38 (horas extras 50% trabalhadas no mês) = R\$ 145,38 (valor recebido) Para as horas extras 100%:

R\$ 996,89 / 220 = R\$ 4,53 (hora normal trabalhada) R\$ 4,53

+ 100% = R\$ 9,06

R\$ 9,06 X 3,49 = R\$ 31,63 (valor recebido)

- Para o cálculo do Descanso Semanal Remunerado (DSR) necessita-se dos valores recebidos das horas extras de 50 e 100%, a quantidade de dias úteis trabalhados e a de dias inúteis (domingos e feriados):

R\$ 145,38 + R\$ 31,63 X 5 dias = R\$ 35,40

25 dias

Obs: os dias úteis e inúteis foram considerados para o número de 30 dias + 1 feriado em dia útil (mês de setembro).

No exemplo a seguir da vendedora, a Figura 2 representa a situação como ela ocorra na prática, pois, na prática, além dos proventos recebidos (horas extras, DSR e salário-família) e do INSS descontado, a empresa descontaria seu imposto de renda, em virtude do salário total (normal + comissão) não se enquadrar na isenção (Tabela 2.).

Ainda segundo Nogueira (p.12, 2016) “no universo das pequenas e microempresas, é um fato notório que, para muitas delas, seus demonstrativos contábeis não têm nenhuma relação com a

realidade”. Esta afirmação indica que os casos de informalidade e semiformalidade são frequentes no país, especialmente nas micro e pequenas empresas.

Figura 2. Holerite simbólico representando o caso da vendedora fora da informalidade.

EMPREGADOR XXXXXXX CNPJ 00.000.000/0000-00					set.-19
CÓDIGO 1	NOME DO FUNCIONÁRIO XXXXXXXXXXXX	CSO 0	FUNÇÃO VENDEDORA		
Cód.	Descrição	Referência	Proventos	Descontos	
1	SALARIO NORMAL	220,00	996,89		
37	COMISSAO	1,00	2.310,00		
150	HORAS EXTRAS 50%	21,38	482,11		
200	HORAS EXTRAS 100%	3,49	104,91		
250	REFLEXO HORAS EXTRAS DSR	0,00	185,89		
995	SALARIO FAMILIA	2,00	63,42		
998	INSS	11,00		448,78	
	IRRF	15,00		180,71	
MENSAGENS			Total dos Vencimentos	Total dos Descontos	
			4.143,22	629,49	
			Líquido a Receber->	3.513,73	
SALARIO BASE	Base Cál. INSS	Base Cál. FGTS	FGTS do Mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF
996,89	4.143,22	4.143,22	448,78	3.788,42	15

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO.

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

DATA

Fonte: Arquivo Pessoal.

A comissão está descrita e os devidos descontos feitos em cima do salário normal + comissão de 1%.

Em linhas gerais, os cálculos permaneceriam com as mesmas bases, porém com valores maiores:

- Para efetuar corretamente os valores, os cálculos precisam tomar como premissa o salário total do referido mês por R\$ 3.306,89 (R\$ 996,89+R\$ 2.310,00) do salário normal e a comissão de 1% sobre as vendas do mês (R\$231.000,00).
- O cálculo do INSS e FGTS é feito pela soma de todos os benefícios, menos o valor do salário-família, como mencionado anteriormente. A alíquota referente ao salário da funcionária é de 11% (vide Tabela1.).

$$R\$ 996,89 + R\$ 2.310,00 + R\$ 482,11 + R\$ 104,91 + R\$ 117,40 = R\$ 4.143,22$$

$$R\$ 4.143,22 - 11\% = R\$ 448,78$$

- Com base nos cálculos acima já citados, o valor das Horas Extras 50% recebidas = 482,11. Já o valor recebido referente às Horas Extras 100% = 104,91.
- Cálculo referente ao Descanso Semanal Remunerado(DSR)

$$(\text{Horas extras 50\%} + \text{Horas extras 100\%}) \times \text{Dias úteis}$$

Dias úteis

$$(482,11 + 104,91) \times 5 = R\$ 117,40$$

25

Obs: os dias inúteis são considerados domingos e feriados. O cálculo foi feito levando em consideração o período de 30 dias, sendo 25 dias trabalhados e 5 dias inúteis (mês de setembro).

- Cálculo referente ao Imposto de Renda (IRRF):

$$\text{Base} \times 15\% - R\$ 132,59$$

$$R\$ 3.513,73 \times 15\% - R\$ 354,80 = R\$ 180,71$$

Obs: o cálculo foi feito tendo como referência o salário total líquido para identificar a alíquota e a dedução respectiva.

2.2.3 A TRIBUTAÇÃO INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO E A INFORMALIDADE

A tributação incidente sobre uma folha de pagamento é paga pelos vários tipos de empresas existentes no Brasil são complexas e, por vezes, burocrática. As tributações são regidas por regimes específicos que variam de acordo com a renda empresarial. Conforme um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em estudo divulgado pelo Portal da Indústria e realizado nos anos de 2017 e 2018 entre 18 países, o Brasil se posiciona em 15º no fator “Peso dos Tributos” sobre a renda das empresas (CNI, 2018). E por assim ser, a alta taxa tributária tem por consequências a redução da competição entre empresas de mesmo ramo e a desestimulação dos investimentos no país, mas conforme o portal da indústria, os setores mais afetados pela alta carga tributária se concentram próximos à base da pirâmide onde estão reunidos os bens de maior valor agregado que são desestimulados em razão do lucro menor do que o esperado. Em linhas gerais, os regimes de tributação são: os regimes especiais para a MEI (microempreendedor individual), o Simples Nacional, o Lucro Presumido ou Real. O objetivo é especificar os principais impostos incidentes sobre a folha de pagamento, tributado pela contratação de pessoal.

O regime especial para a MEI se enquadra no Simples Nacional em que é determinada a isenção de impostos como IRRF, Cofins, etc. Neste cenário, o MEI deve pagar um valor, que corresponde a arrecadação de ICMS e INSS, de R\$ 50 (para comércio e serviços gerais), R\$49 (para prestação de serviços) e R\$ 45 (sobre indústria e comércio), no caso da não contratação de funcionário. Se contratar, é cobrado um valor de 3% sobre INSS e salário + alíquota de 8% sobre

FGTS.

As micro e pequenas empresas que se enquadram no regime do Simples Nacional receberam um benefício do Estado que reuniu oito impostos incidentes sobre a folha em uma única guia de pagamento, o Documento de Arrecadação Simplificada (DAS). Os impostos contidos nessa guia (Tabela 3) são:

Tabela 3. Além da guia do DAS, o micro e pequeno empresário precisa pagar o FGTS em guia separada

Imposto	Alíquota
ICMS (Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços)	1,25% ~ 3, 95%
ISS (Imposto sobre Serviços)	2% ~ 5%
IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica)	0,16% ~ 0,81%
CSLL (Contribuição sobre Lucro Líquido)	0,47% ~ 10, 73%
PIS/PASEP	0,23% ~ 0,57%
IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)	0,5%
COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)	0,86% ~ 1,6% 1,28% ~ 2,63%
CPP (Contribuição Patronal Previdenciária)	2,75% ~ 4,6%

. **Fonte:** Guia Trabalhista, 2019.

Empresas vinculadas ao regime de Lucro Real ou Presumido podem optar pelo Simples Nacional, mas se não, estes são os impostos adicionais que incidem sobre a folha:

Tabela 4. Impostos incidentes sobre o holerite definidos para empresas regidas pelo Lucro Presumido/Real.

Impostos Regime Lucro Presumido/Real	Alíquota
INSS	20%, caso a empresa não opte pelo SN
RAT (Risco Ambiental do Trabalho)	1, 2 e 3%, conforme nível de risco
FGTS + Multa rescisória + 10% do valor total da folha de pagamento + aviso prévio indenizado	8% + até 40% sobre valor da conta FGTS + 10% + 1/11 das férias e salário
Salário Educação	2,5% sobre a folha de pagamento
Sistema S	SENAI, SESC E SEST (1,5%), SESI, SENAC E SESNAT (1%), SEBRAE (0,3% ~ 0,6%), SENAR (0,2% ~ 2,5%) E SESCOOP (2,5%)
INCRA	2,5% para alguns tipos de empresas
DSR, 13º e férias	-
Auxílio doença	1,9% sobre a folha
Salário Família	R\$ 32,80 fixados
Contribuição Patronal Sindical	Não obrigatório

Fonte: Guia Trabalhista, 2019.

Com a informalidade, o empresário, em sua visão, poderá contratar mais pessoal e produzirá mais por isso. Para Neri e Fontes (p.3, 2010):

O consenso entre Estado e contribuintes por menores impostos seria automático, o que não aparece ainda no caso brasileiro mesmo porque, apesar da crescente informalidade, a carga tributária efetivamente arrecadada tem subido nos últimos doze anos atingindo 37,6% do PIB brasileiro em 2008.

Os autores classificam as consequências da informalidade em três: i) a manipulação do meio político-social a fim de obtenção de renda com o caos, que desemboca na incerteza a respeito da arrecadação do fisco nas projeções; ii) a transferência de quantias sem uma decisão regulamentada previamente gera uma situação de instabilidade e até de impotência do Estado Maior em relação a sua população e; iii) a não contribuição trabalhista e previdenciária acaba por formar uma massa de pessoas desprotegidas dos amparos legais em caso de qualquer eventual problema que possa acometer o trabalhador no ambiente de trabalho ou apesar dele, como a velhice, a maternidade, o 13º salário, etc. Caberia, portanto, ao indivíduo, por sua conta e risco, a autoproteção e integralidade em relação aos riscos ocorridos.

3 METODOLOGIA

Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa é o resultado de uma investigação sobre um problema que, para resolvê-lo, é necessário recorrer a um processo científico. Já para SILVA et al. (2015), a pesquisa se conceitua num procedimento sistemático e intensivo para descobrir fatos e interpretá-los, com base numa realidade existente.

Neste meio, existe a pesquisa qualitativa e a quantitativa. Para as pesquisas do primeiro grupo, SILVA et al. (2015) e Fonseca (2002), determina quem mais importa o estudo aprofundado da relação deste grupo composto por diversas partes com a realidade a qual estão inseridos, ou em outras palavras, para as pesquisas qualitativas têm mais relevância algum fato em comum, que a quantidade numérica de pessoas inseridas nele.

As explicativas visam a seleção de fatores que causam ou ajudam a causar um determinado fenômeno dentro de uma realidade, e estabelece relações de causa-efeito de modo a explicá-lo. Por fim, as exploratórias são conceituadas por possibilitarem o melhor entendimento sobre um assunto que pode ser mais aprofundado por outras pesquisas posteriores, além de permitir a formulação de hipóteses com base em dados coletados, podem esclarecer os problemas com visão geral acerca de algum fenômeno.

Oliveira (2011) define a pesquisa exploratória como “informações definidas ao acaso e o processo de pesquisa é flexível e não estruturado. A amostra é pequena e não representativa e a análise dos dados é qualitativa. As constatações são experimentais e o resultado, geralmente, seguido por outras pesquisas exploratórias ou conclusivas”. Já os métodos geralmente são levantamentos secundários, experimentais, estudos de casos específicos e observação geral sobre o tema.

Deste modo, o presente artigo para conclusão do curso de Ciências Contábeis foi idealizado e avaliado de uma pesquisa de natureza qualitativa, com o escolhido o objeto de estudo

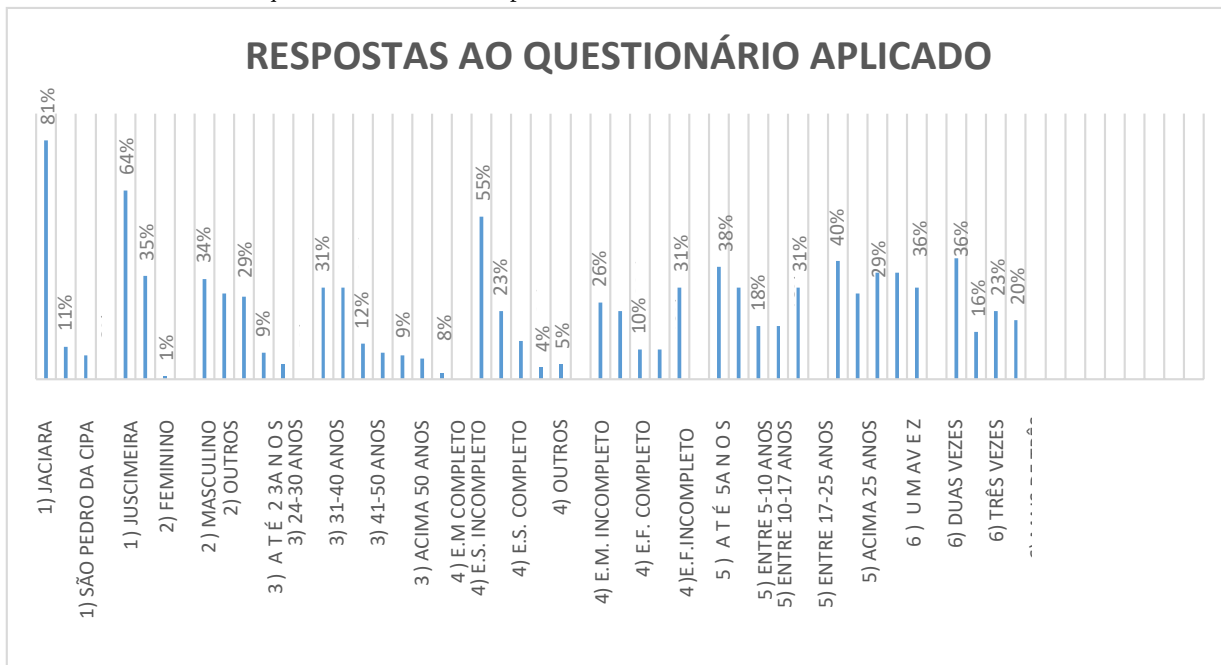
por amostragem de 100 (cem) pessoas, escolhidas e distribuídas entre as cidades de Jaciara, Juscimeira e São Pedro da Cipa – todos pertencentes ao estado do Mato Grosso. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário aplicado via Google Formulários, encaminhados via *e-mail* ou WhatsApp.

O questionário foi elaborado com 9 questões sendo elas: 1) Qual a cidade que o entrevistado reside?; 2) Qual o sexo do entrevistado?; 3) Qual a faixa etária do entrevistado?; 4) Qual a escolaridade do entrevistado?; 5) Qual o tempo de registro de carteira de trabalho do entrevistado?; 6) Somado ao seu trabalho atual, se for o caso, quantas vezes o entrevistado já trabalhou com carteira assinada, mas recebia “por fora”?; 7) As vezes em que o entrevistado trabalhou recebendo “por fora” da carteira de trabalho, foi por opção da empresa?; 8) O entrevistado se sentiu prejudicado quando trabalhou recebendo “por fora” da carteira de trabalho? e; 9) O entrevistado aceitaria trabalhar recebendo “por fora” da carteira de trabalho?

4 ANÁLISE DOS DADOS

O questionário foi encaminhado para a amostra de 100 pessoas e as respostas foram as seguintes, em termos de porcentagem:

Gráfico 1. Resultados do questionário em dados percentuais.

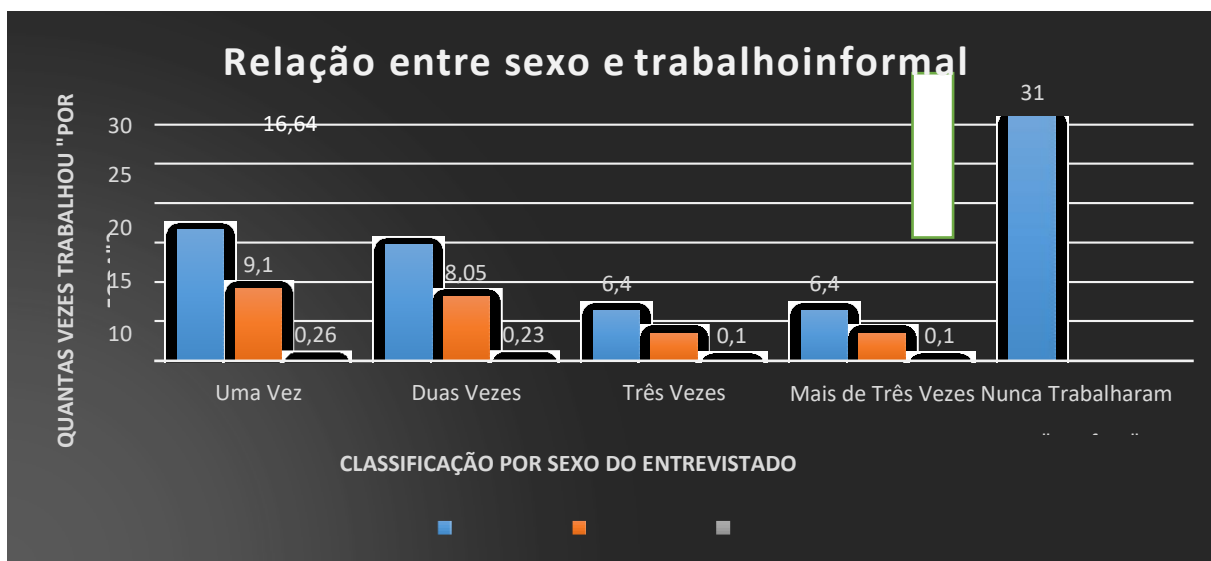


Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim sendo, os gráficos abaixo foram elaborados a partir do cruzamento das porcentagens observadas no gráfico 1. Para elaborá-los, multiplicou-se todas as respostas de determinada pergunta com todas as respostas de outra pergunta. O objetivo é entender a

quantidade de vezes que mulheres e homens trabalharam informalmente em suas vidas (Gráfico 2), bem como a quantidade de vezes trabalhadas informalmente associadas à faixa etária dos 100 entrevistados (Gráfico 3) e a escolaridade (Gráfico 4). Deste modo é possível traçar um padrão entre os entrevistados para observar o foco de maior incidência de casos de trabalho informal, na região do Vale do São Lourenço.

Gráfico 2. Gráfico que relaciona a porcentagem das mulheres, dos homens e outros com a quantidade declarada de vezes que trabalharam informalmente até o momento da pesquisa.



Fonte: A pesquisa.

As entrevistadas mulheres superam em porcentagem os entrevistados em sua relação com a informalidade incidente na folha de pagamento.

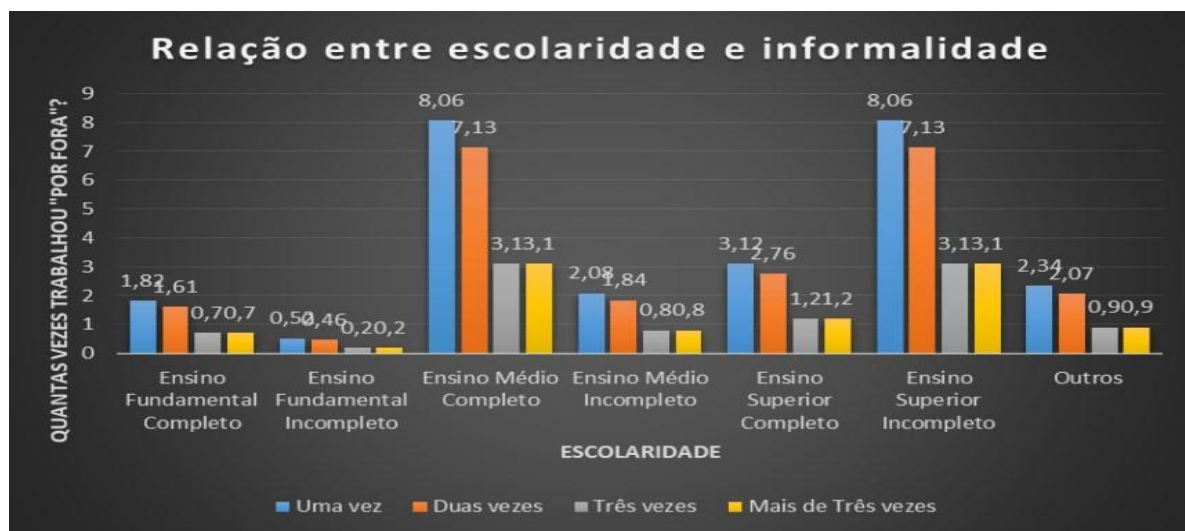
Gráfico 3. Gráfico para relacionar a faixa etária dos entrevistados com a quantidade de vezes já trabalhadas por fora, conforme dados obtidos na pesquisa.



Fonte: A pesquisa.

Nota-se que a informalidade se aproxima mais das faixas mais jovens (até 40 anos), que das mais idosas, uma vez que, os valores cruzados entre a quantidade de vezes trabalhadas informalmente mostram valores maiores entre a faixa etária dos entrevistados mais jovens.

Gráfico 4. Levantamento em porcentagem que relaciona a escolaridade em relação a quantidade de vezes que os entrevistados trabalharam informalmente, de acordo com os dados informados na pesquisa.



Fonte: A pesquisa.

Nota-se que a informalidade se aproxima de jovens que concluíram apenas o Ensino Médio e paridade aos que estão cursando uma graduação. Percebe-se que poucos jovens apenas trabalham ou trabalham durante o dia e estudam pela noite. Nota-se o volume de jovens graduados e pós graduados que se encontram na informalidade.

Com base nos dados coletados e observando os gráficos elaborados, entende-se que o foco do trabalho informal na região do Vale do São Lourenço se concentra principalmente em mulheres de até 40 anos de idade que concluíram o Ensino Médio ou que estão cursando graduação. Elas trabalharam ao menos uma vez na informalidade em suas vidas, como consta nos gráficos. A probabilidade deste foco é entendida assim porque correspondem com os maiores valores dos gráficos apresentados. Isso não anula as demais ocasiões, ou seja, que homens de até 40 anos ou mais e que já tenham trabalhado mais vezes pela informalidade. O que cabe analisar são sobretudo o tempo trabalhado e a perspectiva de aposentadoria. Em outras palavras, será que os entrevistados que trabalharam mais de uma vez informalmente recolheram INSS, ou receberam parcialmente seus direitos, ou então, será que eles possuem projeção de aposentadoria por terem trabalhado desta forma? Como já foi demonstrado neste artigo, os encargos descontados sobre a folha de pagamento são agigantados e por vezes os empregadores oferecem a possibilidade de trabalhar recebendo algo “por fora” por vários motivos, não cabe aqui citá-los. Contudo, o que deve ser frizado é a relação de desvantajas por

parte do trabalhador que está sujeito a não receber adequadamente certos direitos que devem lhe ser pago: seguro-desemprego, licença-maternidade, décimo terceiro, férias remuneradas, seguro contra riscos ao funcionário, dentre outros. Estes direitos e outros são descumpridos parcialmente ou totalmente quando o empregado se encontra nestas condições, cabe a ele, somente, a total responsabilidade sobre a sua integridade física, além da sujeição a receber menos nos benefícios que visam a longevidade do trabalhador, como INSS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informalidade é uma realidade na vida do trabalhador e nos casos das suas variações nos encargos que incidem sobre o holerite se caracterizam como um problema real a ser enfrentado no Vale do São Lourenço. O que muitas vezes ocorre é a falta de informação a respeito das desvantagens de se sujeitar a este tipo de restrição aos direitos que compete aos trabalhadores, conforme a CLT.

Visando abordar a informalidade na região do Vale do São Lourenço, foi realizado um questionário, com base em uma pesquisa exploratória, a fim de entender um tipo de padrão entre os entrevistados que determinem os focos da informalidade. O questionário foi aplicado nas cidades de Jaciara, Juscimeira e São Pedro da Cipa.

Assim sendo, os principais resultados observados com base em um cruzamento somando as porcentagens obtidas nas pesquisas sobre as respostas dos entrevistados observou-se um padrão aproximado de maiores quadros de informalidade em trabalhadoras, jovens (até os 40 anos de idade as mulheres trabalham a menos uma vez na informalidade) e de escolaridade de Ensino Médio completo a mestrado e doutorado. Isto não exime o fato de que homens jovens ou mais idosos de baixa escolaridade não tenham trabalhado informalmente ao menos uma única vez.

Nas pesquisas, a palavra “parcialmente” foi entendida na pergunta número 7 como que a aceitação por parte do trabalhador no exercício do emprego não foi obrigatoriamente opção do empregador, sendo aceita a hipótese de um acordo selado entre empregado e

empregador sobre determinadas condições. Na pergunta número 8 entende-se que as pessoas que já trabalharam informalmente se sentiram prejudicadas, afinal o fato de não receber determinados benefícios é de fato um fator negativo aos trabalhadores que se enquadram na informalidade. Entretanto, observa-se pela questão número 9 que vários trabalhadores que já estiveram na informalidade aceitariam trabalhar desta maneira novamente.

Com base nos dados apresentados, o presente artigo não abordou uma amostra maior que 100 pessoas que moram na região do Vale, portanto sendo limitadas. As amostras foram

escolhidas aleatoriamente, entretanto, a porcentagem de mulheres na pesquisa é mais da metade dos entrevistados, o que limita até certo ponto a pesquisa. A pesquisa não abordou a opinião pessoal dos entrevistados sobre o que significa trabalhar informalmente para os entrevistados.

Por fim, entende-se que, apesar do conhecimento sobre o que pode ser prejudicial na omissão de determinados encargos que devem ser pagos e não o são, os entrevistados reagiram majoritariamente favorável à informalidade, ou seja, apesar de se sentirem majoritariamente prejudicados no trabalho informal, eles trabalhariam novamente desta maneira se tivessem a oportunidade.

13 REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL; IPEA. **Relatório: empregos no Brasil**, v. 1, 2002. (Seção Informativa sobre Política). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Vol04.pdf> Acesso em 21 set. 2019;

CARMO, R. C. **Trabalho Informal, Desemprego E Pobreza: Terreno Fértil No Surgimento De TMC. VII Seminário do Trabalho**. Univ. Estad. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/roberto_coelho_trabalho_informal_desemprego_e_pobreza_terreno_fertil_no_surgimento_de_tmc.pdf> Acesso em: 05 set. 2019;

Confederação Nacional da Indústria. **Mapa Estratégico das Indústrias 2018-2022: Tributação**. *Portal da Indústria*. 2018. Disponível em:

<<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mapa-estrategico-da-industria/fatores-chave/tributacao/>> Acesso em 08 nov 2019;

DIAS, M. V. et al. **O Impacto dos Tributos Incidentes sobre a Folha de Pagamento das Empresas de Agronegócio dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. II Jornada de Iniciação Científica.** Nov. 2017;

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Apostila. Fortaleza, CE, UEC, 2002; GERHARDT, T. E. & SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Editora da UFRGS.

Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. p. 1-120, Porto Alegre, RS. 2009. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 10 nov 2019;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2018: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** Dez 2018. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf> Acesso em 18 set. 2019;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Desemprego Sobe Para 12,7% Com 13,4 Milhões De Pessoas Em Busca De Trabalho.** Relatório PNADContínua. Maio de 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>> Acesso em 11 nov 2019

MENEGUIN, F. B. & BUGARIN, M. S. **A Informalidade no Mercado de Trabalho e o Impacto Das Instituições: Uma Análise Sob a Ótica da Teoria dos Jogos.** *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 341-363, Jul-Set, 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v12n3/v12n3a01>> Acesso em 21 set. 2019;

MOTA, D. S. **Rotinas do Departamento de Pessoal de um Comércio Varejista de Fortaleza em Relação à Legislação Trabalhista.** *Dissertação de Mestrado.* Faculdade Cearense, FaC, Fortaleza, CE, 2012. Disponível em:
<<http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CCO/ROTINAS%20DO%20DEPARTEAMENTO%20DE%20PESSOAL%20DE%20UM%20COMERCIO%20VAREJISTA%20DE%20FORTALEZA.pdf>> Acesso em 24 set. 2019;

NERI, M. & FONTES, A. **Informalidade e Trabalho no Brasil: Causas, Consequências e Caminhos de Políticas Públicas.** *Centro de Políticas Sociais-*

FGV, p. 1-34, FGV, Rio de Janeiro, RJ. 2010. Disponível em:

<<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/es61- Informalidade-e-trabalho-no-Brasil-causas-consequencias-e-caminhos-de-Politicass-Publicas- Marcelo-Neri.pdf>> Acesso em 10 nov 2019;

NERI, M. **Capítulo 8: Informalidade.** *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)* p. 285-319. Mar. 2007. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq17_Cap08Informalida de_21.pdf

> Acesso em 24 set. 19;

NERI, M. **Direitos Trabalhistas, Encargos e Informalidade.** *Conjuntura Econômica do Centro de Políticas Sociais.* p. 38-41. FGV, São Paulo, SP, 2000. Disponível em:

<<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/c222.pdf>> Acesso em 21 set. 2019;

NOGUEIRA, M. O. **A Problemática do Dimensionamento da Informalidade na Economia Brasileira.** *Manual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).* p. 1-44, Rio de Janeiro, RJ, ago de 2016. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td_2221.pdf> Acesso em 04 nov 2019;

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia Científica: um Manual para a Realização de Pesquisas em Administração.** *Manual Pós Graduação.* p. 1-72, UFG, Catalão, GO. 2011. Disponível em:

<https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf> Acesso em 10 nov 2019;

OLIVEIRA. F. **Crítica À Razão Dualista: O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2006. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art15_33esp.pdf> Acesso em: 05 set. 2019;

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **OIT: Quase Dois Terços Da**

Força De Trabalho Global Estão Na Economia Informal. *Relatório da Organização.* Maio de 2018. Disponível em: <

https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang--pt/index.htm> Acesso em 11 nov 2019;

SALVADOR, M. A. V. **O Impacto da Carga Tributária na Empresa de Pequeno Porte.**

Monografia Apresentada para MBA em Gestão Empresarial. Centro Universitário Católico

Salesiano Auxilium, p. 1-56, Lins, SP. 2011. Disponível em:

<<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/53443.pdf>> Acesso em 08 nov 2019;

SANTOS, V. et al. **Projeto Ergonômico De Centrais De Atendimento.** *ERGON Projetos de Ergonomia e Design Ltda.* Rio de Janeiro, RJ. 1999. Disponível em:

<<https://www.ergonomianotrabalho.com.br/analise-ergonomica-centrais-de-atendimento.pdf>> Acesso em 13 set. 2019;

SILVA, E. R. et. al. **Caracterização das Pesquisas de Teses em Administração com Abordagem Qualitativa.** *15ª Amostra de Iniciação Científica, Pós graduação, Pesquisa e Extensão.* UCS, p. 1-16, 2010. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvmostrappga/paper/vi ewFile/4066/1276>> Acesso em 10 nov 2019;

SPECHT, V. **O Impacto Dos Encargos Sociais E Trabalhistas Sobre A Folha De Pagamento.** *Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis).* Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. 2005. 46f.;

ZANLUCA, J. C. **Calculos de Encargos Sociais e Trabalhistas.** Guia Trabalhista, 2019. Disponível em:

<<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/custostrabalhistas.htm>> Acesso em 24 de nov de 2019;

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE INDICADORES DE DESEMPENHO E CONSUMO FINANCEIRO NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES.

Gleicy Karoline de Oliveira Medeiro¹

Evaldo Rezende Duarte²

Amauri Gonçalves de Oliveira³

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar a eficiência da gestão pública nos municípios do Estado de Mato Grosso comparando os investimentos efetuados aos resultados que foram obtidos. A pesquisa foi realizada em todos os municípios do Estado de Mato Grosso na área da Educação Infantil, creche e pré-escola, durante um período de cinco anos, de 2013 a 2017, os dados foram retirados do site do SICONFI onde disponibiliza os valores que são gastos na área da educação e no site do INEP que dispõe o total de alunos matriculados na educação pública brasileira, por meio desses dados foi calculado um valor per capita investido e comparados com os indicadores de desempenho do município que são disponibilizados no site do Tribunal de Contas do Estado, com isso os municípios foram separados em dois grupos, onde um grupo foi nomeado como de maior investimento com dados relativos aos municípios que tiveram um investimento por aluno maior e no outro grupo os de menor investimento contendo os municípios com investimento menor por aluno. Por meio dessa divisão foi efetuado o teste *T-student* e assim gerando o resultado da pesquisa. Com base no teste pode se observar que municípios que investem mais em educação tem maior resultado em comparação com aqueles municípios que investem menos, sendo assim os gestores devem priorizar o investimento nessa área, pois quanto maior o volume de investimento melhor será os resultados em uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação. Investimento. Municípios.

¹Graduanda em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE/ Jaciara-MT. E-mail: gleicykarolineoliveira13@hotmail.com

² Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE; Especialista em Gestão Pública pela UFMT; Especialista em Gestão Empresarial pela UNIR; Bacharel em Ciências Contábeis pela EDUVALE. E-mail: erezende_9@hotmail.com

³Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2014), Pós Graduado em Matemática pela UFMT (2004) Graduado em Matemática pela UFMT (2002), Graduado em Ciências Contábeis pela UFMT (2009)

INTRODUÇÃO

A eficiência na gestão pública está relacionada ao bom direcionamento de seus recursos de forma que gerem um bom resultado em suas atribuições. O presente trabalho tem por objetivo avaliar o desempenho nos municípios do Estado de Mato Grosso baseado nos investimentos na educação comparados aos índices de desempenho de cada município.

O objetivo dessa pesquisa é verificar se os municípios que tem um investimento maior em educação tem um resultado que condiz com a aplicação dos recursos, demonstrando assim que os resultados na qualidade do ensino dependem do que foi investido.

A análise foi feita em todos os municípios do estado de Mato Grosso nos anos de 2013 a 2017, na área da educação especificamente na Educação infantil (creche e pré-escola), utilizando os valores investidos em educação e o total de alunos matriculados nessa área, assim dividindo esses investimentos por aluno foi encontrado o gasto per capita, esses valores foram classificados do maior para o menor onde foram divididos em dois grupos, um grupo contendo os municípios com maior investimento per capita e o outro grupo com municípios que tiveram um menor investimento e com esses dados foi feito o teste *T- estudante*.

Conforme o resultado da pesquisa, o investimento em educação resulta em um desempenho maior nos indicadores de desempenho, e uma boa educação é algo essencial para o desenvolvimento do país, visto que esta ligada ao avanço na qualidade de vida e mão de obra qualificada.

Os resultados sugerem que o índice de desempenho na educação esta correlacionado ao investimento que foi realizado, pois os municípios que mais investiram em educação tiveram um índice maior do que aqueles que investiram menos.

Os resultados contribuem com a discussão sobre os investimentos públicos na área da educação, pois conforme o resultado aponta os gestores devem priorizar o investimento nessa área visto que, quanto maior o volume de investimento melhor será os resultados em uma educação de qualidade e esse é o resultado que o estudo aponta, onde contribui com a discussão sobre o aspecto do investimento na educação.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Princípio da Eficiência

A eficiência pode ser um elemento de fiscalização das atividades na gestão pública, avaliando a prontidão do gestor no desempenho das funções, a delonga inadequada no processo e a demora infundamentada no pronunciamento de uma decisão administrativa, podendo em alguns casos se caracterizarem como uma imoralidade administrativa ou até mesmo desonestidade administrativa. (Meirelles, 2016).

“Princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturações subsequentes. Princípio, neste sentido, são os alicerces, os fundamentos da ciência.” (Júnior, 1988).

O princípio da Eficiência está disposto no *caput* do artigo 37, da Constituição Federal Brasileira de 1988, no qual diz “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência[...]”.

Já no artigo 39, §7º, da Constituição Federal Brasileira de 1988 trata sobre a mudança que o princípio da eficiência desempenha nas mudanças da administração pública, expondo que, como Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulará a aplicação dos recursos orçamentários, oriundo da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, aplicando-se em treinamento e desenvolvimento, programas de qualidade e produtividade, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, até mesmo em forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Segundo Aragão (2004), a eficiência não deve ser entendida apenas como a parte financeira e econômica da gestão pública originado apenas um aumento do lucro, mas sim como um bom desempenho do trabalho do Estado em suas atribuições sendo isso a parte operacional da contabilidade pública.

Resultados positivos não significam lucros, mas sim a maximização dos resultados da administração pública, sendo isso um objetivo do agente público em relação à eficiência de seu trabalho. (Gasparini, 2012)

Di Pietro (2005) expõe a eficiência com dois aspectos. O primeiro aspecto retrata a atuação eficiente do agente público, desenvolvendo as suas atribuições de forma que gere bons resultados, conforme espera a sociedade em geral, já o segundo aspecto diz respeito ao

modo de organização, estrutura e disciplina que a Administração Pública está inserida objetivando também o alcance da eficiência na prestação do serviço público.

Segundo Gasparini (2012), o cumprimento do princípio da eficiência é o resultado de uma boa administração, sendo o princípio que impõe a obrigação de realizar as atribuições de forma rápida, perfeita e com rendimentos, sendo que nenhum erro justifique qualquer demora. O desperdício de tempo e dinheiro público corresponde ao custo-benefício que deve nortear as ações públicas, é como dispor rede de iluminação pública em ruas que não são utilizadas, deixando outras que realmente precisam em segundo plano, o que não traria resultados positivos, ocorreria apenas um custo sem qualquer benefício para a sociedade.

O princípio da Eficiência na gestão pública objetiva a execução das tarefas do agente público de forma mais rápida e com menos gastos possível, com o intuito de satisfazer o que a sociedade espera. O atraso pode levar o administrador público a ressarcir os prejuízos que tal ato pode ocasionar num dado desempenho estatal. (Machado, 2009)

Gasparini (2012) exemplifica o atraso no cumprimento da eficiência na gestão pública da seguinte forma: em uma escola é solicitado à instalação de um para-raios. Caso a solicitação não seja atendida pelo Estado, e ocorra uma queda de raio na escola ocasionando prejuízo aos alunos, o Estado analisa a culpa e indeniza a quem foi prejudicado pelo ocorrido.

Segundo Meirelles (2016), o princípio da eficiência deve ser entendido como uma causa e efeito, ou seja, a atividade administrativa deve produzir um resultado que atenda ao interesse público.

As atribuições devem ser realizadas com perfeição, utilizando técnica e entendimento necessários para que a execução seja da melhor forma possível, abstendo-se de repetições e reclamações, evitando também o desperdício de tempo e dinheiro público. (Gasparini, 2012).

Moraes (2003) destaca que o princípio da eficiência faculta uma avaliação de desempenho do servidor público, sendo uma fonte para uma declaração de inconstitucionalidade, caso haja um surgimento de uma administração oposta a sua plena e total aplicação, sucedendo a perda do cargo do servidor público.

1.2 PRINCÍPIO ORÇAMENTÁRIO DA ECONOMICIDADE

O princípio da economicidade está previsto no *caput* do artigo 70, da Constituição Federal Brasileira de 1988, assim disposto:

“A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade,

economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Já no §1º do artigo 1º da Lei nº 8.443 de Julho de 1992, diz que o Tribunal no ato de julgamento de contas e na fiscalização, decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade das ações e despesas ocorridas na gestão, como também dos subsídios financeiros e o renunciamento de receitas.

Segundo Torres (1994), a economicidade em relação aos incentivos faz uma abordagem entre o que foi almejado e o resultado final obtido, e o benefício econômico e social de fato gerado, para ele o controle da economicidade é uma forma de fiscalizar a aplicação do orçamento de forma legal, com o objetivo de verificar se há minimização de custos e gastos públicos e aumento de receita e arrecadação.

O princípio da economicidade é um equilíbrio entre receitas e despesas. Baseia no princípio de Custo/Benefício, no qual deve ter um ajustamento entre receita e despesa, de forma que a população não seja obrigada a pagar mais impostos para conseguir bens e serviços que são disponíveis em menor preço. (Torres, 1994).

Rosa (2011) exemplifica a economicidade com uma contratação, antes de solicitar uma contratação é necessário analisar a capacidade existente para solucionar problemas e para atender as necessidades que uma contratação pode demandar como também refletir se compensará os custos contratuais admissionais e demissionais.

De acordo com Altounian (2016, *apud* ROSA, 2011), a ideia da economicidade é o ato de realizar o trabalho de forma eficiente, produtiva, eficaz e com rentabilidade, consistindo uma potencialização no rendimento dos recursos disponíveis em um determinado tempo e espaço, de forma que também atenda aos interesses da comunidade, tendo por fim a probabilidade de análise do Tribunal de Contas da União em relação à otimização dos custos e o resultado da meta que foi estabelecida.

1.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA

Para Brandão (2008), avaliar o desempenho é uma forma de agregar estratégias, aprendizagem, competências e indicadores qualitativos e quantitativos.

A avaliação de desempenho permite medir a amplitude do sucesso dos resultados, segundo princípios previamente estabelecidos, e assim formar medidas e programas para melhorias adequadas é como um instrumento de aperfeiçoamento da gestão, sendo indispensável

para a eficiência dos serviços públicos prestados. (Santos e Cardoso, 2001).

Heinrick (2003 apud Suzuki e Gabbi, 2009) descreve a avaliação de desempenho como algo que auxilia os gestores a compreender a forma com o qual os resultados obtidos são um reflexo das ações e decisões que foram tomadas.

Kaplan e Norton (1997) dizem que o desempenho deve ser avaliado não somente com a intenção de observar os resultados passados, mas também analisar se haverá resultados bons no futuro.

A avaliação de desempenho exerce um papel importante em quatro áreas na gestão pública, de acordo com Santos e Cardoso (2001) no diagnóstico inicial possibilita definir as condutas para elaborar o tipo de política pública fundamental. No processo decisório, através de avaliação, propõe alternativas de ação que verifique o que está ou não funcionando. Já durante a implementação, conforme o gestor tome conhecimento dos resultados obtidos no processo, cabe a ele efetuar ajuste ao que for necessário. Ao término da política é feita uma avaliação dos resultados, comparando o que foi concluído com o que era esperado.

Suzuki e Gabbi (2009) acreditam que a avaliação de desempenho deve ser uma forma de obter um aprendizado e não como uma punição resultante do mau desempenho do gestor público ela é uma ferramenta utilizada para melhorar a gestão do programa, dos serviços públicos e também das políticas públicas.

Acconuntability é o processo de avaliar e responsabilizar as ações dos agentes públicos, permitindo que o cidadão vigie o exercício de seus representantes, sendo imprescindível a participação democrática dos cidadãos para que nesse compartilhamento de poder com os agentes públicos, as decisões tomadas sejam para um bem comum da sociedade (Rocha, 2011).

Para Campos (1990) a *accountability* é entendida como um sinônimo de obrigação, deve se submeter à viabilidade de prêmios ou punições para quem for o responsável, é uma responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra.

Pinho e Silva (2009) dispõe *accountability* como uma responsabilidade individual que exige prestação para a prestação de contas, seja na área pública ou privada.

Aplicar a *accountablility* na gestão pública é um modo de dar informações adequadas a respeito do funcionamento da administração pública, administrar os custos de forma eficiente, atingir mais metas e proporcionar a transparência da gestão pública. (Santos e Cardoso, 2001).

O início da *accountability* começa já nos processos eleitorais, onde o cidadão escolhe o seu representante, dando a ele o poder de escolha. Entretanto a atuação dos agentes públicos e das organizações também faz parte do processo da *accountability* (Rocha, 2011).

Assim Miguel (2005) diz que a *accountability* corresponde à capacidade que os constituintes têm de instituir sanções aos governantes especificamente reintegrando ao cargo aqueles que se desobrigam bem de sua missão e removendo os que não se desenvolvem satisfatoriamente, acrescenta que na *accountability* há uma prestação de contas por parte de quem está no mandato e requer uma aprovação popular em relação à prestação de contas.

A *accountability* é um ato democrático, sendo que conforme cresce o estágio democrático, mais notável tende a ser o interesse por ela, acompanhando os valores da democracia como, dignidade humana, igualdade, representatividade e participação. (Campos,1990)

O *Balanced Scorecard* é um instrumento que ajuda na tomada de decisão, pois contempla todos os elementos necessários que estão inseridos na estratégia da organização, sendo alterado conforme as necessidades, tendo um objetivo de equilibrar os planejamentos a curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não financeiras e outros fatores importantes para chegar ao resultado que se espera. (Nascimento e Reginato, 2009).

Para Oliveira, Junior e Silva (2011) o *Balanced Scorecard* é o ato de agir, colocar em prática os planos e metas estratégicas da organização e distribuí-las para todos os funcionários, a fim de todos participem efetivamente e contribuam por meio das habilidades, energias e conhecimentos que cada um tem de melhor, com o objetivo de alcançar a realização das metas de estratégia e da lucratividade.

O objetivo da elaboração do *Balanced Scorecard* era disponibilizar um conjunto de medidas de desempenho que verificasse a aptidão e os resultados dos ativos intangíveis indispensáveis para o crescimento. É um conjunto de medidas que são a base para um sistema de medição e gestão estratégica, a forma de medição é feita sob quatro perspectivas balanceadas são elas: financeiro, cliente, processos internos, aprendizado e crescimento (Kaplan e Norton, 1997).

As perspectivas balanceadas compõe-se de medidas operacionais, que podem ser visualizadas como direcionadoras do desempenho financeiro futuro (Oliveira, 2008).

Na idealização do *Balanced Scorecard* a empresa é considerada sob quatro perspectivas financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento, (Nascimento e Reginato, 2009), sendo adequadas com as medidas de desempenho e de resultado.

De acordo com Silva (2003), o *Balanced Scorecard* é um sistema que integra indicadores financeiros e não financeiros de uma estrutura lógica, que se baseia na administração das metas fixadas, se forem alcançadas ou não, possibilitando aos gestores uma

reavaliação dos recursos financeiros, físicos e humanos para que assim se obtenha o resultado, através de objetivos estratégicos.

Para que o *Balanced Scorecard* seja bem sucedido dentro da organização é necessário que alguns requisitos sejam seguidos, tais como transmitir a estratégia através de um conjunto de medidas financeiras e não financeiras todos que estão inseridos na organização, entretanto a estratégia deve ser clara e compreensível para que todos entendam as metas essenciais e as cumpram (Nascimento e Reginato, 2009).

O BSC pode ser comparado à função de um piloto de avião que para Oliveira, Junior e Silva (2011), deve conferir todos os dados que possui para que não haja problemas durante e após a viagem. Tais dados devem ser totalmente avaliados, pois se for analisado apenas um, é possível que ocorra uma série de problemas durante a trajetória do voo. Da mesma forma é com o *Balanced Scorecard*, ele pode ser comparado com o painel de controle, sendo uma ferramenta imprescindível para os gestores, pois se forma por meio de um conjunto de informações que permitem localizar problemas, traçar metas, prevenir acidentes e estar com o controle do rumo que está tomando.

Através do *Balanced Scorecard* é possível obter indicadores de ocorrência e de tendência conhecidos como vetores de desempenho, assim Nascimento e Reginato (2009) dizem que os indicadores de ocorrência referem-se às medidas de resultados obtidos por fatos já ocorridos como lucros, clientes e mercado. Já os indicadores de tendência está relacionado às metas que são estabelecidas para obter sucesso por meio da estratégia implementada.

Segundo Silva (2003) o *Balanced Scorecard* contribui para a tomada de decisão visto que a estrutura demonstra claramente os fatores críticos na execução e como procedem quando são influenciados pelas decisões, assim sendo, essa ferramenta possibilita um feedback sobre os fatores críticos de sucesso na implementação das estratégias que foram escolhidas, proporcionando um aprimoramento do processo estratégico.

O *Balanced Scorecard* reúne em um único relatório as medidas que demonstram o que é necessário para alcançar as metas com o intuito de obter valor futuro. (Kaplan e Norton, 1997).

1.4 INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

Segundo Zoghbi *et al.* (2009) avaliar a eficiência dos municípios através dos gastos públicos é algo muito importante, pois além de demonstrar o direcionamento dos recursos públicos, muitas vezes revelam que existe uma ineficiência na tomada de decisão, resultando

em uma má utilização dos recursos públicos. Embora existam várias formas de avaliar o desempenho e direcionamento de recursos, analisar os gastos realizados com educação é um meio de grande eficiência, visto que são os gastos que mais geram crescimento no nível de capital humano o que é uma grande forma de crescimento econômico e de benefícios para a economia.

As ferramentas que disponibilizam o acesso à transparência e prestação de contas concedem a averiguação da aplicação dos recursos públicos a fim de saber se estão sendo aplicados de forma eficientes pelos gestores. O investimento em educação tem um resultado significativo já que reflete em uma educação de qualidade gerando cidadãos mais bem preparados e esclarecidos. (Firmino e Filho, 2018).

De acordo com Almeida (2007), para comparar com exatidão o investimento que determinada gestão realiza em educação é necessário observar o gasto por aluno, assim comparar, por exemplo, o nível de gastos brutos realizados em países desenvolvidos com países em desenvolvimento é algo que não dá um resultado preciso, pois a quantidade de alunos em cada um deles é variável, sendo assim a comparação deve ser feita com o gasto por aluno.

A importância em investir em capital educacional se dá por meio do impacto futuro que será gerado, com diversos aspectos no desenvolvimento socioeconômico do país, que de acordo com o ponto de vista privado a educação faz com que os salários, a produtividade e a qualidade de vida aumentem e o grau de pobreza diminua. Sendo assim a expansão educacional gera um impacto indireto que diz respeito à renda per capita refletindo na redução na taxa de mortalidade, ou seja, uma expansão educacional hoje leva a um crescimento na renda per capita e assim a uma redução na taxa de mortalidade e também um impacto direto que ocorre na mesma ausência da expansão educacional sobre o crescimento da renda per capita. (Barros, 1997).

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nos 141 municípios do Estado de Mato Grosso nos anos de 2013 a 2017, entretanto alguns municípios não informavam anualmente os valores que eram investidos na educação, devido a isso uma parte da amostra se perdeu. O banco de dados foi criado através de relatórios coletados junto ao site do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) onde foram obtidos os índices de desempenho dos municípios, site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) onde disponibiliza os

investimentos realizados na área da educação e no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) contendo o total de alunos matriculados.

Os dados que foram coletados seguiram as seguintes etapas:

1ª etapa: os investimentos dos municípios em educação infantil foram divididos pelo total de alunos matriculados;

2ª etapa: por meio da divisão anterior foi criado o valor per capita;

3ª etapa: classificação dos municípios de maior gasto por menor gasto ano a ano;

4ª etapa: separação dos municípios em dois grupos, o primeiro portando os municípios que tiveram um maior investimento em educação por aluno, já o segundo grupo compondo-se dos municípios que tiveram um menor investimento em educação por aluno;

5ª etapa: já com os grupos separados, foi criada uma tabela específica para cada um deles, contendo os indicadores de desempenho e assim foi realizado o teste *T- student*.

Essa pesquisa se caracteriza como de natureza básica que conforme Gerhardt e Silveira (2009), têm por objetivo gerar conhecimentos novos que possam ser usados para o avanço da ciência sem uma aplicação prática esperada, essa forma de pesquisa envolve verdades e interesses universais.

A abordagem será feita por uma pesquisa quantitativa, no qual decorrerá em uma avaliação dos índices de arrecadação financeira e nos indicadores de educação. Caracteriza uma pesquisa quantitativa da seguinte forma:

Os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (Fonseca, 2002)

A pesquisa quantitativa para Pradanov e Freitas (2013) se conceitua onde tudo pode ser quantificável, podendo transpor em opiniões, números e informações a fim de classificar e analisar os dados obtidos, contando também com métodos estatísticos para além de analisar as informações, ajuda a interpretar e divulgar os dados e resultados.

A pesquisa se caracteriza como descritiva.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002)

O procedimento utilizado para pesquisa foi o bibliográfico e documental já que a fonte de dados se dará por meio do site do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE), o site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), e pelo site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo analisados os relatórios financeiros para verificar a arrecadação das receitas e os indicadores de desempenho das políticas públicas de educação e saúde assim como também a quantidade de alunos matriculados na educação infantil de cada município. Marconi e Lakatos (2003) caracterizam a pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (Marconi e Lakatos 2003).

Uma pesquisa bibliográfica é elaborada por meio de um trabalho já produzido, normalmente livros e artigos científicos. Essa forma é muito utilizada e várias pesquisas são desenvolvidas apenas por esse meio. (Gio, 2002).

Já a pesquisa documental é definida para Pradanov e Freitas (2013) como:

A pesquisa documental, devido a suas características, pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica. Gil (2008) destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A Natureza da pesquisa documental é a fonte da coleta de dados onde se limita a documentos escritos ou não que é classificado como fontes primárias. (Marconi e Lakatos 2003)

A metodologia aplicada na pesquisa foi à dedutiva.

O método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. E o método proposto pelos racionalistas (Descartes, Spinoza, Leibniz), segundo os quais só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, que decorre de princípios a priori evidentes e irrecusáveis. (GIL, 2008)

Segundo Pradanov e Freitas (2013) o método dedutivo origina-se partindo do geral após para algo mais específico, parte de princípios indiscutíveis e verdadeiros possibilitando chegar a uma conclusão fundamentada.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização da análise dos dados foi utilizado o teste *T-student*, esse teste trabalha com duas hipóteses, nula e alternativa. A hipótese nula remete-se ao fato de não haver diferença entre os dois grupos analisados desta forma a média entre eles é igual e assim não tem relevância estatisticamente. Já na hipótese alternativa entre os grupos analisados existe uma diferença desse modo, a média entre eles são diferentes tendo significado estatístico.

Esse trabalho foi realizado com base na hipótese alternativa, que nesse presente trabalho se refere ao fato de que os municípios que investem mais tendem a ter um maior desempenho, assim dado o resultado do teste a média desse grupo é maior em comparação com o grupo que realiza menos investimento.

Tabela 1 - Teste *T-student*: Índice de Desempenho da Educação Infantil dos Municípios de 2013 a 2017

	Maior	Menor
Média	0,529605263	0,282392
Variância	0,248295553	0,203322
Observações	304	301
Hipótese da diferença de média	0	
G1	598	
Stat t	6,399569983	
P(T<=t) uni-caudal	1,57439E-10	
t crítico uni-caudal	2,33259981	
P(T<=t) bi-caudal	0,00000000315	
t crítico bi-caudal	2,584075717	

Fonte: A pesquisa

A amostra para a realização do teste *T-student* foi composta por 605 observações, 304 pertencente ao grupo de maior investimento na educação infantil e 301 para o grupo de menor investimento essas observações são os municípios que tiveram gastos na educação infantil no decorrer dos cinco anos analisados.

Os resultados apontam que existe uma diferença considerável quando no grupo de maior investimento pode observar uma média de desempenho de 0,529605263, esse resultado é significativamente superior ao resultado obtido pelos municípios que realizam menor investimento o qual obtiveram uma média de 0,282392 obtendo assim, uma diferença de quase o dobro no resultado. Isso sugere que municípios que investem mais em educação propendem a ter melhores resultados nos índices que medem a qualidade do ensino fornecido pelo TCE, dessa forma verifica-se a eficiência na gestão desses municípios já que tiveram um bom desempenho em suas atribuições gerando bons resultados.

Os resultados demonstram que o resultado da diferença das médias dos dois grupos é robusto, pois através do teste realizado há um nível de significância de 1%, obteve-se um p-valor bi-caudal de 0,000000000315, inferior ao nível de relevância do p-valor indicando um resultado de pesquisa estatisticamente significativo com um nível de confiança de 99%. Com isso rejeitando a hipótese nula de pesquisa e aceitando a hipótese alternativa de que existem diferenças significativas estatisticamente entre os grupos que efetuam um maior investimento possuindo melhores índices de desempenho em comparação com os municípios que efetuam menor investimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou avaliar a eficiência na gestão pública municipal e assim verificar se o investimento em educação tem ligação com a performance na boa qualidade do ensino conforme os indicadores de desempenho .

A pesquisa foi realizada nos municípios do Estado de Mato Grosso no período de 2013 a 2017 sendo uma pesquisa robusta com uma quantidade considerável de 605 observações nesse período de cinco anos, utilizando os valores gastos em educação infantil de cada município e o número de alunos matriculados nesse segmento. Com isso foi possível estipular o valor investido em cada aluno, assim classificado em dois grupos, sendo um grupo com os maiores investimentos e o outro com os menores investimentos, para que pudessem ser comparados com os indicadores de desempenho.

Dessa forma foi constatado que os municípios que investem mais em educação têm maior desempenho em confrontação com os que investem menos, expondo que para alcançar uma média consideravelmente boa em educação os gestores devem priorizar o investimento público nessa área, com base nisso é notório que quando os recursos que são disponibilizados para serem investidos na educação, são aplicados de forma eficiente os resultados são

evidentes, assim é indispensável à ideia de que esses aspectos devam ser mais explorados tanto em trabalhos científicos quanto perante a sociedade, sempre com dados concretos para que possa ser feita uma discussão embasada nesses dados por parte da sociedade e pelas pesquisas científicas, assim como o presente trabalho colabora com essa discussão.

Essa pesquisa teve um alto grau de dificuldade para encontrar os dados para gerar o desempenho com base no investimento, pois os dados são encontrados separadamente por sites e de difíceis acessos para localizar os indicadores, investimentos e principalmente a quantidade de alunos matriculados para realizar o cálculo. Deixo aqui a ideia para que esse estudo possa ser realizado em outras unidades da federação a fim de complementar o resultado obtido nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ivan Castro de. Gastos com educação no período de 1994 a 1999. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 82, n. 200-01, p. 02, 2007.
- ARAGÃO, Alexandre Santos de. O princípio da eficiência. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 237, p. 1-6, jul. 2004. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/44361>>. Acesso em: 10 de Abril de 2019
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. 1997.
- BRANDÃO, Hugo Pena et al. Gestão de desempenho por competências: integrando a gestão por competências, o balanced scorecard e a avaliação 360 graus. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 42(5):875-98, set/out. 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de julho de 1992.
- CAMPOS, Anna Maria. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?**. *Revista da Administração Pública*, v. 24, n. 2, 1990.
- Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>>
Acesso em: 06 de maio de 2019

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Curso de especialização em comunidades virtuais de aprendizagem – informática educativa. Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FIRMINO, Rafaelle Gomes; FILHO, Paulo Amilton Maia Leite. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos da Educação Básica. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ**. v.23, n.1, p.28-49, 2018.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>
Acesso em: 20 de Setembro de 2019.

JÚNIOR, José Cretela. **Os Cânones do direito administrativo**. Revista de Informação Legislativa. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181819>> Acesso em; 16 de Abril de 2019

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação**-balanced scorecard. 21. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

.MACHADO, Marcelo Couto. **Princípio da eficiência da Administração Pública**. Amicus Curiae, v. 6, p. 1-10, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro / Hely Lopes Meirelles, José Emmanuel Burle Filho. - 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. - São Paulo: Malheiros, 2016.

MIGUEL, Luís Felipe. **Impasses da Accountability** : Dilemas e Alternativas da Representação Política. Biblioteca Digital de Periódicos, 2005. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7066>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria**: Um enfoque na eficácia Organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins de. **Controladoria Estratégica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Balanced Scorecard**: uma análise da produção acadêmica brasileira na área da administração. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2008.

PINHO, José Antônio Gomes de Sacramento; SILVA, Ana Rita. **Accountability: já podemos traduzi-la para o português?**. Repositório Institucional, 2009.

Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1645>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSA, Eugênio. **Princípio da economicidade**. 2011. Disponível em:

<<http://www.direitolegal.org/artigos/principio-da-economicidade/>> Acesso em: 03 de maio de 2019

CONTABILIDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT

Bruna de Lima Sanches¹

Amauri Gonçalves de Oliveira²

Evaldo Rezende Duarte³

Jailson da Conceição Teixeira⁴

RESUMO

Este artigo faz uma abordagem sobre a Contabilidade Rural como instrumento de gestão para permitir o controle contábil em uma pequena propriedade rural. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi identificar os benefícios do uso da contabilidade rural para o controle e tomada de decisão nas atividades de produção em uma pequena propriedade rural. Com base na literatura sobre o tema e em trabalhos nacionais publicados foi construído todo o referencial teórico para dar suporte ao que foi discutido no trabalho, também foi realizado um questionário com o proprietário para a coleta de dados com os proprietários da Fazenda São José, localizado na zona rural do município de Jaciara-MT. Os resultados do estudo permitiram concluir que a Contabilidade Rural é importante, pois permitiu verificar com precisão os resultados alcançados na propriedade, permitindo ao proprietário futuramente ter melhores resultados ao gerenciar os dados de sua atividade.

Palavras-chave: Contabilidade Rural. Pequena propriedade. Estudo de Caso.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale Do São Lourenço-Eduvale. E-mail: bru.sanches18@gmail.com.

² Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2012-2014), Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Especializado em Matemática (2004) e Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002). E-mail: amauri27@gmail.com.

³Duarte, Evaldo Rezende. Professor orientador. Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE Business School (2018); Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2014); Especialista em Gestão Empresarial pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis – UNIR (2008); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Eduvale (2007).

⁴Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia de Informação e Leida Responsabilidade Fiscal na ESA Beem Gestão Fiscal e Planejamento Tributária na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCAPE.

1 INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade, o homem estabeleceu uma relação de dependência com a terra, seja para cultivar alimentos, seja para criar e domesticar animais. A agricultura e a criação de animais tornaram-se desde então as principais atividades desenvolvidas pelo homem a fim de manter sua subsistência.

Com o surgimento do capitalismo na Europa, no século XVIII, e consequentemente o avanço tecnológico, fez com que a agricultura se modernizasse também. Ocorreu uma verdadeira evolução na forma de plantar, criar e administrar o campo. À medida que o capitalismo avança, a tecnologia dispõe de mecanismo que favorecem a maximização dos lucros para aqueles que produzem.

Com isso, a desigualdade social, a má distribuição de terras e de renda fez com que as pessoas buscassem modelos diferentes de trabalhar a terra e produzir. Neste contexto ficam evidentes dois modelos de produção no campo: o latifúndio e a pequena propriedade rural. Na concepção de Sousa (2020):

O latifúndio corresponde a uma extensa propriedade agrícola privada, geralmente não explorada economicamente, portanto improdutiva. Quando explorada são destinadas ao cultivo de um único produto agrícola (monocultura), com finalidade de abastecer, comumente, o mercado externo, devido à produção em larga escala.

Uma das principais características do latifúndio é a concentração das propriedades nas mãos de poucos proprietários rurais, famílias ou empresas. Essa concentração fundiária está associada a diversos conflitos e lutas por terra no Brasil.

No Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) há uma definição de propriedade familiar em que se usa como parâmetro o módulo rural, numa perspectiva do Direito Agrário tem-se:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior; (BRASIL, 1964).

Com todos os avanços no mundo rural nas últimas décadas, evidenciou-se cada vez mais a necessidade de uma maior organização e contabilização das atividades agrícolas e agropecuárias, desenvolvidas tanto nos grandes latifúndios, quanto nas pequenas propriedades rurais, a fim de se obter controle da produção, visando a maximização dos resultados a serem obtidos.

A Contabilidade Rural tem como objetivo facilitar a gestão dos empreendimentos rurais, o controle financeiro estratégico, proporcionar aos empresários rurais a possibilidade de

acompanhar os resultados obtidos em um ano/safra e apresentar a lucratividade ou déficit do período analisado (ALMEIDA, 2012).

É em razão dessa realidade que surge a necessidade de se controlar e gerenciar a contabilidade rural nas propriedades, porque as ferramentas e informações disponibilizadas pela contabilidade contribuirão para as tomadas de decisões corretas, refletindo diretamente nos resultados.

Além da necessidade de programar um controle das atividades rurais, é necessário lembrar que, para o sucesso empresarial, não necessita apenas de ações com foco em seus resultados, mas também da eficiência da mão de obra de sua equipe, gerando o bem-estar social entre seus funcionários.

Diante do exposto, este trabalho busca evidenciar a importância da contabilidade rural para as pequenas propriedades, procurando conhecer suas atividades administrativas e contábeis. Este estudo tomou por base uma pequena propriedade rural, no município de Jaciara-MT, para compreender como está a situação dos resultados contábeis, a fim de colaborar para o proprietário ter melhores resultados. Para isso, faz-se o seguinte questionamento: Quais os benefícios do uso da contabilidade rural para o controle e tomada de decisão na atividade pecuária de pequeno porte da propriedade em questão?

É importante destacar que o método usado para a construção deste artigo foi baseado em uma pesquisa que coletou dados através de um questionário e de uma entrevista com o proprietário de uma fazenda no município de Jaciara MT, de onde foram tiradas informações de extrema importância para o tema correspondente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para abordar o tema do estudo de caso, aqui proposto, é utilizado alguns conceitos que são importantes para os fins dessa pesquisa. São eles: os conceitos de Contabilidade Rural, Empresa e Empresário Rural e Pecuária.

Neste tópico, será feito um breve histórico do surgimento da Contabilidade e da Contabilidade no Brasil, além de analisar os conceitos mencionados anteriormente, de acordo com o referencial teórico escolhido.

2.1 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade é uma ciência que tem suas raízes ainda entre os primórdios da

Antiguidade. Sendo uma das ciências mais antigas que tem o seu surgimento marcado pela necessidade dos registros de comerciantes, que estabeleciam relações de comércio entre si. De acordo com Silva e Martins (2009, p. 19):

A Contabilidade teve seu início com os povos primitivos, sendo tão antiga quanto a própria civilização. Teve seu início com os povos hindus, chineses egípcios, fenícios, israelitas, persas, caldeus, assírios, gregos e romanos. O surgimento dessa ciência ocorreu com a necessidade de proteção que estes povos tinham sobre seus bens materiais, a fim de aumentar as poucas riquezas que possuíam.

Não diferenciados os interesses atuais da Contabilidade, observa-se que essa ciência esteve presente na forma de organização social dos povos mais antigos do Ocidente e do Oriente. Tendo assim uma grande relevância para o aumento da produtividade dos mesmos.

Tem indícios que a Contabilidade surgiu a cerca de 2000 a. c. Consequentemente este surgimento reflete juntamente com a evolução dos avanços matemáticos, onde se tem o conhecimento do Zero levado a Europa pelos Árabes. Outro fator que agrega influência nessa busca pelos conhecimentos contábeis, como citado acima, é a maneira pela qual os primórdios faziam para poder controlar seus bens e assim aumentar seus valores, patrimônios e capitais (ALMEIDA, 2012).

Assim, é possível afirmar que a Contabilidade é uma ciência milenária, utilizada por diversos povos em lugares e épocas diferentes e sua importância pauta-se na necessidade que os homens tem em controlar seus estoques, verificar seus lucros e prejuízos ocorridos em determinado período de tempo, trabalhando de forma estratégica a fim de evidenciar seus resultados, diagnosticando formas de controles e a busca por resultados satisfatórios em toda a organização (ALMEIDA, 2012).

2.2 CONTABILIDADE NO BRASIL

Como foi dito anteriormente, a Contabilidade é utilizada a milhares de anos por inúmeros povos, dentre eles, os europeus. Nesse sentido, vale à pena situar a questão da colonização do Brasil pelos portugueses nos idos de 1500.

Sabe-se que o Brasil foi colonizado pelos portugueses por volta de 1530, quando os mesmos introduziram a cana-de-açúcar como produto para assegurar a terra. E desde então, a coroa portuguesa dispôs de um grande projeto colonizador na Colônia, com expressivo investimento de capitais, sobretudo holandeses. Porém, desde o primeiro contato em terras brasileiras, em 1500, os portugueses já estabeleceram relações contábeis para explorar a madeira do pau-brasil, utilizando trabalho escravo indígena e assim sucessivamente, contabilizando lucros para a

metrópole, Portugal. Desde então a Contabilidade passou a fazer parte da organização da Colônia brasileira.

De acordo com os estudos de Almeida(2012,p.22),sobre a evolução da Contabilidade no Brasil:

A história da Contabilidade no Brasil iniciou-se a partir da época Colonial, representada pela evolução da sociedade e da necessidade de controles contábeis para o desenvolvimento das primeiras Alfândegas que surgiram em 1530. Esses fatos demonstravam as preocupações iniciais como ensino comercial da área contábil, pois, no ano de 1549 são criados os armazéns alfândegários para controle destes, Portugal nomeou Gaspar Lamego como o primeiro Contador Geral das terras do Brasil, cuja expressão era utilizada para denominar os profissionais que atuavam na área pública.

Diante do exposto, nota-se a relevância da Contabilidade no cotidiano de todas as sociedades que tem o capitalismo como seu sistema econômico e social, sendo ela fundamental para analisar a situação econômica de determinada entidade ou sociedade e também planejar qualquer investimento nas mesmas, além de proporcionar resultados que apontem os lucros ou prejuízos da entidade estudada.

Durante o século XIX, o Brasil registrou expressiva migração italiana em seu território. Muitos desses desenvolviam atividades comerciais na Itália e trouxeram consigo suas experiências, influenciando grandemente na abertura de casas de comércio e nas atividades contábeis.

Durante o período Imperial, a economia do Brasil baseou-se expressivamente na produção cafeeira, tornando o Brasil o maior exportador de café do mundo, tendo a Europa como o principal consumidor. O ano de 1929 marcou a queda da Bolsa de Valores de Nova York, influenciando diretamente na economia brasileira. A Contabilidade mostrou-se eficaz e eficiente para se calcular os prejuízos obtidos devido a queima das sacas de café e os planejamentos para se recuperar a economia brasileira até então quebrada.

Após 1930, o Brasil passou a se industrializar, com o advento das políticas de Getúlio Vargas. A industrialização não se restringiu à cidade, com suas indústrias, fábricas e comércios, mas chegou também ao campo, alterando a rotina do trabalho e proporcionando resultados mais exatos dos produtores do campo e da cidade, por meio dos avanços tecnológicos como o da informática e da internet.

Atualmente, e mais do que nunca, a Contabilidade no Brasil se consolidou como uma ciência fundamental em todas as entidades públicas e privadas que visam obter lucros, além daquelas que mesmo não visando obter lucros, utilizam-na para obter controle interno, como é o caso dos órgãos públicos como escolas, hospitais etc.

2.3 CONTABILIDADE RURAL

Como foi dito anteriormente, a Contabilidade existe em milhares de anos e é utilizada nas mais diversas áreas tanto nas relações contábeis da cidade, quanto no campo. Assim, a Contabilidade Geral quando aplicada em determinado ramo, ganha novas nomenclaturas referente à área em que está sendo aplicada.

Pode-se falar, por exemplo, em Contabilidade Agrícola, Contabilidade Zootécnica, Contabilidade da Pecuária, Contabilidade Agropecuária, Contabilidade Agroindústria etc.; porém, para fins desse estudo o conceito que nos interessa compreender no momento é o conceito de Contabilidade Rural.

Para Crepaldi (2005, p. 83):

A Contabilidade Rural é um dos principais sistemas de controle e informação das empresas rurais. Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício é possível verificar a situação de uma empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc.

O autor chama a atenção para a importância que a Contabilidade exerce nas empresas rurais, como sistemas de controle e informação. Somente por meio da atividade contábil é possível diagnosticar a situação de uma determinada empresa, sob diferentes percepções. Ressalta ainda a possibilidade de informações sobre condições de expandirem-se, sobre necessidades de reduzir custos ou despesas, necessidades de buscar recursos etc.

Crepal di (2005) aponta as finalidades da Contabilidade Rural da seguinte forma:

- Orientar as operações agrícolas e pecuárias;
- Medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente; controlar as transações financeiras;
- Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção das vendas e dos investimentos;
- Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
- Servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
- Gerar informações para a declaração de Imposto de Renda; entre outras finalidades.

Assim, de acordo com Crepal di (2005), a Contabilidade Rural é um instrumento da função administrativa que tem como finalidade: controlar o patrimônio das entidades rurais;

apurar o resultado das entidades rurais e prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos diversos usuários das informações contábeis.

Em sua definição, a Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e interpretação dos fatos nele ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre sua composição e variação, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. (CREPALDI, 2005 p. 83).

É importante ressaltar que dentro do conceito da ciência chamada Contabilidade, estão embutidos conceitos administrativos que interessam a quem usa esta ciência. São os conceitos de Controle e Planejamento. Controle é o acompanhamento das atividades da organização. Por meio dele, o administrador observa se o comportamento da organização está de acordo com os planos traçados. Planejamento é o conjunto de linhas de ação e a maneira de executá-las para alcance dos objetivos. (CREPALDI, 2005, p.83).

Por fim, o autor destaca que o objeto da Contabilidade Rural é o patrimônio das entidades rurais e que a mesma surgiu da necessidade de controlar o patrimônio, neste caso, a propriedade rural.

2.4 EMPRESA E EMPRESÁRIO RURAL

Outros dois conceitos que precisam ser explorados nesse trabalho são os conceitos de Empresa e Empresário Rural. Conforme Crepaldi (2005), Empresa Rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e áreas ocupadas com benfeitorias.

De acordo com Rosa (2002, p. 7) “Empresa rural é a unidade de produção onde são exercidas atividades que dizem respeito as culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda”. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal.

Para Marion (2014), Empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas. A autora divide o campo de atividades das empresas rurais em três grupos distintos:

- Produção vegetal – atividade agrícola;
- Produção animal – atividade zootécnica;
- Indústrias rurais – atividade agroindustrial.

É importante ressaltar ainda que atividade Zootécnica abrange outras categorias de produção das empresas rurais, como pode ser percebido no modelo abaixo:

14 ATIVIDADE ZOOTÉCNICA:

- Apicultura (criação de abelhas);
- Avicultura (criação de aves);
- Cunicultura (criação de coelhos);
- Pecuária (criação de gado);
- Piscicultura (criação de peixes);
- Ranicultura (criação de rãs);
- Sericicultura (criação de bicho-da-seda);
- Outros pequenos animais.

Conforme o exposto acima pelos autores, os conceitos de empresas rurais são bastante amplos, podendo abranger uma gama de atividades desenvolvidas no mundo rural, desde a criação de diversas espécies de animais ao cultivo de culturas.

Segundo Rosa (2002, p. 7):

Qualquer tipo de Empresa Rural, seja familiar ou patrimonial, é integrada por um conjunto de recursos, denominados fatores de produção. São três os fatores de produção: a terra, o capital e o trabalho. O fator de produção mais importante para a agropecuária é a terra, pois na terra se aplicam os capitais e se trabalha para obter a produção. Se a terra for ruim ou muito pequena, dificilmente se produzirão colheitas abundantes e lucrativas, por mais capital e trabalho de que dispuser o agricultor. Desse modo, uma das preocupações fundamentais que deve ter o empresário rural é conservar a capacidade produtiva da terra, evitando seu desgaste pelo mau uso e pela erosão.

Ainda na concepção de Rosa (2002, p. 7-8):

O capital representa o conjunto de bens colocados sobre a terra com o objetivo de aumentar sua produtividade e ainda facilitar e melhorar a qualidade do trabalho humano. Assim, constitui o capital da empresa agropecuária: as benfeitorias (galpões, armazéns, galinheiros, pocilgas, terraços etc.); os animais de produção (bovinos de cria, bovinos de leite, suínos, aves) e os animais de serviço (bois de serviço, cavalos e asininos); as máquinas e implementos agrícolas; os insumos agropecuários (adubos, sementes, inseticidas, fungicidas, sais minerais, vacinas etc.).

Já o conceito de Empresário Rural é aplicado àquele que exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens e serviços. Essa atividade de produção, realizada de forma profissional ou com a finalidade de gerar riqueza, reconheceu o trabalho do produtor rural como o de criação de bens e serviços.

“O empresário rural necessita conhecer exatamente a quantidade e o valor de cada bem que constitui o capital da empresa que dirige. É fácil verificar que os diversos tipos de capital apresentam características bem diferentes”. (ROSA, 2002, p. 8).

2.5 PECUÁRIA

De acordo com Marion (2014), existem três fases distintas na atividade pecuária de corte, pelas quais passa o animal que se destina ao abate:

- a) Cria: a atividade básica é a produção de bezerros que só serão vendidos após o desmame. Normalmente, a matriz (de boa fertilidade) produz um bezerro por ano.
- b) Recria: a atividade básica é, a partir do novilho magro adquirido, a produção e a venda do novilho magro para a engorda.
- c) Engorda: a atividade básica é a partir do novilho magro adquirido, a produção e a venda do novilhogordo.

Há empresas que, pelo processo de combinação das várias fases, obtêm até seis alternativas de produção (especializações):

- Cria;
- Recria;
- Cria-recria;
- Cria-recria-engorda;
- Engorda;

Marion define a Pecuária como “a arte de criar gado”. E para o mesmo, gados “são animais geralmente criados no campo, para serviços de lavoura, para consumo doméstico ou para fins industriais e comerciais”. (MARION, 2014, p. 3).

Feito a explanação dos conceitos que serão utilizados nesse trabalho, de acordo com a bibliografia definida, a seguir é abordado a parte mais prática da pesquisa, a qual será feita uma entrevista com o proprietário do sítio São José para que se possa obter informações acerca de sua propriedade e produção, a fim de que seja possível concluir o estudo de caso aqui proposto.

3 METODOLOGIA

Para fins desse estudo, utilizou-se o método “estudo de caso”. De acordo com Gil (2002), o estudo de caso é um método de pesquisa muito utilizado no campo das Ciências Sociais. Sua utilização justifica-se pelo fato de ser em muitas circunstâncias, o método mais adequado para investigar uma situação e assim chegar aos objetivos pretendidos.

Como foi mencionado anteriormente, essa pesquisa busca soluções para enfrentamento das dificuldades enfrentadas pelos pequenos proprietários rurais. Assim, o estudo de caso foi o método escolhido para essa pesquisa, visando trazer um retorno para essa entidade.

Ainda sobre a metodologia utilizada, tomando por base o que é dito por Jung (2004, p. 158):

Através de um estudo de caso é possível explicar ou descrever um sistema de produção ou sistema técnico no âmbito particular ou coletivo. Assim, este procedimento é considerado uma importante ferramenta para pesquisadores que tem por finalidade entender “como” e “por que” funcionam as coisas. Em síntese, parte-se do princípio de que o estudo proposto visa a explicar ou descrever uma determinada situação a partir de uma necessidade identificada e, para isto, seleciona-se uma amostra do universo em questão, elabora-se um instrumento de coleta de dados, aplica-se o instrumento, efetua-se um padrão de referência e bibliografias; após, conclui-se o trabalho, obtendo-se então as descobertas.

É justamente o que se pretende com esse estudo: compreender, explicar e descrever o sistema de produção do sítio São José, que tem na pecuária de corte seu principal pilar. Além de outras atividades desenvolvidas na propriedade para complementar a renda familiar.

Nesse sentido, para que se possa fazer um breve histórico da propriedade e das atividades lá desenvolvidas, das instalações, dos investimentos, lucros e prejuízos, será feita uma entrevista aberta e semi-estruturada com os proprietários da Fazenda São José, a fim de obter as informações necessárias para análise da situação atual da propriedade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Fazenda São José está em poder dos proprietários Sr. Pedro e Sra. Maria desde 1980, estando localizada na Estrada que liga Jaciara à Dom Aquino, Km 15, Zona Rural, Jaciara-MT. A propriedade tem uma área total de 100,0 hectares, distribuído como segue abaixo:

- Área de preservação permanente APP: 20,0hectares
- Área de reserva legal ARL: 20,0hectares
- Área ocupada com benfeitorias: 3,0hectares
- Área de pastagem: 57hectares

Em suas dependências há uma casa, um curral, cercas, Eletrificação Rural, Galpões. Os Galpões servem para guardar o sal, a ração os medicamentos e alguns equipamentos e a sua principal finalidade proteger essas coisas da exposição à chuva e ao sol.

Para coletar os dados foram feitas perguntas e uma entrevista com o proprietário afim de saber as particularidades desenvolvidas na propriedade, como também obter informações acerca das receitas e despesas que ocorreram no período compreendido entre agosto/2020 a outubro/2020.

Inicialmente foi questionado ao proprietário a seguinte pergunta: **Quais são as atividades desenvolvidas na propriedade?** O mesmo apontou que desenvolve apenas a atividade Pecuária de cria e recria de bovinos.

Com a finalidade de saber se a propriedade tem condições de manter uma certa regularidade na comercialização dos animais foi solicitado o extrato de gados que havia em 30 de outubro de 2020, conforme apresentado no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – **Extrato do gado em 30 de outubro de 2020.**

Espécie	Eras	Sexo	Quantidade
BOVINO	00 A 04 MESES	FEMEA	25
BOVINO	00 A 04 MESES	MACHO	25
BOVINO	05 A 12 MESES	FEMEA	4
BOVINO	05 A 12 MESES	MACHO	6
BOVINO	13 A 24 MESES	FEMEA	7
BOVINO	13 A 24 MESES	MACHO	3
BOVINO	25 A 36 MESES	FEMEA	6
BOVINO	ACIMA DE 36 MESES	FEMEA	167
BOVINO	ACIMA DE 36 MESES	MACHO	2
Total			245

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante a quantidade de gados apontada, foi necessário também fazer a pergunta seguinte: **Como é a forma de criação dos animais?** Os proprietários apontaram que os animais são criados no Sistema extensivo, que de acordo com a Fundação Roge (200?) é a “[...] criação de animais a pasto. A pastagem é baseada na alimentação, já que a criação do gado é inteiramente no campo. As instalações são simples e limita-se a um curral onde as vacas são ordenhadas”.

Afim de saber quais os gastos que ocorreram no trimestre, foi perguntado: **Qual o custo mensal das atividades desenvolvidas?** O proprietário elencou os seguintes gastos médios mensais no período, apontados no quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Custos ou despesas da atividade.

Custos/Despesas	Valor em R\$
Sal	310,00
Energia	266,66
Reforma de Pastagem	8.333,33
Medicamentos e Vacinas	333,33
Ração	2.666,66

Fonte: Dados da pesquisa.

Para fazer uma constatação contábil de como foi o resultado no período abordado, foi questionado o seguinte: **Qual foi o faturamento médio mensal da atividade no trimestre?** Sendo apontado que houve uma média mensal de R\$24.000,00³ no período de agosto/2020 a outubro/2020.

Com base nos dados das últimas duas perguntas, foi elaborado uma Demonstração do Resultado do Exercício, afim de proporcionar uma melhor compreensão dos resultados da atividade, conforme apresentado no quadro 3 a seguir.

15 QUADRO 3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – FAZENDA SÃO JOSÉ (AGOSTO A OUTUBRO/2020)

Receita Bruta de Vendas	72.000,00
(-) Deduções da Receita Bruta	0,00
(=) Receita Operacional Líquida	72.000,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(9.929,97)
= LUCRO BRUTO	62.070,03
(-) Despesas Operacionais	(25.799,97)
Despesa com Reforma De Pastagem	-24.999,99
Despesa com Energia	-799,98
(=) Lucro Líquido do Exercício	36.270,06

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante de todos os dados coletados, observa-se tratar de uma pequena propriedade de que tem apenas 100 hectares, mas que os gastos envolvendo pastagem, sal, energia, vacinas e medicamentos e ração somam em média R\$ 11.910,00 (Onze mil novecentos e dez reais) mensais, e que a propriedade conta com um faturamento médio de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais) mensal. Para compreender melhor a situação econômica foi elaborada a DRE acima, com o fim de identificar qual o resultado no período de agosto a outubro de 2020.

Assim, foi determinado que a propriedade neste período obteve um lucro de R\$ 36.270,06, o que representa uma rentabilidade⁴ de cerca de 50,38% relativo a Receita Total. Ainda é possível constatar uma margem bruta⁵ de aproximadamente de 86,21%. Portanto, a

atividade é altamente viável, considerando que os dados retratam fielmente a situação da atividade desenvolvida na atividade.

Portanto, é possível asseverar a importância da Contabilidade Rural, seja em uma pequena propriedade ou numa grande propriedade, pois viabiliza identificar onde estão alocados os custos e despesas, assim como observar a eficiência na gestão da atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo se objetivou demonstrar a importância da Contabilidade Rural, onde se destaca que as informações provenientes da contabilidade contribuem para a gestão das atividades agropecuárias desenvolvidas em pequenas propriedades, a fim de garantir o controle estratégico das tomadas de decisão.

Com a realização desta pesquisa foi possível averiguar que a Contabilidade Rural é imprescindível para a gestão em pequenas propriedades rurais, proporcionando ao proprietário condições de analisar a quantidade de gado que poderia ser criada na propriedade sem que haja um grande consumo do pasto para que o gado tenha o que comer durante o ano inteiro. Além disso, foi possível realizar uma análise da relação entre as despesas e as receitas da fazenda, a qual contribui demonstrar condições para o proprietário possa maximizar os lucros e manter um bom giro financeiro dos recursos.

Um dos objetivos específicos propostos foi analisar as informações que possam corroborar com a administração contábil da propriedade, e aqui entra toda a pesquisa de dados que foi feita,

onde levando em conta dados como a área da propriedade, as despesas, receitas da fazenda e a quantidade de gado por faixa etária, torna-se possível traçar um plano contábil, otimizando os resultados e permitindo que a propriedade tenha uma boa saúde financeira.

O presente estudo permite concluir que a Contabilidade Rural é de suma importância para uma melhor gestão dos recursos da propriedade rural. Com base nas informações obtidas julga-se importantes sugerir que todas as propriedades rurais estejam amparadas pela contabilidade, uma vez que esta é de suma importância na manutenção das atividades pecuárias. No tocante ao tempo destinado a elaboração desse estudo, não houve a possibilidade de aprofundar a pesquisa em aspectos como comparativos anuais, demonstrativo com informações mais detalhadas e aprofundamento com relação a composição dos custos da atividade rural.

Considera-se o tema de relevância alta para os acadêmicos, pois é fundamental compreender conceitos e estratégias contábeis que vem se acumulando e se aperfeiçoando com o passar do tempo na Contabilidade Rural. Já para os proprietários a relevância deste tema é bem significativa, uma vez que foi constatado que não há um controle contábil das informações da atividade desenvolvida na propriedade, e com as informações detalhadas e abordadas, mesmo que incompleta, o proprietário pode visualizar os resultados da atividade despertando a necessidade de um melhor controle das informações, pois o permitirá ter melhores resultados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karine Zilli de. **Contabilidade rural:** ferramentas estratégicas de apoio a gestão do agronegócio. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC; Criciúma, 2012. Monografia de Graduação do Departamento de Ciências Contábeis.

BRASIL. **Estatuto da terra.** Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 04 nov. 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural:** uma abordagem decisória. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONCHOROSKI, Ivone. **Contabilidade rural:** um estudo de caso sobre a produção de leite no município de Seberi-RS. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC; Florianópolis, 2016.

Monografia de Graduação do Departamento de ciências Contábeis.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa e desenvolvimento:** Aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural:** contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária. São Paulo: Atlas, 2014.

ROSA, Elso Fernando. **Estudo da Administração agrícola.** Disponível em:
<<https://pt.slideshare.net/elsofernando/monografia-estudo-da-administrao-agrcola>>. 2002.
Acesso em: 4 nov. 2020.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do pensamento contábil.** 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

SOUSA, Rafaela. **O que é latifúndio?** Brasil Escola [S.I.] [2020?]. Disponível em:
<<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-latifundio.htm>>. Acesso em: 15
ago. 2020.

SANTOS, L. A. dos; CARDOSO, R. L. dos S. Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: problemas e perspectivas. In: CONCURSO DE ENSAYOS DEL CLAD, 2001. Caracas.

SICONFI. Siconfi Tesouro Nacional. Contas Anuais. Disponível em:
<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf> Acesso em; 06 de Agosto de 2019.

SILVA, Leandro Costa da. **O Balanced Scorecard e o Processo Estratégico.** Caderno de Pesquisas em Administração, v.10, nº4, p.61-73, outubro/dezembro 2003.

SUZUKI, Juliana Akiko Noguchi; GABBI, Ligia Villas Boas. **Desafios da avaliação de desempenho no setor público: o caso da prefeitura municipal de São Paulo.** Banco do Conhecimento CONSAD. 2009. Disponível em:
<<http://banco.consad.org.br/handle/123456789/265>> Acesso em: 17/05/2019

TORRES, Ricardo Lobo. **O Tribunal de Contas e o controle da legalidade, economicidade e legitimidade.** Revista de informação legislativa, v. 31, n. 121, p. 265-271, jan./mar. 1994.

ZOGHBI, Ana Carolina Pereira et al. Mensurando o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais em educação fundamental e média. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 4, p. 785-809, 2009.

O IMPACTO DA SARS-COV-2 NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO SÃO LOURENÇO

Almeida, Amanda Magny¹

Duarte, Evaldo Rezende²

Teixeira, Jailson da Conceição³

Amauri Gonçalves de Oliveira⁴

RESUMO

Atualmente, o Brasil enfrenta uma imensa onda de variações em diversos setores, dentre eles, o da economia em decorrência da pandemia de COVID-19. A Contabilidade Pública atua como auxiliar na Administração Pública, tendo como finalidade a manutenção e atendimento de interesses da sociedade de forma transparente, para que se mantenha o equilíbrio nas variações na área contábil e financeira. A partir desta pesquisa foi possível descrever conceitos e objetivos da Receita Pública e seus desdobramentos. Este estudo tem por objetivo analisar a influência e impactos causados pela Covid-19 sobre a arrecadação tributária nos municípios do Vale do São Lourenço no período compreendido entre 2016 a 2020. Em relação à metodologia, utilizou-se de revisão analítica através de análise horizontal, verificando a variação na arrecadação tributária nos anos anteriores à pandemia comparado ao período pandêmico. Os resultados indicam que, referente ao ICMS não houve alterações significativas nos índices de variação, possivelmente porque o ICMS refere-se a produtos e serviços de primeira necessidade, não havendo possibilidade de redução no consumo. No tocante à arrecadação do ISSQN observa-se que apresentava tendências de queda nos anos anteriores, portanto não há evidência concretas que suas variações se deram devido ao ano pandêmico. Em relação ao IPVA, que não corresponde a produtos ou serviços de primeira necessidade, apresentou forte queda na arrecadação do ano de 2020 em todos os municípios pesquisados. Assim, em tese, os resultados sugerem que bens de consumo não essenciais sofreram quedas significativas na arrecadação tributária, enquanto a arrecadação decorrente de bens essenciais manteve-se em expansão habitual.

Palavras-chave: Pandemia, Covid-19 e Receita Pública.

¹ Discente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE/Jaciara-MT. E-mail: amandaalmeida270@gmail.com.

² Mestre em Ciências Contábeis pela FUCEPE; Especialista em Gestão Pública pela UFMT e em Gestão Empresarial pelo UNIR; Bacharel em Ciências Contábeis pela EDUVALE. E-mail: erezende_9@hotmail.com.

³ Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduado em Tecnologia da Informação e Leitura Responsabilidade Fiscal na ESA Beem Gestão Fiscal e Planejamento Tributário na UNIC, Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças na FUCEPE. Professor do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE, Contador da Excelência Contabilidade e Assessor Financeiro e Fiscal da Soluções Assessoria. Email: jailson@excelenciacontabilidademt.com.br

⁴ Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2012-2014), Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Especializado em Matemática (2004) e Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002). E-mail: amauri27@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Pública, tema igualmente relevante como a Contabilidade privada não se restringe à prestação de contas aos cofres públicos, mas também a demonstrar transparência nos registros financeiros. Isso possibilita que a sociedade assimile os atos dos governos e analisem minuciosamente a atuação de órgãos referente a dedução de parcela do patrimônio através de tributos. Conforme relata SANTOS e REIS (2014, p. 833), “a Contabilidade Pública, no exercício de suas funções, tem que ser um instrumento de alcance e manutenção dos interesses públicos, os quais devem estar sempre voltados ao atendimento à sociedade”. Funciona como uma ferramenta que assegura à Administração Pública melhor comando e gerência dos negócios públicos.

Em relação ao assunto já mencionado, nos últimos meses, o mundo tem passado por uma situação complicada de estado de calamidade pandêmica, levando em consideração o surgimento do novo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (Covid-19), o que tem provocado inúmeros impactos relativos à arrecadação tributária em geral. De acordo com MARCELINO, REZENDE e MIYAJI (2020, p. 101), desde o início da pandemia e de sua disseminação, a doença tem incitado diversas restrições nos países afetados, e suas medidas de prevenção e desaceleração do contágio têm provocado um vasto efeito econômico e social, o que impacta diretamente no comércio global devido as alterações na arrecadação de tributos.

Em razão do surgimento desta doença, muitas medidas de proteção foram adotadas, as quais estão intimamente ligadas à economia do país. Dentre elas, podem ser citados o fechamento do comércio considerado não essencial, a adoção obrigatória de medidas de proteção individual e coletiva, interrupção de atividades de transportes terrestres, aéreos e marinhos nos quais haja aglomeração, interrupção temporária da prestação de serviços bancários e redução nas arrecadações de tributos durante o período de pandemia, até que seja decretado fim do estado de calamidade no país e retornem às atividades ao normal.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a doença supracitada possui uma capacidade de multiplicação em grande proporção em curto período de tempo (MARCELINO, REZENDE e MIYAJI, 2020, p. 105). Em vista disso, este estudo objetiva identificar e analisar a proporção dos impactos decorrentes da Covid-19 em comparação com o período anterior à manifestação da doença, compreendendo o recorte temporal dos anos de 2016 a 2020. Serão abordados, ainda, os conceitos, objetivos e classificações relacionados à Receita Pública, Receita Orçamentária e decorrente dela, a classificação econômica, Receita Extraorçamentária e, concernente ao tema, sobre a arrecadação dos “Impostos” sobre

Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). A regulamentação do assunto indagado se dá através da Lei de Orçamento nº 4.320/1964, que determina as entradas de todos os entes federativos, permitindo, assim, sua classificação.

Este artigo será desenvolvido através de revisão bibliográfica no tocante ao tema, a partir de conteúdos já elaborados, de forma que subsidie os possíveis resultados advindos da coleta de dados que se dará por intermédio do levantamento em banco de dados da área a ser pesquisada, que corresponde à São Pedro da Cipa, Dom Aquino, Jaciara e Juscimeira, municípios estes da região do Vale do São Lourenço. Serão consultados, ainda, doutrinas e legislações vigentes em território nacional, assim como sites de entes governamentais que forneçam as informações pesquisadas (MARCELINO, REZENDE e MIYAJI, 2020, p. 106).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, é interessante contextualizar sobre esta nova patologia que assombra a população mundial. Para isso, o site do Ministério da Saúde detalha os pontos mais relevantes que devem ser aqui ressaltados. Há cerca de um ano, em dezembro de 2019, foi identificada a transmissão de um novo vírus em Wuhan, na China, decorrendo dele a Covid-19.

Esta doença é oriunda do coronavírus, cientificamente conhecido como SARS-CoV-2, que pode se desenvolver desde a forma assintomática até sob quadros gravíssimos. Em consequência dela, já foram ultrapassados os 160 mil e 1.270.930 milhões de mortes no Brasil e no mundo respectivamente. O Ministério da Saúde descreve o seguinte:

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

Seus sintomas variam, embora sejam os principais semelhantes aos de uma gripe comum. A doença é transmitida de indivíduo a indivíduo, por vários meios possíveis, dentre eles o contato pelo toque na pele, gotículas de saliva, tosse e espirro (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

Em virtude disso, as medidas de prevenção da doença causaram nitidamente grandes impactos na economia, visto o isolamento social e fechamento do comércio serem as principais delas, no intuito de que se evitasse toda e qualquer tipo de aglomeração que não fosse por causas essenciais. Contudo, é fundamental ressaltar que a crise causada pela pandemia não suspendeu definitivamente a continuação do crescimento da economia no país,

mas provocou algumas modificações significativas comparadas aos períodos anteriores, como a redução dos índices de atividade econômica em relação à indústria, comércio e serviços (OLIVEIRA, 2020).

No que tange à questão empregatícia, um dos maiores impactos causados na sociedade propriamente dita, a atualização dos dados demonstra que a taxa de desemprego tem aumentado desde o mês de maio de 2020, que variou de 10,5% até 13,7% em julho do mesmo ano. Oliveira (2020) cita ainda:

Na última semana de julho, o país tinha 5,8 milhões de pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, 8,3 milhões de pessoas em trabalho remoto, 18,7 milhões de pessoas trabalhando menos que o habitual e 29,5 milhões de pessoas com rendimentos menor do que o habitual.

É possível, portanto, através das atualizações dos dados referentes à Covid-19 relacionada à economia, identificar que os reflexos no setor externo da economia são copiosamente expressivos.

Receita Pública: conceitos e objetivos

O Manual de Procedimentos (BRASIL, 2006, p. 13) descreve receita como uma nomenclatura conhecida e utilizada mundialmente pela sociedade contábil para demonstrar a transformação decorrente do crescimento de patrimônio ativo de determinada entidade, sendo, o objeto deste estudo, as entidades públicas. É um vocábulo monetário decorrente do poder de tributar que acarreta o acréscimo no patrimônio ativo e redução do patrimônio passivo. Sua regulamentação ocorre pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através das Resoluções nº 750/93 e 774/94.

A Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro, nº 4.320/1964, em seu artigo 9º, dispõe:

Art. 9º Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Portanto, relacionados à economia, pode-se dizer que receita e tributo estão diretamente ligados e tal conceituação decorre do enfoque patrimonial.

Sobre os tipos de patrimônios, BASTOS (2018) menciona alguns conceitos, nos quais nota-se que o ativo corresponde aos bens que determinada entidade possua, ou seja, tudo o que possa ser somado ao seu patrimônio. Como exemplo podem ser citados o saldo bancário positivo, estoque de mercadorias, saldo no caixa, imóveis, dentre outros. Com relação ao

patrimônio passivo, diz respeito aos deveres da instituição com terceiros, como a obrigação de pagar salários a funcionários, fornecedores e o recolhimento de impostos. Resultante de ambos, há o patrimônio líquido, decorrente da subtração no patrimônio ativo, do patrimônio passivo, que corresponde à riqueza líquida existente, como o capital social e a reserva de lucros.

Especificamente, a Receita Pública deriva-se do termo Receita, agregando, portanto, outros significados empregados pela administração pública, em razão de suas particularidades. KOHAMA (2016, p. 64), em sua obra Contabilidade Pública, conceitua da seguinte forma:

Entende-se, genericamente, por Receita Pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, e, também, a variação ativa, proveniente do registro do direito a receber no momento da ocorrência do fato gerador, quer seja efetuado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos que derivem direitos a favor do Estado –, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.

Além disto, RODRIGUES (2019, p. 18 – 19) destaca o termo Receita Pública para os feitos em que a entrada dos recursos se dê de forma definitiva sobre o patrimônio estatal, não se sujeitando a nenhuma espécie de devolução. Em outras palavras, este termo fica reservado aos ingressos de natureza não devolutiva obtidos pelo poder público, independentemente da esfera governamental a que se refere, com finalidade de aplicação e mantimento das despesas públicas.

LIMA (2007, p. 67) reforça a ideia supracitada discorrendo que “são considerados ‘ingressos’ ou ‘entradas’ todas as quantias recebidas pelo Estado – (...), é necessário que impliquem acréscimo patrimonial para o Estado, não podendo estarem os valores recebidos condicionados à devolução (...)”.

Neste mesmo diapasão, BALEEIRO (1984) substantia a conceituação afirmando que “Receita Pública é a entrada que, integrando-se no patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo” (apud LIMA, 2007, p. 67).

Em vista disso, é possível observar, nas diversas opiniões descritas pelos autores supracitados, uma vasta semelhança entre o conceito e objetivo aqui estudados, o qual, em suma, trata da soma total de valores auferidos pelo Tesouro Nacional para, posteriormente, serem agregados ao patrimônio estatal com finalidade de arcar com a consumação, necessidades e aplicações públicas.

Classificação de Receitas Públicas

Na classificação de Receitas Públicas, há dois relevantes grupos ou formas de ingressos existentes na Lei de Orçamento que devem ser considerados: Receita Orçamentária e Extraorçamentária, que será detalhado a seguir.

Receita Orçamentária, segundo KOHAMA (2016, p. 65), é aquela unificada ao orçamento público, reportada na Lei Orçamentária, a qual deverá acatar à discriminação presente no Anexo 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 e que vem sendo atualizada pela Portaria Interministerial nº 163/2001. Para melhor compreensão, considera-se orçamentária a receita auferida e pertencente ao Tesouro Nacional, ou seja, aquela que integra o orçamento público, por não se tratar de ingresso compensatório no ativo e passivo financeiro.

ANGÉLICO (1994) reforça o conceito disposto por Kohama referente ao anexo 3º da Lei Federal supracitada, afirmando que Receita Orçamentária “são os tributos, as rendas, as transferências, as alienações, os retornos de empréstimos e as operações de créditos por prazo superior a doze meses” (apud BORGES, 2010, p. 5).

Após conceituar Receita Orçamentária, identifica-se de forma mais transparente o conceito de Receita Extraorçamentária que, de acordo com a nomenclatura exposta, trata-se da receita que não incorpora ao orçamento público. BORGES (2010, p. 7) caracteriza da seguinte forma: “são contas de caracterização das mais variadas, como cauções, fianças, depósitos para garantia de instância, consignações em folha de pagamentos a favor de terceiros, retenções na fonte, salários não reclamados, operações de crédito a curto prazo e outras assemelhadas”.

KOHAMA (2016, p. 70) relata que Receita Extraorçamentária “compreende os recolhimentos feitos que constituirão compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa”. Seguindo tal entendimento, o Estado possui o dever de arrecadar quantias que não lhe pertencem, caracterizando-se como um simples depositário dos valores que integrem este título. Seus exemplos seguem o raciocínio do autor supramencionado, como cauções, fianças, dentre os demais.

Classificação econômica

Decorrente da Receita Orçamentária, as classes econômicas seguem uma divisão sequencial. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, em seu artigo 11: “a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital”.

Tais receitas classificam-se conforme a origem dos recursos que ingressarão no orçamento público (ÁVILA; BÄCHTOLD; VIEIRA, 2011, p. 63).

KOHAMA (2016, p. 66) conceitua as receitas orçamentárias correntes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, como sendo “receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras”. Em seguida complementa, ainda, citando “as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes”. No mesmo sentido, ANGÉLICO (1995, p. 44) refere que “são as receitas tributária, patrimonial, industrial, transferências correntes e receitas diversas” (apud BORGES, 2010, p. 5).

3 FONTES DAS RECEITAS

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo cita, através da Contadoria Geral do Estado, a classificação das fontes das receitas, disposta na seguinte ordem (BRASIL, 2008, p. 3):

Receita tributária

Refere-se às entradas advindas da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria, conforme descrito abaixo. Diz respeito à receita privativa relacionada ao poder da União, Estados, Distrito Federal e Municípios de tributar (BRASIL, 2008, p. 2).

Com relação aos impostos, tratam-se de um tributo do qual sua obrigação possui, como fato gerador, fato que independe de qualquer atividade específica do Estado em relação àquele que contribui (BRASIL, 2008, p. 5).

As taxas, por sua vez, relacionam seu fato gerador ao exercício regular do poder de polícia. Conforme BRASIL (2008, p. 5) pode, ainda, estar ligada à “utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição”.

O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é um tributo complexo que oportuniza aos municípios que suas finanças obtenham recursos que propiciem seu crescimento. Trata-se de um imposto privativo ao município, ou seja, apenas estes possuem atribuição para instituí-los, sendo o Distrito Federal a única exceção, por possuir os mesmos encargos que Estados e municípios (MUNHOZ, p. 1).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu art. 156, III, afirma: “art. 156 – Compete aos Municípios instituir impostos sobre: III – serviços de qualquer natureza, não

compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”. Isto é, segundo Fialho, (2018, p. 7) afirma que os municípios definirão os impostos por meio de Lei Complementar (LC).

Transferências correntes

No enfoque orçamentário, de acordo com BRASIL (2010, p. 62) e BRASIL (2014, p. 50), transferências correntes são os fundos obtidos, seja de pessoas de direito público ou privado, que possuam o objetivo de atender despesas concernentes a um fim público específico, mas que não se trate de uma contraprestação direta de atividades a quem tenha realizado a transferência. Tais recursos não são inerentes à pessoa, mas sim à utilidade pública. Isso poderá acontecer a nível intragovernamental, ou seja, internamente a um mesmo governo, ou intergovernamental, que diz respeito a esferas de governo distintas, como da União para os Estados, Estados para municípios e assim sucessivamente, bem como obtidos através de instituições privadas.

BRASIL (2008, p. 4) reforça este entendimento afirmando que “são recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objeto seja a aplicação em despesas correntes”.

Ainda, conforme afirma BRASIL (2006, p. 21), com relação às transferências correntes, “é o ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência” e, em continuidade, estabelece a seguinte condição, “desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes”. Isto posto, diz-se que são, portanto, as transferências correntes, fortunas dirigidas aos municípios, originadas principalmente na União e Estados Federados. Em se tratando daquelas originadas nos Estados Federados, imperioso ressaltar que englobam a cota-parte do ICMS e IPVA, objetos deste estudo. Tais transferências atuam como um instrumento de redistribuição dos recursos, diminuindo seu acúmulo em grandes municípios, presentes em áreas mais dinâmicas do país. Assim, áreas com o nível de desenvolvimento inferior beneficiam-se e logram êxito através deste mecanismo (IBGE, 2004, p. 35).

Durante o período de pandemia, considerando as ações emergenciais adotadas pelo governo, ficam evidentes os efeitos causados sobre o recolhimento de tributos (MARCELINO, REZENDE e MIYAJI, 2020, p. 107). Em relação a isso, o IBGE realiza os cálculos sobre o crescimento econômico variante, sabendo-se que inúmeros tributos estão intimamente ligados a essa transformação no exercício econômico, incluindo-se aqui o ICMS (BRASIL, 2017, p. 10).

RODRIGUES (2019, p. 42) afirma que grande maioria das receitas de transferências correspondem às receitas provenientes da atividade de ICMS, imposto originado por meio do giro de mercadorias (RODRIGUES, 2019, p. 42). Este imposto é de atribuição dos estados e Distrito Federal. Trata-se de um imposto variante sobre cada espécie de produto ou serviço que corresponda (IBGE, 2004, p. 37, 38).

A CF reforça a competência para a instituição deste tributo em seu art. 155, II, que segue (OLIVEIRA, 2019, p. 8):

Art. 155 Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Dessa forma, a primeira referência que se pode extrair da CF é que diz respeito a um imposto de competência estadual originado pela mesma, possuindo natureza seletiva de acordo com a mercadoria ou serviço, como descreve o inciso III, do § 2º do mesmo artigo, conforme afirma OLIVEIRA (2019, p. 9): “o imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços”.

Seguindo o raciocínio, este princípio possibilita, por exemplo, que produtos essenciais como mantimentos que compõem cestas básicas disponham de alíquotas inferiores àqueles referentes a produtos frívolos (OLIVEIRA, 2019, p. 10).

Por conseguinte, conforme RODRIGUES (2019, p. 28), no que diz respeito à Receita Própria, fica sob a responsabilidade das transferências Estaduais expor e realizar a comparação com a receita ampliada, sabendo-se que nesta inclui-se impostos originados na economia municipal (ICMS e IPVA).

Em se tratando do IPVA, tributo este também de atribuição estadual, é uma obrigação tributária contributiva que corresponde aos originados na propriedade de veículos como carros, motos, embarcações ou aviões (NESI, 2010, p. 31). Entretanto, ainda que seja de alçada estadual, 50% dos valores recolhidos deverão ser encaminhados aos municípios (ESCOLA BRASILEIRA DE DIREITO, 2017).

Tal imposto possui caráter real e dever fiscal. Em conformidade com NASCIMENTO (2015, p. 64, *apud* ALEXANDRE, 2011, p. 636), refere que “trata-se de tributo com finalidade marcadamente fiscal, pois tributa uma manifestação de riqueza do contribuinte com o objetivo de carrear recursos para os cofres públicos estaduais”. Aplica-se, portanto,

para o IPVA, alíquota passível de diferenciação de acordo com o tipo e uso do veículo, particularidade esta adotada por inúmeros Estados brasileiros (NASCIMENTO, 2015, p. 65).

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a realização deste estudo, utilizou-se do método científico de procedimento comparativo, meio técnico de investigação no qual, de acordo com PRODANOV e FREITAS (2013, p. 38), utiliza-se da “explicação dos fenômenos e permite analisar o dado concreto” que, nesta pesquisa, será examinado por meio de bases de dados. O autor afirma que “esse método realiza comparações com o objetivo de verificar semelhanças e explicar divergências. O método comparativo, ao ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes”.

Possui natureza descritiva que, “observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos”, conforme refere o autor supracitado, possibilitando elucidar e esclarecer os fatos que ocorrem.

Tal abordagem realizou-se através de pesquisa quantitativa, por considerar-se objetiva e possibilitar lidar com fenômenos quantificáveis estatisticamente, evoluindo pontos de vistas e dados numéricos para análises e classificações. Além disso, esta pesquisa desenvolveu-se por meio de revisão analítica através de análise horizontal com intuito de avaliar a variação nos períodos apurados em comparação com as informações de períodos anteriores (VIANELLO, p. 47).

Em se tratando do procedimento técnico, segundo VIANELLO (p. 48), a pesquisa realizada classifica-se como bibliográfica e documental. Quanto ao estudo bibliográfico, justifica-se em seu desenvolvimento através de estudos já publicados como, por exemplo, artigos, periódicos, leis, entre outros, o que possibilita uma vasta gama de informações. Em relação à pesquisa documental, diz respeito a pesquisas desenvolvidas “a partir de material que não recebeu tratamento analítico. Podem ser utilizados registros, anais, circulares e outros materiais”. Estes dados foram coletados através do site do TCE-MT referente às transferências da cota-parte do ICMS, IPVA e da receita tributária com ISSNQ dos municípios.

Para que fosse possível esta investigação, empregou-se uma fórmula constituída da variação através da análise horizontal (var), o ano da variação (t^1) e o ano anterior à variação (t), resultando em “ $Var = t^1 / t * 100 - 100$ ”.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste item serão expostos dados extraídos do portal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), os quais foram analisados e, posteriormente identificadas as variações relacionadas aos anos antecedentes à pandemia da Covid-19, no que diz respeito à arrecadação de tributos no período de 2016 a 2020 dos municípios do Vale do São Lourenço. A seguir, análise horizontal:

Quadro 1 – Publicações da arrecadação de transferências correntes da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços referente ao município de Jaciara/MT no período de 2016 a 2020

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – Jaciara/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 5.439.545,81	
2017	R\$ 4.912.267,65	-9,69
2018	R\$ 5.559.516,54	13,18
2019	R\$ 6.402.074,14	15,16
2020	R\$ 7.690.618,99	20,13

Fonte: a pesquisa

Analisando as arrecadações do município de Jaciara acerca do objeto deste estudo, nota-se que os valores relativos ao ICMS apresentaram crescimento no período avaliado. Neste sentido, no tocante à arrecadação no ano de 2020, fica evidente a inexistência de reflexos financeiros pertinentes à pandemia da Covid-19. Tal fato pode fundamentar-se na ideia de que a arrecadação do ICMS está diretamente relacionada aos produtos de primeira necessidade, situação que pode ter contribuído para manter e/ou expandir o consumo.

Quadro 2 – Publicações da arrecadação de transferências correntes da cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores referente ao município de Jaciara/MT no período de 2016 a 2020

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – Jaciara/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 2.965.040,57	
2017	R\$ 2.743.711,78	-7,46
2018	R\$ 3.108.248,56	13,29
2019	R\$ 3.281.902,97	5,59
2020	R\$ 2.703.571,78	-17,62

Fonte: a pesquisa

Sobre a análise da variação na arrecadação do IPVA em Jaciara, verifica-se queda significativa, fato que pode ter relação com a pandemia da Covid-19. Essa ideia baseia-se no fato de que o IPVA é arrecadado por meio de pagamento sobre propriedade de veículos automotores e que, em períodos de crise, podem ser suspensos até que a situação financeira dos contribuintes se normalize. Em vista disso, há evidências do impacto da pandemia da Covid-19 sobre tal arrecadação.

Quadro 3 – Publicações da arrecadação relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao município de Jaciara/MT no período de 2016 a 2020

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Jaciara/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 2.584.474,63	
2017	R\$ 2.256.689,61	-12,68
2018	R\$ 2.028.191,63	-10,13
2019	R\$ 1.793.397,90	-11,58
2020	R\$ 1.667.968,14	-6,99

Fonte: a pesquisa

No tocante à arrecadação do ISSQN em Jaciara, avalia-se nos resultados obtidos que o município apresentou queda no período pandêmico, compreendido no ano de 2020. Entretanto, apesar dessa diferença nos valores entre os anos anteriores e o atual, não há indícios de que tal variação relaciona-se diretamente à pandemia da Covid-19, podendo estar associada a outros fatores.

Quadro 4 – Publicações da arrecadação de transferências correntes da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços referente ao município de São Pedro da Cipa/MT no período de 2016 a 2020

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – São Pedro da Cipa/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 1.248.112,03	
2017	R\$ 1.174.065,86	-5,93
2018	R\$ 1.397.969,85	19,07
2019	R\$ 1.528.571,97	9,34
2020	R\$ 1.714.452,24	12,16

Fonte: a pesquisa

Em relação às arrecadações do ICMS no município de São Pedro da Cipa, assim como exposto na tabela pertencente ao município de Jaciara, observa-se que houve relativo crescimento no período avaliado sobre o recolhimento do referido tributo. Portanto, fica evidente que não houve também, sobre este, influência da pandemia, sob o mesmo fundamento de que o ICMS está intimamente ligado a produtos e serviços essenciais.

Quadro 5 – Publicações da arrecadação de transferências correntes da cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores referente ao município de São Pedro da Cipa/MT no período de 2016 a 2020

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – São Pedro da Cipa/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 86.004,11	
2017	R\$ 86.850,66	0,98
2018	R\$ 127.399,56	46,69
2019	R\$ 154.474,98	21,25
2020	R\$ 131.456,09	-14,90

Fonte: a pesquisa

Conforme exposto no quadro acima pertencente à arrecadação do IPVA no município de São Pedro da Cipa, evidencia-se significativa queda no ano de 2020, semelhante ao conteúdo já exposto sobre o município de Jaciara no mesmo período. Defende-se aqui, também, possível relação das variações destes valores com a pandemia da Covid-19, em relação aos quatro anos anteriores, levando em consideração a possibilidade de suspensão de arrecadação do referido tributo em períodos de crise.

Quadro 6 – Publicações da arrecadação relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao município de São Pedro da Cipa/MT no período de 2016 a 2020

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – São Pedro da Cipa/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 182.434,66	
2017	R\$ 192.488,92	5,51
2018	R\$ 257.659,85	33,86
2019	R\$ 193.954,84	-24,72
2020	R\$ 336.275,68	73,38

Fonte: a pesquisa

Em relação à arrecadação do ISSQN no município de São Pedro da Cipa, em contradição ao exposto concernente ao município de Jaciara, não houve queda na referida tributação, o que demonstra que a pandemia da Covid-19 não influencia de forma idêntica sobre um mesmo tributo em municípios diferentes, tomando por base que Jaciara sofreu impactos relativos ao recolhimento do ISSQN, enquanto São Pedro da Cipa permaneceu com sua arrecadação habitual mantida e em aumento em relação a 2019.

Quadro 7 – Publicações da arrecadação de transferências correntes da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços referente ao município de Juscimeira/MT no período de 2016 a 2020

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – Juscimeira/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 3.177.661,43	
2017	R\$ 2.911.280,25	-8,38
2018	R\$ 3.216.075,45	10,47
2019	R\$ 3.586.752,06	11,53
2020	R\$ 4.097.185,43	14,23

Fonte: a pesquisa

De acordo com o quadro supramencionado, evidencia-se, em relação à arrecadação do ICMS, que o mesmo não sofreu impactos no seu recolhimento relativo ao município de Juscimeira, assim como já exposto nos municípios de Jaciara e São Pedro da Cipa. Isso reforça a ideia de que produtos de primeira necessidade e serviços essenciais possam ter contribuído para seu equilíbrio durante o período de pandemia.

Quadro 8 – Publicações da arrecadação de transferências correntes da cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores referente ao município de Juscimeira/MT no período de 2016 a 2020

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – Juscimeira/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 318.721,29	
2017	R\$ 333.385,92	4,60
2018	R\$ 436.936,30	31,06
2019	R\$ 535.917,71	22,65
2020	R\$ 438.080,99	-18,26

Fonte: a pesquisa

Segundo os dados do quadro descrito acima, pode-se analisar a apresentação de significativa variação na arrecadação do IPVA no município de Juscimeira. Isso indica que, possivelmente, essa transformação nos valores anuais obtidos decorrentes do recolhimento do imposto tenha ligação com o estado de crise pandêmica que se instalou de forma global no ano de 2020.

Quadro 9 – Publicações da arrecadação relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao município de Juscimeira/MT no período de 2016 a 2020

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Juscimeira/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 1.344.487,48	
2017	R\$ 992.443,41	-26,18
2018	R\$ 2.375.020,57	139,31
2019	R\$ 1.182.329,57	-50,22
2020	R\$ 1.131.256,93	-4,32

Fonte: a pesquisa

Conforme o que representa o quadro exposto sobre a arrecadação do ISSQN no município de Juscimeira, é possível identificar a existência de uma queda razoável no recebimento do referido imposto. Contudo, embora tenha havido queda no levantamento dos valores, não há indícios que comprovem que tal modificação nos números obtidos esteja relacionada diretamente com a pandemia da Covid-19.

Quadro 10 – Publicações da arrecadação de transferências correntes da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços referente ao município de Dom Aquino/MT no período de 2016 a 2020

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – Dom Aquino/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 3.802.478,32	
2017	R\$ 3.443.570,62	-9,44
2018	R\$ 3.982.490,18	15,65
2019	R\$ 4.213.559,33	5,80
2020	R\$ 4.806.295,60	14,07

Fonte: a pesquisa

Considerando o município de Dom Aquino, último município aqui estudado, bem como nos demais municípios, no que diz respeito ao ICMS, não apresentou mudanças em sua arrecadação no período de pandemia. Isso fortalece o raciocínio já mencionado nas tabelas anteriores referentes ao mesmo imposto, que mencionam que este, por possuir íntima ligação com produtos e serviços de primeira necessidade e essenciais respectivamente, não sofreram impactos e, tampouco foram influenciados pela situação de crise instituída pela crise econômica mundial decorrente da pandemia da Covid-19.

Quadro 11 – Publicações da arrecadação de transferências correntes da cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores referente ao município de Dom Aquino/MT no período de 2016 a 2020

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – Dom Aquino/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 317.505,11	
2017	R\$ 343.465,54	8,17
2018	R\$ 417.561,28	21,57
2019	R\$ 535.886,63	28,34
2020	R\$ 386.010,28	-27,97

Fonte: a pesquisa

Em contrapartida à arrecadação do ICMS no município de Dom Aquino, avaliando os valores expostos no quadro acima nota-se que o município apresentou queda na tributação do IPVA no período apurado, assim como os demais municípios também apresentaram. Isso se dá devido o tributo tratar-se de imposto passível de suspensão em períodos de crise.

Quadro 12 – Publicações da arrecadação relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza referente ao município de Dom Aquino/MT no período de 2016 a 2020

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Dom Aquino/MT		
Ano	Arrecadação Total	Variação
2016	R\$ 553.623,67	
2017	R\$ 298.622,53	-46,06
2018	R\$ 779.394,37	161,00
2019	R\$ 444.690,57	-42,94
2020	R\$ 328.965,65	-26,02

Fonte: a pesquisa

Por fim, considerando os dados apresentados relacionados à arrecadação do ISSQN no município de Dom Aquino, observa-se significativa queda no levantamento do imposto mencionado no ano de 2020, embora já demonstrasse queda no ano anterior, o que não indica com precisão que a real causa da queda tenha sido a pandemia do Coronavírus.

Analisando as arrecadações de valores relativos ao ICMS, observa-se que o referido tributo expandiu-se positivamente no período da pandemia mantendo sua tendência de crescimento, destacando que não houve queda em nenhum dos municípios descritos. Isso se

deu possivelmente pelo fato deste imposto relacionar-se ao referido “essencial”, ou seja, produtos e serviços que são indispensáveis e não podem ter seu funcionamento interrompido respectivamente.

Em relação à arrecadação do IPVA, nota-se que houve queda significativa no período da pandemia em todos os municípios comparados aos anos anteriores estudados. Por ser um tributo passível de suspensão em tempos de crise e não estar diretamente ligado com produtos de primeira necessidade, pode este ter seu recolhimento suspenso.

Além disso, a partir da apuração dos resultados obtidos, é possível identificar que, em relação aos quatro municípios estudados, o ISSQN já se apresentava em uma tendência de queda. No município de São Pedro da Cipa, especificamente, não a apresentou, enquanto em Jaciara, Juscimeira e Dom Aquino demonstrou queda considerável, não apontando indícios concretos de que este evento tenha ligação com a pandemia.

Assim sendo, observa-se em toda a amostra estudada que a pandemia da Covid-19 influenciou e deixou reflexos em todos os municípios em relação ao IPVA, visto que sua arrecadação reduziu no ano da pandemia. Já em relação ao ICMS, constata-se que houve aumento positivo no período apurado, enquanto o ISSQN não deixa evidências claras de que suas variações se deram devido o mesmo fator.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste contexto, através deste estudo objetivou-se avaliar se a crise econômica oriunda da pandemia do Coronavírus ocasionou impactos nas finanças públicas municipais em relação à arrecadação tributária, especificamente sobre os impostos ICMS, IPVA e ISSQN.

Na mídia tem havido inúmeros debates sobre o assunto de forma globalizada e local. Este artigo, em vista disso, possui a finalidade de expor estes dados e informações relacionados aos reflexos originados pela pandemia de forma concreta na delimitação da região supracitada.

Embora não haja ainda como dimensionar e quantificar integralmente o tamanho deste choque econômico, é possível quantificar um vasto efeito social, no que tange aos números de vítimas da doença que já ultrapassa a margem dos 160 mil casos de óbito no país. Portanto, o presente estudo espera contribuir com elementos, informações e indícios que possibilitem uma visão mais clara do impacto econômico provocado pela Covid-19.

Esta pesquisa partiu do levantamento de dados sobre os municípios do Vale do São Lourenço. Tais dados foram extraídos do portal do Tribunal de Contas do Estado de Mato

Grosso referente ao período de 2016 a 2019, para que se possibilitasse a realização do cálculo das variações do índice de arrecadação das receitas tributárias em comparação com o ano de 2020, período em que se instalou a pandemia no Brasil. A pesquisa utilizou-se de uma abordagem quantitativa, através da revisão analítica de análise horizontal, que permite a análise de valores e percentuais, verificando a variação e tendência dos índices no período pesquisado; do método comparativo, a fim de que fossem comparados os períodos estudados; da natureza descritiva e classificação bibliográfica e documental.

A análise dos dados obtidos possibilitou identificar que a pandemia e a crise econômica decorrente dela afetaram a arrecadação dos municípios em relação a alguns impostos, sendo que, o imposto mais afetado foi o IPVA, visto tratar-se de imposto passível de suspensão em períodos de crise. Além disso, o município de Dom Aquino foi o mais impactado nesta arrecadação, seguido de Juscimeira, Jaciara e, por último, São Pedro da Cipa. No tocante ao ICMS, nenhum dos municípios apresentaram redução em sua arrecadação. Acredita-se que isso tenha relação ao referido tributo abranger produtos de primeira necessidade, ou seja, aqueles de extrema necessidade à população e serviços essenciais, àqueles que não podem suspender seu funcionamento, como hospitais, farmácias e fornecimento alimentício, mantendo, portanto, uma tendência similar de crescimento nos quatro municípios pesquisados.

Por fim, no que diz respeito ao ISSQN, o mesmo apresentou uma significativa queda no município de Dom Aquino, seguido de Jaciara e posteriormente Juscimeira, dando prosseguimento em uma tendência de queda que já acontecia anteriormente. Já em relação a São Pedro da Cipa, identificou-se um aumento expressivo na arrecadação do ISSQN no período estudado.

Imperioso ressaltar que os resultados apresentados são limitados aos municípios pesquisados e a fontes específicas de receitas, não se estendendo aos demais. Posteriormente, é possível que se dê continuidade neste estudo, abrangendo variadas fontes de arrecadação, além das expostas aqui e um maior número de municípios que tenham sido afetados, permitindo a adoção de estratégias de auxílio para que se otimizem as arrecadações em períodos semelhantes a este.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Carlos Alberto de; BÄCHTOLD, Ciro; VIEIRA, Sérgio de Jesus. **Noções de Contabilidade Pública**. Curitiba-PR: e-TEC Brasil, 2011.

BASTOS, Renata. **Contabilidade básica**: ativo, passivo e patrimônio líquido. 31 ago. 2018. Disponível em: <https://www.meucontadoronline.com.br/blog/contabilidade-basica-ativo-passivo-e-patrimonio-liquido/> Acesso em: 14 mai. 2020.

BERNARDO, Fabiano Domingos. **Contabilidade Pública**: tecnologia em gestão pública. Florianópolis, IFSC, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Ementário de Classificação das Receitas Orçamentárias da União**. Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2010.

BRASIL. **Introdução ao orçamento público**. Enap – Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2014.

BRASIL. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2017.

BRASIL. **Receita Orçamentária**: conceitos, codificação e classificação. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. São Paulo, 2008.

BRASIL. **Receitas públicas:** manual de procedimentos. 3. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2006.

BORGES, Fernando Roxo. **Receita Pública Federal e sua adequação as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e aos International Public Sector Accounting Standards.** 2010. 22 f. Trabalho de Conclusão e Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

Classificação das receitas públicas. Escola Brasileira de Direito. 2017. Disponível em: <https://ebradi.jusbrasil.com.br/artigos/450148288/classificacao-das-receitas-publicas> Acesso em: 16 out. 2020.

FIALHO, Roberto. **Manual de Orientação para a Retenção do Imposto sobre Serviços – ISS.** 3. ed. Florianópolis: SEFAZ, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros:** finanças públicas. Rio de Janeiro, 2004.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública:** teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, Alcides Saldanha. **As receitas públicas tributárias.** Justiça Federal em Pernambuco. n° 13, 2007. Disponível em: https://www.jfpe.jus.br/images/stories/docs_pdf/biblioteca/artigos_periodicos/AlcidesSaldanhaLima/Asreceitas_esmafe_n13_2007.pdf Acesso em: 18 mai. 2020.

MARCELINO, Jose Antônio; REZENDE, Adriano; MIYAJI, Mauren. **Impactos iniciais da covid-19 nas micro e pequenas empresas do estado do Paraná – Brasil.** Boletim de Conjuntura. Boa Vista. Ano II, n° 5, p. 101 – 102, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Marcelinoetal> Acesso em: 13 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Covid-19: o que você precisa saber.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid> Acesso em: 12 nov. 2020.

MUNHOZ, Janete Probst. **Manual do ISS.** Disponível em: <https://www.unipublicabrasil.com.br/uploads/materiais/3f99850a0e610d6d36da519eac1b890819022018143555.pdf> Acesso em: 21 out. 2020.

NASCIMENTO, Adriano. **O Imposto sobre a propriedade de veículos automotores sob o enfoque do princípio da progressividade tributária.** Minas Gerais: Unifal 2015.

NESI, Nazareno. **Finanças públicas.** 2. ed. Florianópolis: IF-CS, 2010.

OLIVEIRA, Inês. **ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.** v. 3. Rio de Janeiro: CRCRJ, 2019.

OLIVEIRA, Paulo Ricardo S. **Impactos da pandemia de Covid-19 sobre a economia brasileira.** 28 ago. 2020. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/impactos-da-pandemia-de-covid-19-sobre-a-economia-brasileira/#_ftn1 Acesso em: 12 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa COVID-19- Escritório da OPAS e da OMS no Brasil.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em: 12 nov. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Cristiano Galdino. **Contabilidade Pública: um estudo sobre as receitas públicas no período de 2014 a 2018 do município de Itiquira-MT.** 2019.

SANTOS, Angelucci Rodrigues dos; REIS, Jorge Augusto Gonçalves. **A importância da contabilidade pública.** 7 ago. 2014, p. 833 – 836. Disponível em: <http://www.docdatabase.net/more-a-importancia-da-contabilidade-p218blica--206367.html> Acesso em: 18 set. 2020.

SCARAMELLI, João Marcos. **Receitas correntes entre as Receitas de Capital.** 02 mai. 2019. Disponível em: <https://www.webcasp.com.br/noticia-receitas-correntes-entre-as-receitas-de-capital> Acesso em: 01 jun. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Auditoria Pública Informatizada de Contas.** Disponível em: <https://cidadao.tce.mt.gov.br/home/controleSocialReceita> Acesso em: 04 nov. 2020.

VIANELLO, Luciana Peixoto. **Métodos e técnicas de pesquisa.** Disponível em: <https://www.coursehero.com/file/48175610/Livro-mtppdf/> Acesso em: 02 jun. 2020.